

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA**

Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento

EUCLIDES TEIXEIRA NETO

**OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CACAU
EM LINHARES/ES**

Tupã

2017

EUCLIDES TEIXEIRA NETO

**OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL
DO CACAU EM LINHARES/ES**

Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Câmpus de Tupã, como requisito para obtenção do título de mestre em Agronegócio e Desenvolvimento.

Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento

Linha de pesquisa: Competitividade de Sistemas Agroindustriais

Orientadora: Prof.^a Dr^a Giuliana Ap. Santini Pigatto.

Co-orientadores: Prof.^a Dr^a Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani e Prof. Dr. Renato Dias Baptista

Tupã

2017

T235a

Teixeira Neto, Euclides.

Os arranjos institucionais no sistema agroindustrial do cacau em Linhares - ES / Euclides Teixeira Neto. – Tupã, 2017.
138 F.

Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2017.

Orientador: Profa. Dra. Giuliana Ap. Santini Pigatto.

Co-orientadora: Profa. Dra. Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani.

Co-orientador: Prof. Dr. Renato Dias Baptista.

1. Agronegócio. 2. Cacau. 3. Indicação geográfica. 4. Estrutura de governança. I. Autor. II. Título.

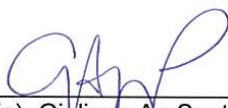
CDD 338.9

EUCLIDES TEIXEIRA NETO

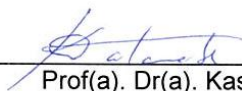
**OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO
CACAU EM LINHARES/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e
Desenvolvimento (UNESP/Tupã), como requisito para obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof(a). Dr(a). Giuliana Ap Santini Pigatto
(Orientadora)



Prof(a). Dr(a). Kassia Watanabe
(UFRB/Cruz das Almas-BA)



Prof(a). Dr(a). Wagner Luiz Lourenzani
(UNESP/Tupã-SP)

Dissertação defendida e aprovada em:
10 de fevereiro de 2017

Dedico este trabalho aos meus pais, sábios investidores na educação, à minha esposa e ao meu filho João Pedro, luzes de minha vida.

Agradeço primeiramente à minha orientadora prof. Giuliana, alma perseverante e competente, aos meus co-orientadores prof^a. Ana Elisa Lourenzani e prof. Renato Baptista, cujas contribuições permitiram maior aprofundamento no tema e aos integrantes da Unesp de Tupã.

“Eu jamais iria para a fogueira por uma opinião minha, afinal, não tenho certeza alguma. Porém, eu iria pelo direito de ter e mudar de opinião, quantas vezes eu quisesse”

Friedrich Wilhelm Nietzsche

TEIXEIRA NETO, Euclides. **Os Arranjos Institucionais no Sistema Agroindustrial do Cacau em Linhares/ES**. Ano 2017. 138 folhas. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2017.

RESUMO

A exploração do cacau é uma importante atividade agrícola que remonta desde o início do século XIX no Brasil. Em Linhares/ES, o cultivo do cacau ganhou força a partir de 1920, gerando emprego e renda local. Este trabalho tem como problema central de investigação quais seriam os arranjos institucionais presentes no Sistema Agroindustrial (SAG) do cacau em Linhares. Para este fim, o objetivo principal foi analisar os arranjos institucionais no SAG do cacau em Linhares/ ES, especificamente na relação entre produtores e seus compradores. De modo específico foi realizada a caracterização do SAG do cacau, analisado os ambientes institucionais formal e informal, e avaliadas as características dos agentes e das transações, alcançando-se as formas de governança utilizadas. A pesquisa é de natureza aplicada ao segmento de produção de cacau, de abordagem qualitativa e base descritiva. Em termos de procedimentos, envolveu levantamento bibliográfico sobre o SAG do cacau, análise documental das informações referentes à Indicação Geográfica (IG), um estudo de múltiplos casos com produtores de cacau da região de Linhares e entrevista junto à Associação dos Cacaucultores de Linhares. Neste contexto, foram identificados e analisados os arranjos institucionais. O pressuposto de pesquisa é que as instituições formais e informais exercem influência nos aspectos da produção e na qualidade, fatores que também impactam nas relações de governança e na coordenação com os agentes compradores. No ambiente institucional informal é observada a influência nos aspectos da produção por meio da manutenção da produção atual, que é resultante de heranças familiares de terras, cujos herdeiros vêm continuando a reproduzir o sistema produtivo do cacau. A sucessão familiar, em alguns casos, se encontra na terceira geração. Existe a influência da vizinhança, dos amigos e parentes que produzem cacau e torna-se propícia ao produtor a continuação do negócio. Outro fator considerado importante é a proximidade de importantes áreas produtoras na Bahia, que vocacionam Linhares. Os resultados apontam a predominância dos arranjos institucionais informais, a partir de elementos culturais importantes, como a influência da origem, a história de um povo, valores e conhecimentos adquiridos. A coordenação atual de Linhares não fortalece o desenvolvimento de cacau com qualidade, mas sim, a produção de cacau visando o mercado de commodity.

Palavras-chave: Agronegócio. Cacau. Indicação Geográfica. Cultura. Estrutura de Governança.

TEIXEIRA NETO, Euclides. **The Institutional Arrangements in the Cocoa Agroindustrial System in Linhares/ES**. Year 2017. 138 sheets. Dissertation (Master Degree in Agribusiness and Development) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences and Engineering. Tupã, 2017.

ABSTRACT

The exploitation of cocoa is an important agricultural activity that dates back to the beginning of the 19th century in Brazil. In Linhares / ES, the cultivation of cocoa gained strength starting in 1920, generating employment and local income. This work has as central problem of investigation what would be the institutional arrangements present in the Agroindustrial System (SAG) of cacao in Linhares. To this end, the main objective was to analyze the institutional arrangements in the cocoa SAG in Linhares / ES, specifically in the relationship between producers and their buyers. Specifically, the characterization of the cocoa SAG was performed, analyzing the formal and informal institutional environments, and evaluating the characteristics of the agents and the transactions, reaching the forms of governance used. The research is of nature applied to the segment of cocoa production, with qualitative approach and descriptive basis. In terms of procedures, it involved a bibliographical survey on the SAG of cocoa, documentary analysis of the information referring to the Geographical Indication (GI), a study of multiple cases with cocoa producers in the Linhares region and an interview with the Association of Cacao Growers of Linhares. In this context, institutional arrangements were identified and analyzed. The research assumption is that formal and informal institutions exert influence on aspects of production and quality, factors that also impact on governance relations and coordination with purchasing agents. In the informal institutional environment, influence is observed in aspects of production through the maintenance of current production, which is the result of family inheritances of land, whose heirs have continued to reproduce the productive system of cocoa. The family succession, in some cases, is in the third generation. There is the influence of the neighborhood, of the friends and relatives that produce cocoa, and it becomes propitious for the producer to continue the business. Another factor considered important is the proximity of important producing areas in Bahia, which refer to Linhares. The results point to the predominance of informal institutional arrangements, based on important cultural elements such as the influence of origin, the history of a people, values and acquired knowledge. The current coordination of Linhares does not strengthen the development of quality cocoa but rather the production of cocoa aimed at the commodity market.

Keywords: Agribusiness. Cocoa. Geographical Indication. Culture. Governance Structure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Esquematização da NEI.....	29
Figura 2- Influência das dimensões sobre os tipos de governança.....	32
Figura 3 - Estrutura analítica de pesquisa.....	60
Figura 4 - SAG do cacau.....	67
Figura 5- Fatores determinantes da qualidade de cacau.....	73
Figura 6- Indicação de Procedência de Linhares.....	80
Figura 7- Estado do Espírito Santo.....	84
Figura 8- Brasão de Linhares.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características do processo de difusão.....	42
Quadro 2 - Comparativo das comunidades de práticas e outras.....	44
Quadro 3 – Características de comunidades de prática.....	45
Quadro 4 - Síntese do método e abordagem.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Atributos das Estruturas de Governança.....	37
Tabela 2- Produção mundial de cacau (em mil ton.).....	68
Tabela 3- Produção (em mil ton.) e participação mundial (em%) em 2014/15.....	68
Tabela 4- Moagem mundial de cacau (em mil ton.).....	69
Tabela 5 - A produção, moagem e demanda brasileiras de cacau.....	70
Tabela 6- Área de produção de cacau no Brasil (em ha).....	70
Tabela 7- Área das propriedades participantes da pesquisa.....	74
Tabela 8- Fatores de influência na decisão de plantar cacau.....	88
Tabela 9 - Em relação aos componentes da cultura.....	90
Tabela 10- Aquisição de conhecimento para a cultura do cacau.....	92
Tabela 11- Compartilhamento de informação.....	99
Tabela 12- A importância na transação com o comprador.....	101
Tabela 13- Características dos agentes quanto ao pressuposto racionalidade limitada.....	103

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAL	Associação dos Cacaucultores de Linhares
Apropeba	Associação de Produtores Rurais de Perobas, Bananal do Sul e Adjacências.
CEPLAC	Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CPA	Cadeia de Produção Agroindustrial
CSA	<i>Commodity System Approach</i>
Coopercau	Cooperativa dos Cacaucultores do Espírito Santo
ECT	Economia dos Custos de Transação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Espírito Santo
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO	International Cocoa Organization
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IG	Indicação Geográfica
IP	Indicação de Procedência
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NEI	Nova Economia Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PWC	<i>Price Waterhouse Coopers</i>
SA	Sociedade Anônima
SAG	Sistema Agroindustrial
SEAG	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pesca do Espírito Santo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Médias Empresas
UTZ	<i>Utz Kapeh</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualização, Problema e Pressuposto de Pesquisa.....	16
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	21
1.3 Justificativas e Contribuições da Pesquisa.....	21
1.4 Estruturação da Dissertação.....	22
2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	23
2.1 A Nova Economia Institucional.....	23
2.2. A Economia dos Custos de Transação.....	26
2.3. Cultura.....	37
2.3.1 Escola Evolucionista	45
2.3.2 Escola Funcionalista.....	46
2.3.3 Escola Estruturalista	48
2.4 A Cultura Local	48
3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	55
3.1 Estudos de Múltiplos Casos e a Associação.....	56
3.2 Forma de Sistematização e Análise	59
4 RESULTADOS	61
4.1 O Sistema do Agronegócio do Cacau.....	61
4.1.1 Caracterização do Sistema	61
4.1.2 O Mercado de Cacau	68
4.1.3 A Qualidade do Cacau.....	70
4.1.4 A Caracterização da produção agrícola avaliada: os produtores e a produção de Cacau.....	75
4.2 Análise do Ambiente Institucional	77
4.2.1 Análise do Ambiente Institucional Formal	77
4.2.2 Análise do Ambiente Institucional Informal	81
4.2.2.1 Histórico do cacau no Brasil e no Espírito.....	81
4.2.2.2 Análise da Cultura.....	87
4.2.2.3 Análise da Cultura Local.....	95
4.2.2.4 A Percepção da ACAL.....	97
4.3 Análise sob o Prisma da Economia dos Custos de Transação.....	98
4.3.1 Características das Transações	98
4.3.2 Características dos agentes quanto aos pressupostos comportamentais: Racionalidade Limitada e Oportunismo.....	102

4.3.3 Mecanismos de Governança Utilizados	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE A	120
APÊNDICE B.....	134
ANEXO.....	139

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização, Problema e Pressuposto de Pesquisa

O cacauieiro é natural da região amazônica, onde ele crescia naturalmente em meio à floresta. No século XVIII, a Amazônia portuguesa exportava muitos produtos florestais, entre os quais o cacau era o principal, cuja exploração era feita pelos jesuítas que utilizavam a mão de obra indígena. Nesta época, os jesuítas enviavam anualmente, em média, 1.200 toneladas de cacau para Portugal (LEITER; HARDING, 2004; PORRO, 1997).

No entanto, a escassez de mão de obra e a forma de produção deste produto não permitiam sua expansão econômica. Em meados do século XVIII, iniciou-se a produção de cacau na Bahia e, a partir de então, ocorreu a expansão e transformação desta cultura em importante atividade agrícola (MARTINS, 1996). A exportação média anual brasileira no século XIX oscilou entre 2.900 e 3.500 toneladas. Porém, a produção e exportação cacaueira só teve fundamental importância econômica na Bahia a partir da segunda metade do século XIX, em parte devido à maior oferta de mão de obra, mas ainda nesta época representava apenas 1,5% do valor das exportações brasileiras (FURTADO, 2005).

Segundo Adonias Filho (1976), o desenvolvimento do cacau no Brasil e, principalmente, na Bahia pode ser compreendido em ciclos, sendo que no terceiro ciclo (1895 a 1930) o cacau já havia se transformado na base econômica de todo o estado, tornando o país um dos principais exportadores mundiais. Todavia, a partir do final do século XX, a cultura passou a enfrentar estagnações. Na visão de Baiardi e Rocha (1998) e Dias e Loiola (2004), a última e mais longa crise da cacaucultura baiana iniciou-se em 1987, perdurando até os dias atuais, tendo como principais elementos explicativos: a natureza cíclica da economia cacaueira e crise de preços; queda de produtividade regional em virtude do alastramento da doença vassoura-de-bruxa, conservadorismo do segmento produtor agrícola, entre outros. Leiter e Harding (2004) ainda apontam outros elementos, como a orientação para o negócio de curto prazo e as práticas agrícolas inadequadas como resultados do declínio da produção de cacau no Brasil. Toda essa crise levou a processos de abandono das propriedades rurais, queda no nível técnico das fazendas, descapitalização, desvalorização patrimonial e desemprego (DIAS; LOIOLA, 2004).

Na atualidade já persistem pesquisas sobre clones da planta para reduzir o efeito das doenças, assim como um forte trabalho da Câmara Setorial do Cacau, criada em 2004, com políticas estratégicas para o setor, voltadas ao desenvolvimento tecnológico, à capacitação e assistência técnica, entre outras ações (BRASIL, 2016a). Para demonstrar esta

importância, a Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), em conjunto com o governo estadual, vem distribuindo mudas com tais características.

Assim, o Brasil vem realizando esforços no sentido de ampliar a produção da cultura do cacau, percebidos no período entre 2002 e 2013, quando o índice de crescimento da cultura foi de 46,6%, com a produção final de 256 mil toneladas da amêndoa (FAO, 2015). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (BRASIL, 2015a) indicam a produção de 291,6 mil toneladas de cacau na safra 2014. As regiões que mais contribuíram com a produção nacional foram a Nordeste e Norte, impulsionadas principalmente pelas produções baiana e paraense, as quais representaram respectivamente 61,39% e 34,39% da produção nacional de 2014 (BRASIL, 2015a).

Em termos mundiais, a participação brasileira em 2014 foi de 5,5% na produção (sexta maior produção mundial). A produção mundial de cacau em 2014/15 foi somente 1,8% superior à demanda de 4,123 milhões de toneladas, o que leva a refletir sobre a necessidade de incremento à produção mundial (ICCO, 2016a). Segundo dados da Price Waterhouse Coopers Brasil (PWC) (2012), comparativamente a principais países produtores, como Costa do Marfim, Gana, Indonésia e Nigéria, o Brasil possui baixa competitividade, devido a problemas de produtividade. Porém existe no país uma forte pressão referente à taxa de crescimento no consumo de chocolates bem superior ao nível mundial (10% ao ano no período 2006 a 2011, comparativamente ao mundial, de 3% ao ano).

No Espírito Santo, 4ª maior produtor nacional, especificamente na região de Linhares, busca-se melhorar aspectos da produção, visando-se alcançar melhor competitividade e reconhecimento no mercado. A região obteve em 2012, o registro de Indicação Geográfica (IG)¹, na modalidade Indicação de Procedência (IP), atribuído pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que atesta o produto como característico de seu local de origem e pode ser concedida pelo saber fazer local (BRASIL, 2016b). Até fevereiro de 2017 o registro de IP havia sido concedido apenas para o cacau de Linhares. Porém, existem mais duas solicitações de IP junto ao INPI provenientes do município de Tomé Açu, no Estado do Pará e da região denominada Sul da Bahia que engloba municípios desta localidade (BRASIL, 2016b).

¹ A Instrução Normativa do INPI de Nº25/2013 indica dois tipos de IG: Indicação de Procedência, o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Denominação de Origem, o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (BRASIL, 2013)

O registro de indicação geográfica² de Linhares trouxe boas perspectivas aos produtores, segundo Estival (2013). Ela afirma que produzir com a qualidade de uma IG de forma rápida é difícil, assim como transferir essa visão ao produtor, pois além da capacitação, é necessário que se exija do produtor as práticas e os procedimentos necessários para a qualidade (ESTIVAL; CORREA; CINTRA, 2010).

As regiões produtoras com IG desenvolvem um regulamento de uso local, cuja abrangência se limita a esta localidade. Esse regulamento é um conjunto de protocolos, que determina os processos de cultivo, de produção e, principalmente, das relações humanas com o território e que criam determinadas características que levam o produto ao reconhecimento em sua qualidade. Por meio destes protocolos, os produtores articulam no território formas de vincular sua identidade e tipicidade dos produtos à produção (NIEDERLE; AGUIAR, 2012), como também, a institucionalização do passado, por meio do resgate dos processos históricos que retomam a tradição como forma de fortalecer o reconhecimento (NIEDERLE; VITROLLES, 2010). O artigo 177 da lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 estabelece as condições para que determinada região obtenha a indicação de procedência, entre as quais a reputação do local como centro de extração, produção ou fabricação de produto ou serviço. Para isto, a vegetação, a produção em cabruca, o clima e a delimitação da área são fatores fundamentais para a produção dentro da IG. Assim, as produções locais já nascem com determinadas qualidades intrínsecas e específicas.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Médias Empresas (SEBRAE) iniciou um projeto para auxiliar na adequação aos protocolos da Indicação Geográfica do cacau, em Linhares, no início de 2016. Este projeto visa apoiar a atividade da cultura do cacau voltado para a inovação e tecnologia, capacitação técnica e gerencial, e divulgação e promoção da Indicação Geográfica do cacau, por meio de ações conjuntas entre os produtores locais e a Associação dos Cacaucultores de Linhares (ACAL). O objetivo é que os produtores que conquistarem a produção com as características determinadas pela IG, no final de quatro anos, vendam seu produto por um maior valor agregado (ROSALEM, 2015).

O estado do Espírito Santo também está nas diretrizes das ações estratégicas da Câmara Setorial do Cacau (2010-2015), tendo como objetivo o incremento de produtividade. Os aspectos da qualidade do cacau (brasileiro de modo geral) também são contemplados nas ações, por meio de políticas nacionais de pesquisa e desenvolvimento do cacau, da assistência

² No Estado existem mais dois produtos na lista de indicações geográficas reconhecidas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que obtiveram o registro de Indicação Geográfica, são eles: a panela de barro do Bairro de Goiabeiras em Vitória, obtida em 2011 e o mármore de Cachoeiro de Itapemerim (BRASIL, 2016b).

técnica, do marketing e promoção, e da industrialização de pequena e média escala. Participam dessa Câmara, a ACAL e a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pesca do Espírito Santo (SEAG).

Assim, o agronegócio do cacau gradualmente aponta sinais de reestabelecimento no Brasil e, potencialmente na região de Linhares, no ES, trazendo consequências para todo o seu sistema. Vale destacar que o termo agronegócio é definido como um conjunto de operações e transações que parte desde a fabricação de insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades, o processamento e a distribuição final dos produtos, seja “in natura” ou industrializados (ZYLBERSZTAJN, 1996). Essa noção foi desenvolvida na década de 1960, a partir das contribuições de John Davis e Ray Goldberg (1957) e Ray Goldberg (1968), da Universidade de Harvard. Estes pesquisadores consideravam as atividades agrícolas como parte de uma ampla rede de agentes econômicos que abrangiam a fase de produção de insumo, transformação, armazenagem e distribuição (BATALHA, 2009). Em 1968, Goldberg desenvolveu o conceito de *Commodity System Approach* (CSA) para estudar o comportamento dos sistemas na produção agrícola. Nesta perspectiva, ele busca incorporar aspectos dinâmicos que consideram as mudanças que ocorrem no tempo e aponta a tecnologia como agente indutor de mudanças (BATALHA, 2009).

Na mesma época, na França, surgia o conceito de cadeia de produção, *filière*, que inicialmente era aplicado ao estudo da organização industrial sob o nome Cadeia de Produção (BATALHA, 2009) e foi ampliado para o sistema agrícola como Cadeia de Produção Agroindustrial (CPA). A CPA focaliza nos aspectos distributivos do produto e é definido como uma sequência de operações que conduzem à produção de bens e as relações entre os agentes que são de interdependência ou complementariedade (ZYLBERSZTAJN, 2000). A CPA é segmentada em jusante e a montante em três macro segmentos: comercialização, industrialização e produção de matérias primas (BATALHA, 2009).

Embora com diferentes enfoques, ambas perspectivas têm em comum a percepção de que as relações verticais de produção ao longo da cadeia produtiva são extremamente úteis para elaboração de estratégias empresariais e políticas públicas (ZYLBERSZTAJN, 2000). Os conceitos de *filière*, da visão francesa, de relações de tecnologia, e a de CSA da visão norte-americana, enfática à coordenação, são convergentes (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

A abordagem de sistemas engloba ainda, as instituições envolvidas na coordenação na sucessão das etapas dos fluxos de produtos, instituições governamentais, mercados futuros, entre outras (ZYLBERSZTAJN, 2000). Assim, segundo Zylbersztajn (1996), a abordagem contém ambos os pontos de vista: o operacional e o institucional. Para

Zylbersztajn (2005), as operações das empresas são analisadas como arranjos institucionais e são regradas pelas instituições, que representam uma análise macro institucional.

A capacidade de transformar ameaças em oportunidades de negócio depende da existência de um sistema de coordenação capaz de transmitir informações a toda a cadeia produtiva, a fim de viabilizar novas estratégias (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

Numa economia, as regras tendem a ser explícitas quando há necessidade de aumentar a coordenação nas transações. Caso contrário, se as regras já são bem definidas e eficientes, o custo da coordenação tende a ser menor. A observância destas regras por toda uma sociedade reflete sobre a produção. Desta forma, o produto torna-se mais homogêneo, respeitando as características mínimas e aprimora a qualidade de conformidade entre os produtores. Assim, pode-se verificar que a implementação de uma produção com maiores critérios de qualidade poderia ser uma forma inovadora de inserção e manutenção nos mercados, a qual demandaria formas importantes de governança e coordenação entre os agentes, sob influência de fatores institucionais.

Sob essa perspectiva coexistem no ambiente as instituições formais e informais. As instituições formais são as regras do jogo, estabelecidas por leis e normas, enquanto as instituições informais se baseiam nos costumes, tradições regionais, ou seja, a influência cultural. Dentro deste contexto, os agentes buscam formas de minimizar seus custos de transação e, a partir daí, surgem formas de governança como resultado da interação destes agentes sob a influência do ambiente institucional. Essas formas ou estruturas de governança são adequadas ao funcionamento institucional e tem como objetivo: gerenciar as estruturas contratuais das transações, que são as relações de compra e venda caracterizadas como mercado, a internalização da produção, que remete à hierarquia e as formas mistas ou híbridas, das quais sobressaem características em ambas as formas (FAGUNDES, 1997).

Portanto, as evidências apontadas até o momento mostram que no sistema agroindustrial (SAG) do cacau do Espírito Santo há exemplos de práticas no âmbito dos agentes produtores que vêm trabalhando em busca de ampliar o nível de produção e a qualidade, e valorizar a produção local, e que possam trazer melhores resultados ao nível econômico, dado o nível de governança e coordenação. Esta produção recebe forte influência de aspectos institucionais formais e informais, como da própria cultura existente no local, extremamente necessários e reconhecidos para a obtenção de uma produção com IG, por exemplo.

O reconhecimento que legitima o produto ou serviço é fundamental para ocorrer a valorização. Niederle e Aguiar (2012) discutem que o enraizamento sociocultural de um

produto depende do reconhecimento coletivo por parte dos produtores e de outros atores, e instituições envolvidas. Nesse trabalho, os autores assumem que os compromissos valorativos dos diferentes atores legitimam as concepções.

Além disso, a interação humana no ambiente propicia o surgimento de instituições e estas, auxiliam a configurar novas formas de governança, relacionando-se às contribuições da Nova Economia Institucional.

O pressuposto de pesquisa que norteia esse problema de investigação é que as instituições formais e informais (neste caso, atrelado a aspectos culturais locais) exercem influência nos aspectos da produção e na qualidade, fatores que também impactam nas relações de governança e na coordenação com os agentes compradores.

Assim, essa pesquisa possui como problema central de investigação: de que forma os arranjos institucionais formais e informais exercem influência sobre o SAG do cacau em Linhares/ES?

1.2 Objetivos da Pesquisa

O objetivo principal desta pesquisa é analisar os arranjos institucionais no SAG do cacau em Linhares/ES, especificamente na relação entre produtores e seus compradores. Os objetivos específicos são:

- a) Caracterizar o SAG do cacau;
- b) Analisar o ambiente institucional formal e informal presente na produção agrícola;
- c) Realizar a caracterização dos agentes e das transações (do ponto de vista do produtor), alcançando-se as formas de governança utilizadas.

1.3 Justificativas e Contribuições da Pesquisa

É justificado se analisar a produção de cacau no município de Linhares, que tem a importância (em termos de volume de produção) no estado do Espírito Santo. O município, maior produtor do estado, possui 20 mil dos 23 mil hectares ocupados com pés de cacau (BRASIL, 2015a), e no período entre 1990 e 2014 representou em média 92% da produção estadual. Por outro lado, existe a expectativa de aumento de produção de cacau e a melhora em aspectos de qualidade com a obtenção da IG, na modalidade IP. Até janeiro de 2016, o Espírito Santo foi o único estado a obter este registro.

A investigação de aspectos institucionais e de coordenação e governança entre os agentes, além da cultura local contribuirão para a compreensão do SAG que se configura

nessa região. A pesquisa também vem mostrar ações dos produtores de cacau em relação a melhorias na produção.

Em termos acadêmico e científico, ao utilizar um referencial teórico proveniente da economia e de questões culturais, essa dissertação busca trazer um olhar interdisciplinar para um objeto complexo, como é o sistema agroindustrial do cacau.

1.4 Estruturação da Dissertação

A presente dissertação se estrutura da seguinte forma: este capítulo um apresenta a introdução com a contextualização, problema, pressuposto de pesquisa, objetivos, justificativa e contribuições da pesquisa. O capítulo dois aborda as contribuições teóricas para o desenvolvimento da pesquisa, considerando questões relacionadas à cultura, o ambiente institucional informal e formal, as questões de aprendizado e a economia dos custos de transação. O capítulo três apresenta os métodos e procedimentos de pesquisa, considerando-se estudo de múltiplos casos e as formas de sistematização e análise. O capítulo quatro trata dos resultados obtidos, os quais abarcam a caracterização do SAG do cacau, os mecanismos de governança estabelecidos, o histórico regional e a cultura identificada. O capítulo cinco traz as considerações finais.

2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Este capítulo objetiva trabalhar as contribuições teóricas utilizadas neste trabalho para a compreensão de quais são os arranjos institucionais presentes no SAG do cacau em Linhares/ES. Este capítulo está organizado em quatro seções. A primeira seção traz o desenvolvimento da Nova Economia Institucional, com foco nas restrições formais e informais. Na segunda parte é trabalhada a abordagem da Economia dos Custos de Transação, necessária para a compreensão dos aspectos de coordenação e governança. Na terceira e quarta partes são apresentados conceitos e aspectos da Cultura e, especificamente, a Cultura sob o ponto de vista antropológico e de Cultura Local, cujas bases são necessárias para o entendimento do desenvolvimento da cultura local. Neste contexto, são trabalhadas as contribuições da cultura no ambiente institucional informal.

2.1 A Nova Economia Institucional

A Nova Economia Institucional (NEI) analisa a história econômica por meio da influência das instituições sobre as sociedades e o seu desempenho econômico. A ocorrência da sinergia depende da forma como o Estado coordena os arranjos institucionais. A Nova Economia Institucional também aborda o papel institucional na relação entre o direito de propriedade e o crescimento econômico, o que implica em crescimento econômico quando eficiente e, quando ineficiente, pode levar à redução no crescimento econômico. A eficiência depende de se criar arranjos institucionais associados aos direitos de propriedade que incentivem os agentes a direcionarem seus esforços em atividades que trazem retornos privados próximos ao retorno social (FIANI, 2002). Assim, o Estado tem um papel fundamental no estabelecimento de instituições que incentivem os esforços individuais como forma de usufruto de benefícios. Douglass North (1990) acredita que existe um vínculo positivo entre crescimento econômico e liberdade em uma nação, as quais são alcançadas por meio da consolidação do direito de propriedade, cujo efeito principal é a redução das incertezas das relações contratuais. Para Gandra (2015), a ausência dos direitos de propriedade eleva os custos de transação, o que poderia inviabilizar as relações econômicas.

North (1992, p. 12) define as instituições como: *“the rules of the game in a society; more formally, they are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in exchange, whether political, social, or economic”*. Na visão de Bueno (2004), o ambiente institucional fornece subsídios para compreender porque as instituições influenciam muito ou pouco no desenvolvimento econômico de um país. A NEI possui duas vertentes teóricas: a primeira, com foco na análise

do desenvolvimento econômico à luz dos diferentes arranjos institucionais e o surgimento das firmas, e a segunda com foco nas estruturas de governança e a Teoria dos Contratos; nesta última está a Teoria dos Custos de Transação (WILLIAMSON, 1985). A redução dos custos de transação e produção é o ponto principal da Teoria dos Custos de Transação e permite o estudo dos mecanismos de governança estabelecidos nas transações (SILVA; BRITO, 2013).

As instituições são regras criadas que regulam as relações e interações humanas, também chamadas de regras do jogo, e podem ser formais ou informais. Como regras formais existem as leis, normas, regulamentos e constituições. Estas regras podem reduzir as incertezas. Já as regras informais são as normas de comportamento, costumes, convenções, tradições e códigos de conduta. As organizações representam os diversos agentes que disputam nas regras do jogo. Juntas, elas definem a estrutura de incentivos econômicos das sociedades (NORTH, 1990, 1994).

Na visão de Douglas North, a evolução institucional pode ser mais importante do que os avanços tecnológicos para que ocorra o crescimento econômico (GALA, 2003). Um conceito importante das pesquisas de Douglas North é o conceito de trajetória, ou *path dependence*. Ele aponta que as instituições no presente, formais ou informais, condicionam o desenvolvimento das instituições futuras (FIANI, 2002). Uma vez escolhida uma trajetória, ela influenciará o desenvolvimento de instituições futuras, as quais podem gerar ou não crescimento econômico.

As instituições têm a função de distribuir e regular os direitos entre os agentes. No passado os direitos eram validados pelo domínio público que o definia por meio da força. Hoje, as estruturas legais definem e fazem cumprir os direitos. Desta forma, as instituições surgiram para equilibrar estas relações, para fornecer as estruturas pelas quais as transações são feitas e determinar os custos de transação. A interação institucional resolve e define os problemas de coordenação e produção, os quais são determinados tanto pela motivação dos agentes, como pela complexidade do ambiente. As instituições existem para reduzir os custos de transação, desta forma, induziria as economias a taxas de crescimentos econômicos (NORTH, 1992).

As instituições são consideradas por North como regras formais, as quais em sua ausência, os custos de transação seriam tão elevados que inviabilizariam as transações comerciais entre as organizações (NORTH, 1990). As instituições também são restrições informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto impostas), assim como as características de execução de ambos. Em suma, eles consistem na estrutura que os seres humanos impõem suas relações uns com os outros (NORTH, 1992).

Os custos de execução são as incertezas dos agentes sobre a propriedade do bem a ser trocado, ou seja, discute-se a legitimidade da transação. Deve haver proteção para o comprador para mitigar a incerteza a fim de que a transação seja realizada (GALA, 2003; NORTH, 1990).

O grau de identidade entre os objetivos das restrições institucionais e as escolhas que os indivíduos fazem nesse contexto institucional depende da eficácia da aplicação. A execução é realizada pela primeira parte (códigos de conduta auto-impostos), pela segunda parte (retaliação) ou por uma terceira parte (sanções sociais ou coercitivas pelo Estado). As instituições, juntamente com a tecnologia empregada, afetam o desempenho econômico ao determinar os custos de transação e transformação (produção) (NORTH, 1992, p. 9).

Sendo as instituições as regras do jogo, as organizações serão as jogadoras que deverão agir dentro das restrições impostas pelas instituições. As organizações poderão desenvolver habilidades, conhecimentos os quais poderão aumentar suas chances de sobreviver no ambiente competitivo que estão inseridas. Estas habilidades e conhecimentos serão importantes incentivos para sua manutenção no ambiente. North preconiza que se o ambiente for tomado por atitudes de pirataria, as organizações desenvolverão habilidades e conhecimentos para sobreviver neste ambiente. No entanto, as organizações tendem a investir na aquisição de habilidades e conhecimentos que acreditam que trarão benefícios para ter retornos positivos dentro do ambiente que atuam (NORTH, 1992). No ambiente institucional há formas de relações entre as organizações as quais são denominadas: arranjos institucionais.

Os arranjos institucionais são arranjos formados entre as unidades econômicas os quais governam as formas em que as mesmas podem cooperar ou competir (NORTH; DAVIS, 1971). Os arranjos institucionais podem ser formais ou informais, assim como temporários ou de longa existência. De acordo com North e Davis (1971), os arranjos institucionais devem ser criados para atingirem ao menos um dos objetivos: proporcionar uma estrutura a qual seus membros podem cooperar para obter benefícios, os quais não seriam possíveis fora da estrutura, ou proporcionar um mecanismo que pode mudar as leis ou direitos de propriedade, permitindo novas formas legais de competir. Os arranjos institucionais são formas de organização as quais uma transação ou a interação em conjunto delas quando decididas são implementada (MÉNARD, 2005). Os mercados representam um subconjunto de muitos arranjos institucionais desenvolvidos ao longo do tempo para a transferência de direitos. Sua característica principal é a especialização na troca de direitos de propriedade por meio de mecanismos que requerem o consentimento mútuo das partes envolvidas e que coordenam as decisões descentralizadas tomadas pelos agentes baseadas em suas informações (MÉNARD, 2005; MÉNARD; VALCESCHINI, 2005).

As alterações no ambiente institucional podem trazer benefícios resultantes dos arranjos institucionais, os quais preconizam a formação de arranjos institucionais secundários, mais eficientes e com custos menores aos arranjos institucionais fundamentais. Desta forma, quando obtidos lucros maiores ou na expectativa de sua obtenção, se acumularão ainda mais os arranjos institucionais (NORTH; DAVIS, 1971).

A mudança na trajetória é determinada pelo *path dependence*. As organizações políticas e econômicas que surgiram como resultado da matriz institucional típica têm um interesse em perpetuar o quadro existente. A matriz institucional é a origem das regras do jogo, e os movimentos organizacionais se direcionarão baseados nela. O *path dependence* pode produzir dependência do caminho levando a criação de modelos mentais dos empreendedores, que se realizam através de concepção de ideologias. Eles passam a raciocinar tendo como fonte os preceitos da matriz institucional existente e, portanto, induzem os agentes ao interesse das organizações existentes (NORTH, 1992).

As economias que usufruem de ganhos por meio da existência de instituições eficientes possuem alto poder de barganha concedidos de objetivos privados. Estes agentes alteram instituições por meio de soluções institucionais que podem ser socialmente eficientes. Em suma, estes agentes desejam reduzir seus custos de transação (NORTH, 1990).

2.2. A Economia dos Custos de Transação

Para o desenvolvimento desta pesquisa é primordial o estudo da abordagem da Economia dos Custos de Transação (ECT), que permitirá compreender as relações de governança entre os agentes produtores e compradores de cacau, e a coordenação estabelecida na região de Linhares (ES).

A abordagem dos custos de transação é uma forma de análise que vai de encontro à teoria econômica neoclássica e tem sua origem nos pensamentos de Ronald Coase. Durante muitos anos, a análise das relações produtivas esteve focada na visão da economia neoclássica. Nesta visão, a firma tendia a maximizar seus lucros por meio de um comportamento racional dos agentes econômicos. Este comportamento seria resultado da interação entre os preços e a alocação eficiente dos recursos, equalizados pela função produção. A visão neoclássica se demonstrou apropriada para o estudo do funcionamento do mercado, mas não ao estudo das organizações (COASE, 1937). O trabalho de Ronald Coase, “*The Nature of the Firm*”, publicado em 1937, iniciou um debate acerca da existência da empresa como uma função produção, e propôs uma nova visão de que a natureza da empresa é a relação de contratos (FAGUNDES, 1997). Ele se apoiava na incapacidade de a teoria

neoclássica conseguir responder qual a natureza da firma, seus limites e quais os determinantes do crescimento horizontal e vertical (COASE, 1937).

As ideias pioneiras de Coase sobre os custos de transação não tiveram o interesse necessário para seu desenvolvimento, pois a economia neoclássica era uma formidável rival a ser enfrentada, desta forma, a economia dos custos de transação definhou (WILLIAMSON, 1985). Porém, a partir de 1970, a teoria dos custos de transação teve maior desenvolvimento em decorrência dos avanços de Oliver Williamson (FAGUNDES, 1997).

Importante salientar que Coase não menciona o termo “*costs of transaction*” (custo de transação) no trabalho “*The nature of the Firm*”, mas menciona apenas a palavra “*transaction*” (transação), dezenas de vezes. Coase considera o termo neoclássico de custos de produção e insere o custo de transacionar no mercado. Ronald Coase, na obra citada anteriormente, seria o primeiro a trazer o conceito de custos de transação para o estudo da empresa e organização de mercado (WILLIAMSON, 2010).

É importante salientar que o desenvolvimento da teoria de Coase ocorreu na década de 1930, época em que as tecnologias de comunicação eram precárias, as economias em escala eram gigantescas, e as firmas tendiam a produzir grande parte dos itens necessários para suas atividades. Sendo assim, os custos de recorrer ao mercado para comprar eram altos, levando as empresas a produzirem internamente. A proposta central de Coase era entender por que existe organização interna nas firmas e por que “toda a produção não é feita por uma única grande empresa” (COASE, 1937, p. 6).

Para Coase, a firma é algo que vai além da visão neoclássica, em que se associam insumos e produção; ela faz parte de uma relação em que estão envolvidos diversos agentes econômicos que celebram contratos. A firma atua na economia como uma forma de governança que cumpre contratos e define a produção e consiste no sistema de relações com a coordenação de recursos de um empreendedor (COASE, 1937). Assim, “a firma consiste no sistema de relações que vêm a existir quando a direção dos recursos é dependente de um empreendedor” (COASE, 1937, p. 3). Coase considera o sistema econômico como algo que não tem controle central e não precisa de pesquisa central e: “Ao longo de toda a gama da atividade humana e necessidade humana, a oferta é ajustada à demanda e produção ao consumo, por um processo que é automático, elástico e responsivo” (COASE, 1937, p. 1).

No trabalho de Coase a firma é um nexo de contratos, o que diverge com a concepção neoclássica em que a economia é regida pelo sistema de preços. Pois, “na teoria econômica, descobrimos que a alocação dos fatores de produção entre diferentes usos é determinada pelo mecanismo preço” (COASE, 1937, p. 2). Entretanto, este sistema não

constitui a realidade da firma e Coase exemplifica que faz sentido pelo mecanismo preço, que um fator de produção possa ser gerenciado de modo que se produza os bens mais caros para assim ter maiores receitas. Por outro lado, não faz sentido deslocar um funcionário para outro departamento na empresa pelo motivo preço. Este deslocamento ocorreria devido ao poder de gerenciamento do empreendedor (COASE, 1937). Sendo assim, a firma não poderia ser determinada pelo fator preço, uma vez que os contratos, nexos de contratos, seriam relevantes para suas atividades. O mecanismo preço consegue coordenar consumo e produção, mas não de forma perfeita, pois se assim fosse, então não haveria necessidade de gerenciamento dos empreendedores dentro das empresas. Assim, a coordenação por preços é melhor em alguns momentos e a coordenação do empresário torna-se melhor em outro momento (COASE, 1937). O funcionário é um fator de produção e sua relação contratual com empresário é de apenas um contrato, pois não precisa fazer vários contratos com os fatores internos. Sob o mecanismo de preço, então seriam necessários diversos contratos. As relações contratuais dentro da firma são gerenciadas pelo empresário dentro dos limites contratuais e as relações contratuais externas à firma são gerenciadas pelos empreendedores envolvidos. A coordenação do empresário ocorre quando ele firma um contrato com um fator de produção, por exemplo, o trabalhador o qual “mediante determinada remuneração (que pode ser fixa ou flutuante), concorda em obedecer às instruções de um empreendedor dentro de certos limites” (COASE, 1937, p. 4). Os limites são estabelecidos mediante os custos de transacionar dentro ou fora da firma e se traduzem em via mercado (comprar) ou fazer³. Isto deve ser respondido pela seguinte pergunta de Coase. Qual seria o custo de fazer ou comprar? Se concluir que comprar fosse melhor, então os custos seriam via mercado e precisariam ser inferiores aos custos de hierarquia. Se concluir que fazer fosse melhor, então os custos seriam via hierarquia e inferiores aos custos de mercado. A distinção entre custos de transação e custos de produção é que o primeiro poderia sofrer alterações na alocação de recursos, enquanto o último dependeria apenas da tecnologia e preferências (ARROW, 1969).

Coase associa os custos de produção e de transação ao mecanismo de preços de mercado e aos mecanismos contratuais, direcionando quais as melhores condições em que ambos mecanismos podem ser utilizados de forma a obter melhores resultados. Para Coase, transação é o custo de acessar o mercado, negociando e elaborando contratos (COASE, 1937).

Os custos de transação são os custos de recorrer ao sistema econômico e estão presentes em todos os mercados. Em situações de falha de mercado⁴, os custos de transação

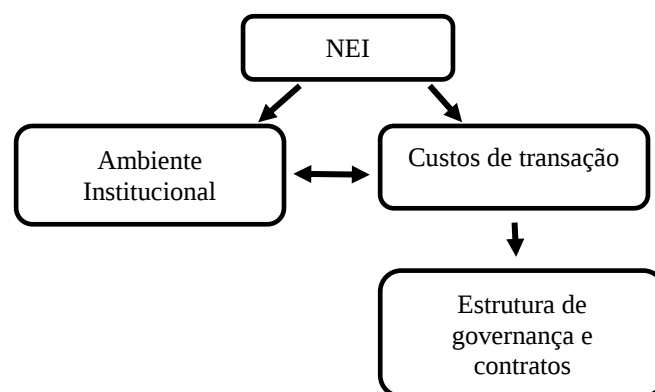
³ Mais tarde Oliver Williamson desenvolverá o termo “hierarquia” para representar “fazer” internamente.

⁴ Uma Falha de Mercado ocorre quando os mecanismos de mercado, não regulados pelo Estado e deixados livremente ao seu próprio funcionamento, originam resultados econômicos não eficientes ou indesejáveis do

são tão altos que a existência do mercado já não vale à pena (ARROW, 1969). Os custos de transação são custos que a firma tem para negociar, redigir contratos e garantir o cumprimento deles. Estes custos se diferenciam de acordo com as características da transação e dos agentes, influenciados pelo ambiente institucional (WILLIAMSON, 1985). O autor aponta que as transações são fenômenos econômicos que intermediam transferências de propriedade e dependem de arranjos institucionais, entre os quais, o Estado, instituições de direito de propriedade e de cumprimento dos contratos. A teoria dos custos de transação analisa a transação por meio das dimensões e o comportamento dos indivíduos envolvidos por meio dos pressupostos comportamentais (explicados ainda nesta seção). Para isto, existem funções da organização econômica que é coordenar os indivíduos e reduzir os custos de transação (WILLIAMSON, 1985).

Na perspectiva de Williamson (1985), a transação se torna a unidade central de análise e os contratos são os problemas analisados, assim, o foco passa a ser o contrato estabelecido entre os agentes. De acordo com Williamson (1995), a racionalidade limitada evidencia que os contratos são incompletos em sua essência, pois eles não podem prever todos os acontecimentos ao longo de sua vigência, os quais se traduzem em riscos. Entre os riscos, pode-se perceber o oportunismo de uma das partes, mas existem limites em aceitá-los e formas de reduzi-los (WILLIAMSON, 1985). A figura 1 traz a esquematização da Nova Economia Institucional e suas ramificações em ambiente institucional e estrutura de governança, e contratos, no qual estão inseridos os custos de transação.

Figura 1 - Esquematização da NEI



Fonte: Elaborado pelo autor

Williamson (1985) conjectura os custos de transação com o desdobramento da Nova Economia Institucional (figura 1) que se aplica ao estudo da organização econômica, entre as quais, as empresas, mercado e relações contratuais. Este autor aponta que:

[..]a abordagem analítica dos custos de transação tem vantagens sobre as demais abordagens por reunir as seguintes características: (1) é mais microanalítica, (2) é mais autoconsciente sobre seus pressupostos comportamentais, (3) introduz e desenvolve a importância econômica da especificidade de ativos, (4) confia mais na análise institucional comparativa, (5) a empresa de negócios é vista como uma estrutura de governança, em vez de uma função de produção, e (6) maior peso *ex post* (WILLIAMSON, 1985, p. 18).

Os problemas contratuais são resolvidos mais na esfera privada do que judicial. A economia baseada nos custos de transação entende que os contratos são o ponto principal da organização econômica, podendo ser separados em custos de transação *ex ante* e *ex post*. O primeiro são os custos de elaboração, negociação e salvaguarda contratual e é feito com muito cuidado devido às inúmeras contingências que são reconhecidas, as quais devem ser identificadas e adaptadas adequadamente pelas partes. Os custos *ex post* são os custos das adaptações que devem ocorrer após a contratação para alinhar ao objetivo inicial, estando vinculados à manutenção de um acordo; os *ex ante* são os custos de elaboração e negociação (WILLIAMSON, 1985, p. 21).

Nos custos *ex post*, Williamson (1985) aponta que a contratação pode ter quatro formas: a) os custos pela falta de alinhamento do acordo; b) custos de barganha para corrigir distorções após o acordo; c) custos de configuração e funcionamento das estruturas de governança para solucionar possíveis disputas e d) custos de efetivação de uma união segura.

Os custos de transação seriam definidos por três dimensões que envolvem o processo de transação, as quais determinam as relações entre as partes: frequência das transações, incertezas envolvidas nas transações e o grau de especificidade dos ativos. A teoria dos custos de transação entende a transação como uma unidade básica de análise (WILLIAMSON, 2010) e suas dimensões são:

a) A frequência se relaciona com a regularidade de uma transação, sua repetição padronizada é um elemento que determina o tipo de governança adequada para a transação. Quanto maior a frequência das transações, maior a reputação e, desta forma, maior a confiança. A frequência poderia ser analisada simultaneamente com a especificidade de ativos, pois a parte realizaria investimentos que aumentariam a especificidade e procuraria rapidamente amortizá-lo. Esta operação teria impacto sobre os custos de transação de forma a mitigá-lo (FERREIRA et al., 2005; WILLIAMSON, 1985).

b) A incerteza está relacionada com a imprevisibilidade das ações dos agentes envolvidos nas transações e com o desconhecimento do ambiente econômico. Esta dimensão está associada à capacidade dos agentes em prever ações dos demais agentes. Portanto, há estímulo à criação de contratos menos rígidos para regular as relações entre as partes (FAGUNDES, 1997), quando a incerteza é baixa. A incerteza está relacionada com os pressupostos comportamentais: a racionalidade limitada e o oportunismo dos agentes⁵. Segundo Arrow (1974), após a realização de um contrato não há como prever o comportamento dos agentes. No campo organizacional, a fonte fundamental de incerteza decorre exatamente do suposto de racionalidade limitada. Não fosse esse aspecto, as estruturas de governança seriam capazes de se ajustar às alterações havidas no ambiente. Arrow (1974) observa que a confiança é um importante lubrificante do sistema social, ela é eficiente e livra a sociedade de uma série de problemas, tais como a presença da incerteza (ARROW, 1974). Para muitos autores este é o grande problema das organizações econômicas: a necessidade de constante adaptação às alterações de toda natureza que ocorrem no ambiente dos negócios. Há, porém, uma segunda fonte de incerteza e que também se relaciona com aspectos comportamentais, que é o oportunismo. A aceitação do pressuposto de que os agentes podem se comportar de forma oportunista insere um componente de incerteza nas relações comerciais à medida que não há como prever exatamente o comportamento dos agentes, mesmo após a confecção de contratos (ZYLBERSZTAJN, 2005).

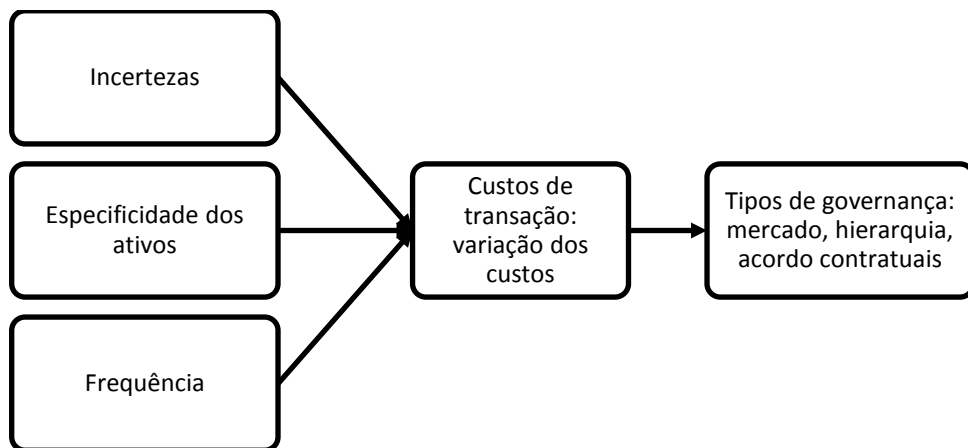
c) A especificidade dos ativos se relaciona à perda de valor de utilizar determinado ativo em outras transações, pois quanto mais específico é o ativo, então maiores serão os custos de transação (WILLIAMSON, 1985). Isto ocorre por que o ativo com alta especificidade não poderá facilmente ser utilizado em outras transações. As mudanças tecnológicas também podem afetar os ativos específicos (ZYLBERSZTAJN; FARINA, 1999). Williamson (1985) apresenta quatro tipos de especificidades: especificidade local, que são a economia nos custos de transporte e armazenamento; especificidade de ativos físicos que são investimentos realizados por uma das partes exclusivamente para a atividade econômica; especificidade de ativo humano, que é a necessidade de obter determinado pessoal para atividade específica e os ativos dedicados, que terminam por ter relação de dependência com o capital investido e o retorno no qual depende de um agente econômico específico ou uma atividade específica. Williamson (1991a) acrescenta mais dois tipos de ativos: especificidade de marca, que se relaciona o nome de uma empresa ou produto que exige exclusividade de fornecimento de um produto por parte de um agente econômico e a

⁵ Ambos serão mais detalhados à frente desta seção.

especificidade temporal que é o valor da transação e o tempo de sua realização, pois envolve o tempo útil de consumo do produto. Os ativos específicos são importantes formadores do tipo de governança e se associam a formas bilaterais de dependência.

A figura 2 traz a esquematização das dimensões, que são condicionantes dos custos de transação e estes moldam os tipos de governanças que poderiam ser adotadas pelo mercado.

Figura 2 - Influência das dimensões sobre os tipos de governança



Fonte: Elaborado pelo autor

Williamson (1991a) apresenta um modelo de escolha da melhor forma de coordenação e governança nas transações baseado nas três dimensões: frequência, incerteza e especificidade dos ativos, os quais recebem influência dos pressupostos comportamentais. Os pressupostos comportamentais racionalidade limitada e oportunismo geram custos de transação e são cognitivos dos agentes econômicos, cujas motivações implicam o surgimento dos custos de transação (FAGUNDES, 1997).

A racionalidade limitada tem como base os contratos incompletos, os quais dão origem aos custos de transação. Os contratos incompletos são consequência da racionalidade limitada e são definidos por situações nas quais existem informações, mas são inacessíveis ou há um alto custo de obtê-las e processá-las. Assim, torna-se dispendioso demais preencher todas as lacunas contratuais. Sendo impossível confeccionar contratos completos, então as partes transacionam em meio às lacunas. No caso de litígio sobre a distribuição das rendas, então as partes recorrem a terceiros para resolver a disputa (ZYLBERSZTAJN; FARINA, 1999).

O pressuposto comportamental da racionalidade limitada foi desenvolvido por Oliver Williamson a partir dos trabalhos de Herbert Simon. Simon define este pressuposto teorizando que a capacidade humana de formular e resolver problemas complexos é muito pequena quando comparada com o tamanho dos problemas cuja solução no mundo real requer

comportamento racional objetivo, ou seja, conhecimento pleno (SIMON, 1972). O processo de decisão é interno à empresa, e exerce influência nas decisões de seus membros dentro dos objetivos gerais (SIMON, 1947).

Simon (1959) postulou que o processo de decisão é limitado, e exemplificou uma partida de xadrez em que os participantes não têm todas as informações necessárias para a melhor tomada de decisão, portanto, sua racionalidade é limitada. Segundo Simon (1972), a escolha racional não pode ser realizada, pois os indivíduos não têm todas as informações e habilidades computacionais perfeitas. Ele também aponta a existência de custos para a busca por informação. Os agentes econômicos não têm, portanto, a capacidade de efetuar a melhor escolha e não são conscientes das alternativas disponíveis. O agente é racional, mas dentro de uma limitação imposta pelo ambiente institucional que opera, sendo assim, incapaz de processar todas as informações e de ter conhecimento de todas elas (SILVA; BRITO, 2013).

A previsão das ocorrências e sua inserção nos contratos tornam-se inviáveis, pois a elaboração dos contratos pode ser complexa, sendo assim, incompleto por não prever os acontecimentos (SILVA; BRITO, 2013). Esta impossibilidade de antever as contingências futuras inviabiliza o momento da confecção do contrato completo, como por exemplo, um contrato de casamento (ZYLBERSZTAJN, 2005). Desta forma, se faz necessário efetuar adaptações devido às lacunas, erros e omissões contratuais não previstos (SILVA; BRITO, 2013).

Existem três formas de racionalidade limitada, como forte, semiforte e a fraca, de acordo com Williamson (1985), sendo descritas como: *“The strong form contemplates maximizing. Bounded rationality is the semistrong form. The weak form is organic rationality”* (WILLIAMSON, 1985, p. 45). A primeira é abordada pela teoria econômica neoclássica, racionalidade forte, cuja postulação principal é de que todos os custos são conhecidos. Ela considera a elaboração de contratos completos, ou seja, dentro do pressuposto neoclássico de racionalidade plena (ZYLBERSZTAJN, 2005).

A segunda, chamada de semiforte ou racionalidade limitada é a qual a mente humana apresenta capacidade limitada de processar informações, e a terceira forma de racionalidade, denominada fraca ou orgânica entende que os agentes econômicos são incapazes de se antecipar às contingências, ou seja, não conseguem estabelecer mecanismos ou estruturas de governança para mitigar os custos devido às falhas de mercado (WILLIAMSON, 1985).

O segundo pressuposto comportamental é o oportunismo, que é a busca pelo interesse próprio com malícia e aproveitando da presença das assimetrias de informação, o

que resulta em dois problemas: riscos morais e seleção adversa (FAGUNDES, 1997; WILLIAMSON, 1985). O custo elevado de obter informação para entrar em um mercado tem sido pouco comentado pela literatura, mas está intimamente relacionado com a comunicação e à incerteza. Na presença da incerteza, existem as possibilidades da presença de informações, como também de sua ausência (ARROW, 1969).

A assimetria de informação ocorre quando um agente econômico dispõe de informações as quais os demais agentes da transação não dispõem. Assim, a parte detentora de tal informação privilegiada poderia não ter incentivos suficientes para agir de forma eficiente, o que levaria ao risco moral ou *moral hazard* (FAGUNDES, 1997). O risco moral se refere a situações as quais um agente não pode observar as ações do outro, sendo assim, este obtém vantagem a qual poderia ser traduzida em falhas e omissões na confecção do contrato, gerando um contrato incompleto. A seleção adversa, na assimetria de informações, surge quando alguns agentes econômicos têm informação privilegiada antes de se decidirem pela realização de um contrato, cuja informação é de interesse do agente que não a tem (FAGUNDES, 1997).

O pressuposto comportamental oportunismo também assume três níveis de *self-interest seeking* ou de busca de interesse próprio, segundo Williamson (1985). De acordo com o autor, esses níveis seriam: “*The strongest form, the one to which transaction cost economics appeals, is opportunism. The semistrong form is simple self-interest seeking. Obedience is the weak (really null) form*” (WILLIAMSON, 1985, p. 47).

A forma forte de comportamento oportunista ocorre quando o agente econômico adota mecanismos não convencionais para alcançar seus objetivos, “como mentir, roubar ou trapacear, bem como distorcer ou fornecer informações incompletas com a intenção de escamotear ou confundir a contraparte, resultando em assimetrias de informações” (WILLIAMSON, 1985, p. 47).

A forma semiforte ou de interesse próprio entende que os contratos acordados serão mantidos e cumpridos normalmente, mas considerando atitudes não convencionais dos agentes. A forma fraca, chamada de obediência, entende que funcionários não controlam seu comportamento e são conduzidos por fatores externos que poderiam estar vinculados às ações do governo ou, ainda, por motivos ideológicos (WILLIAMSON, 1985). As lacunas presentes nos contratos, segundo Silva e Brito (2013), quando exploradas de forma oportunista podem gerar falhas no mercado e por fim, aumentar os custos de transação.

Assim, tanto o oportunismo quanto a racionalidade limitada podem gerar custos de transação. A presença da racionalidade limitada entende-se como a incapacidade de coletar

e processar todas as informações necessárias para a confecção de contratos completos. A presença do oportunismo determina desconfiança e que um contrato seria a melhor forma de reger as relações. No caso de contingências futuras, os ganhos de cada parte previstos no contrato não se manteriam. A existência destes dois pressupostos determinam os mecanismos de governança que serão estabelecidos nas transações (FAGUNDES, 1997; WILLIAMSON, 1985). Os pressupostos comportamentais racionalidade limitada e oportunismo se relacionam aos custos da transação, criando tipos de governanças.

As estruturas de governanças surgem justamente em decorrência das relações entre os agentes econômicos. As estruturas de governança se configuram dentro dos limites do ambiente institucional, dos pressupostos comportamentais e das formas das transações – frequência, especificidade dos ativos e incerteza (FERREIRA et al., 2005).

As estruturas de governança são os resultados do ambiente institucional que os agentes operam, e são configuradas com o objetivo de reduzir os custos de transação. Para Zylbersztajn (1995), os custos de transação são bases de análise e relacionam os atributos das transações com as formas mais eficientes de transações no sentido de reduzir custos e incertezas. Para estabelecer o funcionamento das estruturas adequadamente existe a coordenação, que é a capacidade de harmonizar as atividades do negócio envolvidas, facilitando o trabalho e o sucesso. Williamson (1985) descreve três tipos de governanças: mercados, hierárquicas e as híbridas.

A governança do tipo mercado ocorre por meio de sistema de preços e é representada principalmente por contratos clássicos (WILLIAMSON, 1992). É o local onde ocorrem as transações de produtos ou serviços regidos por regras e estruturas padronizadas. Existem muitos demandantes e ofertantes anônimos nesta estrutura que se envolvem em negociações determinando tanto os preços quanto os procedimentos de transação, desenvolvendo as relações de compra e venda.

A governança tipo hierarquia refere-se à organização interna das firmas e ocorre no momento em que a empresa decide internalizar determinadas atividades que integram a atividade principal (FAGUNDES, 1997). A estrutura de governança hierarquia é denominada também como integração vertical. A firma tem algumas razões para integralizar, entre as quais, se baseiam nas teorias neoclássicas que buscam a renda monopolística por meio das barreiras de entradas de novas empresas neste mercado. Nesta governança, as disputas são resolvidas internamente, sem arbitragem externa, reduzindo os custos, uma vez que não se recorre a mecanismos externos para solução de conflitos. Assim, a empresa não estaria sujeita às falhas de coordenação de agentes externos decorrentes do mecanismo mercado

(ZYLBERSZTAJN, 1995). O poder de “fiat” é inerente à hierarquia e consiste no monitoramento e controle com objetivos de redução da incerteza. Na visão de Williamson (1985), o poder de “fiat” é um poder impositivo e característico da organização interna da firma e não existe na governança de mercado.

Ao internalizar a produção, a firma passaria a ter propriedade dos ativos envolvidos em suas atividades. Neste contexto, sob a hierarquia, ela estaria aumentando seu controle sobre o sistema produtivo (FERREIRA et al., 2005). Por outro lado, a firma passaria a ter diversas outras funções, as quais exigiriam deslocamento e criação de novos recursos, os quais precisam ser coordenados dentro da estrutura verticalizada. A firma passaria a ter diversas outros níveis hierárquicos, porém, o excesso de níveis hierárquicos poderia causar viés “na alocação de recursos para investimentos” (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 62)

A forma híbrida envolve contratos complexos e arranjos cuja propriedade é de uma das partes. Assim, cria-se dependência bilateral entre as partes. São contratos de longo prazo que podem ser “comércio recíproco, contratos de distribuição, alianças estratégicas, *join-ventures*, entre outros” (FERREIRA et al., 2005, p. 10). São formas consideradas neoclássicas, quase integração. A forma híbrida consiste em utilizar a estrutura, equipamentos ou insumos específicos de uma firma, mas que operado por outra (FERREIRA et al., 2005).

As formas de governanças podem ser comparadas por meio de três tipos de dimensões: adaptabilidade, incentivos e controle. A adaptação é a capacidade de resposta ou de se adaptar às mudanças no ambiente. A adaptabilidade pode ser do tipo A, que ocorre quando ela é induzida pelos preços e sem interferência institucional; e a adaptabilidade tipo C necessita da ação institucional (WILLIAMSON, 1991b). Os incentivos são os instrumentos que influenciam positivamente no processo de decisão, caso eles sejam encorajadores, no sentido de se reduzir eficientemente os custos de transação, serão considerados. Os controles são mecanismos que as firmas criam sobre os contratos internos, objetivando reduzir a demanda por intervenção de terceiros, como a arbitragem, para a solução de litígios. A estrutura de controle é interna à firma e visa também reduzir os custos de transação (WILLIAMSON, 1991b; ZYLBERSZTAJN, 1995).

A governança de mercado se caracteriza por elevado grau do incentivo dos agentes envolvidos na transação, mas quando inserido em ambiente muito tumultuado, torna-se o poder de adaptação menos eficiente. Desta forma, entende-se que fortes incentivos são equilibrados por menor dimensão de adaptabilidade.

“Os custos de controle são características das formas integradas, sendo reduzidos no caso dos mercados” (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 79). As formas híbridas de governança

preservam a autonomia, sendo assim, proporcionam os incentivos. As estruturas verticalizadas perdem os incentivos, pagando o preço de controles internos mais elevados. Entretanto, levam vantagem sobre as condições de ambiente mais tumultuosa, ou seja, com alto grau de mudanças, sendo assim, elas têm maior flexibilidade para se adaptar (ZYLBERSZTAJN, 1995). A tabela 1 sintetiza o exposto.

Tabela 1 - Atributos das Estruturas de Governança

Atributos	Governança		
	mercado	híbrido	hierarquia
Instrumentos			
Incentivos	forte	semi-forte	fraco
controles	fraco	semi-forte	forte
Desempenho de atributos			
adaptação A	forte	semi-forte	fraco
adaptação C	fraco	semi-forte	forte

Fonte: Adaptado de Zylberztajn, 1996 e Williamson, 1991a

Essa visão trouxe uma importante implicação para o estudo da empresa, pois, a partir de então, se permite utilizar e incorporar, com melhor entendimento, novas formas de arranjos produtivos (ZYLBERZTAJN; FARINA, 1999). Estes novos arranjos produtivos provêm da criação de relações contratuais entre os agentes do mercado, no sentido de formar alianças estratégicas, franquias, entre outros.

2.3. Cultura

No que tange à análise do ambiente institucional formal e informal, este último está associado ao elemento cultura. A cultura molda as relações e a conduta social de um grupo baseado em determinados valores que foram concebidos no decorrer de sua existência. A cultura de uma determinada localidade é um componente para a compreensão do funcionamento adequado da cadeia produtiva de produtos agrícolas.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a análise terá por base a antropologia cultural. Segundo Barrio (2005) e Marconi e Presotto (2010), a antropologia é uma ciência que estuda questões biológicas e culturais do homem. O termo antropologia se origina do idioma grego que *antropo* significa, homem e *logia*, estudo. Ela pesquisa as formas físicas primitivas e atuais humanas, e também suas manifestações culturais e tem como objeto o próprio homem e suas obras. A formulação de princípios explicativos da formação e desenvolvimento das sociedades humanas são atribuições da antropologia (BARRIO, 2005; MARCONI; PRESOTTO, 2010). A antropologia física estuda o físico humano, sua origem, evolução, anatomia, fisiologia e diferenças “raciais” antigas e modernas. A antropologia cultural investiga o homem como fazedor de cultura tanto no espaço e no tempo quanto às

origens e desenvolvimento e diferenças. Na antropologia cultural “o foco é o interesse voltado para o conhecimento do comportamento cultural humano, adquirido por aprendizado, analisando-o em todas as suas dimensões” (MARCONI; PRESOTTO, 2010, p. 5). O homem é a estrutura biológica que cria o seu meio cultural por meio de comportamento demonstrando a atitude biológica e cultural do desenvolvimento humano (MARCONI; PRESOTTO, 2010).

De acordo com Marconi e Presotto (2010), a antropologia tem íntimas relações interdisciplinares com a economia, pois ela se preocupa com a explicação do conhecimento global da cultura, assim faz-se necessário desvendar o funcionamento econômico das sociedades. Essas autoras ainda apontam que por mais simples que seja uma sociedade, ela tem uma organização econômica sistematizada nos recursos disponíveis e no trabalho. A visão da antropologia sobre a cultura apenas difere em nível de tecnologia ou de integração de seus elementos, pois todas as sociedades possuem cultura, sejam elas simples ou complexas. Ou seja, a antropologia não julga culturas, como algo culto ou inculto, pois não existem considerações relativas à superioridade de uma sobre outra.

A cultura tem seus componentes, segundo Marconi e Presotto (2010), que são os conhecimentos, crenças, valores, normas e símbolos.

- a) Conhecimentos são transmitidos entre as gerações e se relacionam à sobrevivência por meio de alimentação, abrigos, transportes entre outros.
- b) Crenças se relacionam ao aceite como verdade de uma proposição comprovada ou não. São crenças em forças sobrenaturais, superstições, sejam elas maléficas ou benéficas.
- c) Valores são considerados para indicar objetos e situações consideradas desejáveis, importantes, que podem remeter à riqueza, prestígio, poder que podem se expressar por meio de sentimentos os quais incentivam e orientam o comportamento humano.
- d) Normas são as regras que se relacionam à ação do indivíduo em certas situações. Podem ser reais, as quais são esperadas dos indivíduos: obrigatórias, preferenciais, típicas, alternativas e restritas, ou comportamentais, que assume um comportamento fora das normas reais.
- e) Símbolos são realidades físicas ou sensoriais cujos usuários atribuem valores ou significados específicos. Podem ser gestos, sinais, ordens, hinos, cerimônias, objetos, textos sagrados, palavras os quais tenham adquiridos significados específicos (MARCONI; PRESOTTO, 2010).

Em relação ao componente valores, Marconi e Presotto (2010) apresentam dois tipos de valores: dominante, que se refere aos valores considerados importantes, como direito à vida ou liberdade de expressão, e secundários, que são menos importantes e dependem do desejo de uma pessoa, como por exemplo, servir café a uma visita. Já os valores dominantes são divididos em quatro critérios: amplitude, que é o valor que mede a importância de um valor para uma população (direitos humanos); duração, que é o tempo de permanência de um valor; intensidade, que é o grau da procura e manutenção de um valor, e prestígio, que é a importância dada a um valor pelos seus portadores.

A palavra cultura nesta pesquisa não é usada para definir o desenvolvimento do indivíduo, mas sim, a sociedade em que ele está inserido. Todas as sociedades, sejam elas rurais, urbanas, simples ou complexas possuem cultura. Somente o recém-nascido e o *homo ferus* (homem em estado selvagem) ainda não sofreram o processo de endoculturação (MARCONI; PRESOTTO, 2010).

Para Marconi e Presotto (2010) existem mais de 160 conceituações sobre cultura, mas sem consenso. Laraia (2001) analisa o desenvolvimento do conceito de cultura e juntamente com Marconi e Presotto (2010) avaliam que o conceito de cultura varia no tempo, no espaço e na sua essência. Um dos pioneiros do estudo neste assunto foi Edward Burnett Tylor que em sua obra “Cultura Primitiva” de 1920, define cultura, no sentido amplo e etnográfico, como “todo o complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como um membro da sociedade” (TYLOR, 1920, p. 1). Existem outras definições do termo o qual com o decorrer do tempo adquiriu novas ideias. O antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942) define cultura como uma realidade instrumental criada para satisfazer as necessidades do homem. Ele entende como uma criação que é cumulativa e aumenta o poder de ação e eficiência de um povo, e tem como efeito a participação coletiva. Ela transforma os indivíduos em grupos organizados, modifica as disposições inatas do homem trazendo assim benefícios e obrigações. Os membros são submetidos a ordenamentos, que incluem leis, tradições, hábitos (CUCHE, 1999).

O psicólogo norte-americano Edgar Schein (1928-) entende que cultura e liderança são o mesmo lado da moeda. A cultura é dinâmica, surge das interações entre os indivíduos e é moldada por comportamento de liderança pela criação de regras, normas e rotinas. A essência da cultura são os pressupostos básicos e crenças estabelecidas. Ambos atingem os valores e as normas reconhecidas numa determinada cultura, e estes influenciam nas escolhas e ações de seus membros (SCHEIN, 1990). Ele define cultura como:

Culture can now be defined as (a) a pattern of basic assumptions, (b) invented, discovered, or developed by a given group, (c) as it learns to cope with its problems of external adaptation and internal integration, (d) that has worked well enough to be considered valid and, therefore (e) is to be taught to new members as the (f) correct way to perceive, think, and feel in relation to those problems (SCHEIN, 1990, p. 3).

Entretanto, Schein (1990) entende que o conceito de cultura é mais útil na análise de grupos e organizações do que em sociedades nacionais, devido à maior homogeneidade das unidades menores. Apesar desta visão, ele divide a cultura em quatro categorias: a macrocultura, ligada ao âmbito de nações e ocupações que existem globalmente; as culturas organizacionais; as subculturas, que são grupos dentro de organizações e as microculturas, que são microssistemas que podem estar com ou dentro de organizações.

De acordo com Schein, o fundador de uma organização passa sua personalidade para o grupo o qual moldará a cultura da empresa. Entretanto, serão as adversidades relacionadas às crises, superação, sobrevivência da empresa que desenvolverá soluções para lidar com os problemas. Um conjunto de regras será desenvolvido na empresa para se ajustar aos problemas que surgem e se manterão lá até que mudem (SCHEIN, 1983).

Para Schein, as culturas mudam somente quando novos valores são trazidos de fora dela, os quais podem se incorporar aos pressupostos básicos somente se eles se revelarem benéficos. As ações conduzidas pela cultura produzem artefatos. Este autor classifica a cultura em três níveis: artefatos, que são visíveis na cultura, identificáveis, ou seja, são os elementos tangíveis, como regras de vestimentas, mobília, cores e entre outros. As crenças e valores, são as soluções que os líderes propõem para auxiliar a decisão organizacional. São manifestações racionais de comportamento considerados ideais, entende-se como estratégias e objetivos compartilhados pelo grupo. E por fim as suposições básicas, que são os sentimentos assumidos e normas declaradas. Para Schein (1990), as suposições básicas são as fontes de explicação da cultura de uma empresa. São destacados o significado das ações e percepções da organização os quais tendem a padronizar o comportamento (SCHEIN, 1990).

Clifford Geertz (2008) descreve sobre a dificuldade de definir o termo cultura e exemplifica Clyde Kluckhohn que em seu livro (1949) define o termo utilizando 27 páginas. Geertz (2008) sustenta que para o entendimento dos valores culturais de um povo é necessário conhecer os símbolos que são construídos a partir de crenças, ritos e a própria história de um povo. Para ele, cultura não pode ser entendida como um complexo de comportamentos concretos, e sim, como um conjunto de mecanismos de controle para governar o comportamento. Ele concorda com a visão de Franz Boas sobre as diferenças terem bases culturais e não biológicas (GEERTZ, 2008).

Geertz (2008) também incorpora a discussão do papel da religião na formação cultural de um povo. Em seu trabalho sobre cultura, ele analisa o comportamento dos povos devido a sua crença religiosa e afirma que na visão de um antropólogo, “a importância da religião está na capacidade de servir, tanto para um indivíduo como para um grupo” (GEERTZ, 2008, p. 90), tanto como fonte de concepções gerais, como disposições "mentais" enraizadas. Geertz define religião como:

(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 2008, p. 67).

Entretanto, segundo Geertz, o estudo antropológico sobre religião não avançou muito após a II Guerra Mundial, sendo assim, o capital conceitual dos primeiros estudiosos do assunto ainda persiste (GEERTZ, 2008).

A cultura é fundamental para que os efeitos de planejamento produtivo sejam eficientes e apresentem resultados satisfatórios. Os componentes da cultura podem potencializar o aprendizado e o processo de replicação. Portanto, a relação entre a cultura de um povo e a extensão rural é um ponto importante a ser analisado para então aferir os resultados embasados nesta relação. Levar o conhecimento ao produtor rural é “o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural” (PEIXOTO, 2008, p. 7). A forma de assimilação de um povo depende da cultura que o envolve, resguardados os valores, conhecimentos, tradições e costumes. O objetivo da extensão rural é criar um processo educativo visando o aumento da produção e da renda, refletindo também na qualidade de vida (PEIXOTO, 2008).

No que diz respeito aos mecanismos ou agentes que auxiliam em difusão de conhecimento em processos de aprendizado - um dos elementos da cultura -, a extensão rural é uma das formas e surge a partir da relação entre duas dimensões: comunicação e educação.

A extensão rural é um processo de carácter coletivo que tem por objetivo transferir conhecimentos ou tecnologias para famílias do meio rural visando aperfeiçoar os processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização nas atividades.

A dimensão comunicação é um processo dinâmico e constitui em “levar ao produtor rural informações úteis ao seu aprendizado. A dimensão educacional objetiva auxiliar o produtor rural a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência as informações adquiridas” (SEPULCRI; PAULA, 2006, p. 2). Sepulcri e Paula (2006) apontam que a extensão rural é uma forma de educação não formal, pois tem como objetivo principal melhorar o nível de vida das pessoas envolvidas no aprendizado. A adoção

do termo educação tem origem nos países mais desenvolvidos, onde ainda é indispensável para a recuperação de zonas rurais carentes.

A extensão rural se apoia no modelo de difusão inovador que admite que há “perspectiva de mudança da estrutura pela difusão e adoção de novas técnicas” (SEPULCRI; PAULA, 2006, p. 3). Trata-se de um modelo fundamentalmente técnico e com bases na modernização. A extensão rural brasileira passou por três fases evolutivas: humanismo assistencialista, difusionismo produtivista e humanismo crítico. Não foram excludentes, homogêneos ou de forma linear. Essas fases coexistiram e ao longo do tempo seus traços subsistiram (SEPULCRI; PAULA, 2006). No processo de difusão (quadro 1) de conhecimento para a inovação, as inovações são comunicadas aos demais membros de um grupo. Desta forma, espera-se aumentar a eficiência da adoção de inovações para aumentar a produtividade. Assim, criam-se condições de encurtar o tempo entendido entre o surgimento da inovação e sua adoção pelos produtores rurais. A comunicação entre os membros de um grupo precisaria ter informações necessárias para avaliar e aplicar as inovações

Quadro 1 - Características do processo de difusão

a) Observar as características da velocidade de difusão da tecnologia, a partir do número de adotantes ao longo do tempo.
b) Observar se há uma continuidade da atividade inventiva e aperfeiçoamento dos inventos ao longo do processo, a partir de informações históricas da organização.
c) Observar se ocorre o desenvolvimento das habilidades técnicas entre os usuários e se ocorre o desenvolvimento de habilidade no desenvolvimento de máquinas ou serviços que complementam o uso da técnica.
d) Observar se ocorre complementaridade entre diferentes técnicas dentro da atividade produtiva ao longo do processo de difusão da tecnologia
e) Observar se ocorrem mudanças no contexto institucional no qual se dá o processo de difusão, considerando variáveis sociais, legais, institucionais, econômicas, os quais podem configurar barreiras ou facilidades ao processo de difusão, a partir da análise de prováveis modificações no contexto de inserção deste agronegócio específico que possam ajudar ou atrapalhar no processo de difusão da tecnologia observada.
f) Observar se ocorre aprendizado ao longo do processo, envolvendo os diversos agentes, de forma a facilitar a difusão da inovação, observando o comportamento dos usuários e da empresa durante o processo de difusão da tecnologia observada.
g) Observar os tipos de pressões que impulsionam a difusão da tecnologia no período observado, usando para isso o histórico do processo de difusão da tecnologia e a indicação dos motivos que geraram a pressão para demanda da tecnologia em fases distintas do processo.

Fonte: Adaptado de Hoff, Rathmann e Padula (2006)

A comunicação seria um processo de troca analisando o contexto social, cultural, econômico, visando o desenvolvimento rural. A tecnologia precisa ser ensinada, para permitir aos receptores do processo, os agricultores, dominá-la tecnicamente. Assim, a comunicação

rural teria que conscientizar a população para participar das mudanças visando à construção de uma sociedade mais participativa (MARÇOLLA-MOREIRA; ARAÚJO, 1999). O retorno positivo da difusão de tecnologia cresce de acordo com o número de adotantes e estaria relacionado com a criação de *path dependence* e a padronização (HOFF; RATHMANN; PADULA, 2006).

O conhecimento também relacionado ao processo de aprendizagem pode ser tangível ou explícito, e intangível ou tácito (FLEURY; FLEURY, 2004). O conhecimento tácito se refere ao ajustamento de crenças e normas ao longo do tempo, se relaciona ao capital humano e está contido nas estruturas cognitivas dos colaboradores de uma organização. É um conhecimento pessoal, fruto de uma longa experiência e convivência, daí a complexidade de transmissão a outros e a sua codificação, está inserido na memória organizacional, pode resultar em novas formas de referências, novas habilidades, como também na substituição de conhecimentos anteriores considerados obsoletos pela organização (FLEURY; FLEURY, 2004; NONAKA, 1991).

O conhecimento explícito é resultante de repetições e rotinas e pode ser explicado. Se relaciona, por exemplo, ao capital estrutural. É fácil de ser codificado, explicitado, ou seja, formalizado, daí a facilidade de ser expresso por meio de palavras, fórmulas entre outras. Sua transmissão pode ser efetuada rapidamente e facilmente (FLEURY; FLEURY, 2004; NONAKA, 1991).

Para a ocorrência da criação de conhecimento são necessários grupos de relacionamento e chefia em nível de propriedade, como o de comunidades práticas⁶, por exemplo, como uma cooperativa. As Cooperativas ou comunidades de prática constituem um processo social e cognitivo. Sua formação depende de tecnologia e do estabelecimento de relações informais. Desta forma, poderão se criar ambientes para realizar trocas de ideias, informações, definir posições quanto às mudanças (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). O aprendizado envolve a participação e o envolvimento em uma comunidade de prática, assim criando disposição, conduta e perspectiva profissional. As comunidades de prática desenvolvem relações mais profundas entre os participantes do que outros tipos de comunidades, como o destacado no quadro 2 (BINOTTO; SIQUEIRA; NAKAYAMA, 2009).

⁶ Comunidade de prática é um grupo de pessoas informalmente ligadas pelo conhecimento especializado compartilhado e pela paixão por um empreendimento conjunto. É um processo com limites que são históricos, com relações de longo prazo entre as pessoas e seus espaços. Para eles, o desenvolvimento do aprendizado concerne ao desenvolvimento do conhecimento identificado na prática. A comunidade de prática é a condição intrínseca para a existência do conhecimento e para que possam ser adotadas as melhores práticas e obtido um padrão na atividade (BINOTTO; SIQUEIRA; NAKAYAMA, 2009, p. 272).

Quadro 2 – Comparativo das Comunidades de Práticas e outras

Características	Comunidades de Práticas	Time de Projeto	Rede Informal
Objetivo	Desenvolver nos participantes aprendizado, criação de conhecimento e competências	Realizar determinada tarefa	Colher e transmitir informações empresariais
Participantes	Participantes que se autoselecionam	Empregados escolhidos por gerentes seniores	Amigos e conhecidos do meio empresarial
O que possuem em comum	Paixão, compromisso e identificação com habilidades comuns do grupo	As metas e pontos importantes do projeto ou objetivos	Necessidades mútuas e conhecimento interpessoal
Duração	Sem tempo pré-determinado para acabar ou enquanto houver interesse em manter o grupo	Temporário, termina quando o projeto entregue é concluído	Enquanto as pessoas tiverem um motivo para manterem contato
Limite	Domínio do conhecimento	Registro formal	Relações mais amplas
Conexão	Aplicação de uma prática	Compromisso com os objetivos	---
Permanência do Grupo	Membros constantes	Membros constantes durante o projeto	Ligações baseadas nos conhecimentos

Fonte: Wenger e Snyder (2000)

As comunidades de prática têm entre seus membros interesses comuns, foca na motivação, é autogerenciável e autosselecionável. Seu prolongamento se dá mediante a geração de conhecimento, o que impulsiona a renovação constante. A confiança se desenvolve entre os membros no decorrer do tempo considerando a segurança dos membros em questionar os assuntos. Os membros poderiam identificar outros membros os quais formarão sinergia e surgirão competências para solucionar um ou diversos problemas. Uma comunidade de prática pode auxiliar na criação de infraestrutura social que intermediaria a troca de conhecimento. Desta forma, um grupo com foco na aprendizagem, no desenvolvimento de capacidades e na difusão do aprendizado aumentam as capacidades para a solução de problemas e por fim, proporcionar o bem estar dos membros (BINOTTO; SIQUEIRA; NAKAYAMA, 2009).

As questões culturais locais também levam ao comportamento que induz a um grau de capacidade de articulação com a esfera pública, planejamento integrado público-privado. A articulação territorial gera cooperação supra municipal e, muitas vezes, transnacional. O processo de aprendizado se multiplica abrangendo a criação de grupos locais bem articulados que proporcionam avanços socioeconômicos e no diálogo. Assim, eles operam como mecanismos de dinamização local que envolvem os vários agentes relacionados, sendo desta forma, instrumentos de aprendizagem promotores de

desenvolvimento. Surgem assim, lideranças, gestores, técnicos os quais tendem a ter condições de tomada de decisão mais eficientes (AZEVEDO, 2006a).

Wenger e Snyder (2000) apresentam características de comunidades de prática como forma de aprendizado no quadro 3.

Quadro 3- Características de comunidades de prática

Aprender com a participação social
Compartilhar práticas, valores, insights, objetivos e interesses
Compartilhar especificidades da área de atuação e solução de problemas
Aumentar a motivação no trabalho, reputação profissional e produtividade
Ter um conjunto comum de focos em problemas e senso de propósito
Engajar as pessoas em um processo de encorajamento para o compartilhamento, criação e uso do conhecimento
Criar um respeito mútuo e confiança para a realização de trocas
Encorajar as pessoas a realizar trocas, expor as “ignorâncias”, fazer questões difíceis e ouvir cuidadosamente
Ter conhecimento coletivo e necessidades reais para conhecer o que cada um conhece
Ser auto organizada
Criar uma “fábrica” de aprendizado
Ser formal ou informalmente organizada

Fonte: Wenger e Snyder (2000)

Portanto, a questão cultural local pode levar à capacitação pessoal local, gerando grupos afins, os quais realizarão ações visando o desenvolvimento local e, por conseguinte, melhorias socioeconômicas. Dado essa importância, as questões mais específicas à cultura local também serão desenvolvidas na seção 2.3.

Como forma de melhor compreender as contribuições da antropologia cultural, esta será analisada sob o prisma de três principais escolas: evolucionista, funcionalista e estruturalista, as quais serão apresentadas a seguir.

2.3.1 Escola Evolucionista

Os teóricos da escola evolucionista acreditavam que as culturas passavam pelos mesmos estágios dentro de uma linha de evolução. As sociedades são julgadas de acordo com seu nível de progresso e desenvolvimento. Portanto, “o evolucionismo cultural concebe a cultura quando e onde quer que se encontrem o seu desenvolvimento progressivo através dos tempos e a sequência básica desse desenvolvimento entre todos os povos da terra” (MARCONI; PRESOTTO, 2010, p. 243).

A escola evolucionista parte do etnocentrismo, que são a cultura e o pensamento europeus prevalecendo sobre os demais. Nesta lógica, os valores europeus são melhores e os demais ainda se encontram em estágio de desenvolvimento, cujo ápice seria atingir a forma cultural europeia. A visão é baseada na cultura do “eu” (visão do europeu), como uma narrativa que se lança sobre uma análise e julgamentos dos comportamentos de outras

culturas. As culturas dos outros precisavam assimilar a cultura do “eu” para prosperar. Os principais representantes são Edward Burnett Tylor (1832-1917), Lewis Henry Morgan (1818-1881) e James Georg Fraser (1854-1941) (MARCONI; PRESOTTO, 2010)

Edward Tylor, em sua obra “Cultura e Civilização” de 1871, tomou os conceitos dos termos *Kultur* (cultura) do alemão, que era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade e *civilization* (civilização), do francês, para criar o conceito do termo em inglês, *culture* (CASTRO, 2005; LARAIA, 2001). Tylor acreditava que a igualdade da natureza humana pode ser estudada em sua exatidão na comparação das raças cujos graus de civilização são iguais. Para ele, a diversidade cultural é resultado da desigualdade de níveis evolutivos e que a antropologia deveria estabelecer uma escala de civilização, na qual os europeus estariam em extremos opostos às tribos selvagens. Os demais humanos estariam entre estes extremos (LARAIA, 2001).

Morgan em seu livro *Ancient Society* distinguia três etapas que passaram ou passarão todas as sociedades humanas: selvageria (antigo), barbárie (intermediário) e civilização (recente). Para Morgan, as etapas fazem parte de uma sequência obrigatória de desenvolvimento. Morgan fez estudos sobre os índios iroqueses nos Estados Unidos e também estudos comparativos dos sistemas de parentesco entre os povos. Cada etapa descrita por Morgan era iniciada por uma invenção como, por exemplo, arco e flecha, cerâmica e escrita (MARCONI; PRESOTTO, 2010). Após a derrota da Comuna em 1871, em Paris, Morgan escreveria que os “comunas” haviam sido injustamente condenados, pois eles não foram compreendidos. As ideias de Morgan, especificamente de seu livro “A sociedade antiga”, tornaram-se mais tarde a doutrina antropológica oficial da União Soviética (CASTRO, 2005). O antropólogo escocês James George Frazer (1854-1941) compara as raças humanas e traça afinidades, e assim procura entender a evolução do pensamento e das instituições humanas por meio da elaboração de leis gerais as quais possa presumir os acontecimentos (CASTRO, 2005).

2.3.2 Escola Funcionalista

A escola funcionalista se inicia a partir de 1920 e é uma resposta ao pensamento evolucionista. Sua preocupação reside no rigor da pesquisa de campo na busca por uma observação mais objetiva das culturas ou instituições, abordando a descrição e a relação com os demais elementos (MARCONI; PRESOTTO, 2010).

Nesta visão, os antropólogos devem conviver com os povos analisados observando, anotando e descrevendo as minúcias relativas aos costumes sociais,

independentemente se haja ou não sentido. Há uma grande importância no rigor acadêmico com pesquisas diretas no campo com interação com a cultura estudada e procuraram relacionar a genética aos problemas psicológicos (MARCONI; PRESOTTO, 2010).

No funcionalismo cada sociedade deve ser analisada em si mesma de forma integrada de relações e costumes (CUCHE, 1999). A análise da sociedade deveria ter como ponto de vista a não existência de atraso em relação a uma ideia de evolução das sociedades humanas. Para os funcionalistas, a sociedade existe de forma sincronizada, sistemática e complexa. Quaisquer manifestações devem ser analisadas de forma sistêmica com as demais. As partes não podem ser entendidas separadamente (MARCONI; PRESOTTO, 2010).

Entre os representantes estão Bronislaw Malinowski (1834-1942) e Alfred Reginald Radcliffe-Brown (1881-1955). Malinowski desenvolveu a teoria das necessidades humanas, na qual a cultura é fruto da natureza humana, ou seja, das necessidades humanas. As necessidades humanas podem ser: primárias ou biológicas (nutrição, defesa etc.), derivadas ou instrumentais (educação, organização econômicas etc.) e integrativa ou sintéticas (magia, religião, arte etc.). O homem, ao atender suas necessidades primárias, constrói um ambiente secundário que é a cultura propriamente dita de sua sociedade. Cada fato social é construído e se relaciona com o sistema cultural como um todo (MACEDO, 2009). Para Malinowski, a compreensão de uma sociedade não se vincula à importância de se conhecer o seu passado, mas sim, de uma visão sincronizada da realidade cultural por meio da observação a qual seria possível com o contato direto (MARCONI; PRESOTTO, 2010). Qualquer cultura deve ser analisada em uma visão sincrônica, unicamente da observação de fatores contemporâneos (CUCHE, 1999). Para isto, ele viveu entre os nativos da Nova Guiné entre 1914 e 1918.

Radcliffe-Brown compartilha a visão de Malinowski sobre as necessidades, mas ele considera a existência de “condições necessárias de existência”. Para ele, o conceito de sociedade depende do papel que um determinado elemento tem em uma sociedade. Seu interesse estava mais nos aspectos da vida social e nas questões institucionais, que a seu ver contribui para a manutenção da continuidade da estrutura social. Ele viveu entre os nativos das Ilhas Andaman no golfo de Bengala (MARCONI; PRESOTTO, 2010). Baseado em Émile Durkheim, Radcliffe desenvolveu conceitos acerca do estado de saúde de uma sociedade, que consiste no nível de integração. Às sociedades com integração saudável aplica-se o termo eunomia, enquanto as sociedades não saudáveis, com problemas de desordem e não integração, o termo seria disnomia (MARCONI; PRESOTTO, 2010). Radcliffe tinha um pensamento estrutural-funcionalista.

2.3.3 Escola Estruturalista

A escola estruturalista se desenvolveu paralelamente ao funcionalismo, e seu apogeu ocorreu nas décadas de 1940/50. Este pensamento tem pontos concordantes com a teoria funcionalista: a visão de cultura é sincrônica e o fenômeno cultural tem visão sistêmica e globalizante. As culturas são sistemas de sinais partilhados na sociedade e estruturados por princípios que estabelecem o funcionamento do intelecto. Ou seja, existem regras estruturais das culturas na mente humana independentemente da origem de uma sociedade. O principal representante desta escola é o belga Claude Lévi-Strauss (1908-2009). Para Lévi-Strauss, a cultura é um conjunto de sistemas simbólicos, entre os quais está a linguagem, regras matrimoniais, a arte, a ciência, a religião e as normas econômicas. Ele procurou descobrir na variedade das produções humanas as estruturas do espírito humano, que são as regras universais. Para Lévi-Strauss, existem estruturas gerais que moldam as sociedades e constroem a cultura de cada uma delas. Estas regras, que estão inseridas no inconsciente humano, permitiam a Lévi-Strauss localizar materiais culturais idênticos que podem ser observados em todas as culturas (CUCHE, 1999). O autor exemplifica como o “mais característico destas regras universais que o estruturalismo analisa é a proibição do incesto que tem como fundamento a necessidade das trocas sociais” (CUCHE, 1999, p. 98).

Estas três correntes do pensamento de cultura foram fundamentais para a compreensão de elementos como o conhecimento, os valores, as crenças, os costumes e tradições, os quais foram tratados por autores como Tylor (1920), Marconi e Presotto (2010) e Schein (1983,1990), e servem de referência para o desenvolvimento desta pesquisa.

Contudo, a análise também se dá vinculada a questões institucionais informais e locais, motivo pela qual a seguir se trabalha aspectos da cultura local.

2.4 A Cultura Local

No estudo da cultura local, Santos e Nolasco (2010) expõem a necessidade de analisa-la no bojo do processo de globalização, pois ela cria profundas relações locais que transformam e mesclam as manifestações, muitas vezes, não as subjugando. A cultura local é entendida como o local da cultura, pois as culturas são heterogêneas e híbridas, e estão presentes, ao mesmo tempo, no mesmo lugar. O processo de globalização que o mundo vive atualmente afeta as culturas locais levando à hibridação, pois seus braços econômicos trazem por imposição novas relações socioeconômicas aos sujeitos, cujas consequências são a

homogeneização cultural. Este processo traz dois momentos: desterritorialização e reterritorialização,⁷ porém, não se anula a cultura local (SANTOS; NOLASCO, 2010).

Alguns estudos apontam que a cultura local raramente é vista com relevância nos resultados do desenvolvimento. A cultura é vista como uma consequência em uma região e depende de questões sociais, ou seja, não é uma força independente (BRENNAN et al., 2005). Esta perspectiva não considera a cultura como importante aspecto da comunidade. No entanto, os autores rebatem esta vertente afirmando que a cultura local molda as ações de uma comunidade. Ela também apresenta opções de desenvolvimento econômico, social, entendimentos e interpretações. Isto se torna crucial para o desenvolvimento local, pois consideraria a importância da cultura local como forma de melhorar o bem estar da comunidade por meio da incorporação de valores culturais únicos, tradições, sistemas de valores que permitem o alcance do desenvolvimento (BRENNAN et al., 2005).

A cultura local proporciona uma sensação de identidade na comunidade, permitindo o entendimento comum e assim, a construção de uma identidade local. Ela exerce influência sobre a confiança entre os membros da comunidade no sentido de solucionar problemas e o compromisso entre os membros. Este compromisso tem como base a cultura e a identidade em comum, e pode ser percebido como um instrumento de manutenção local, de desenvolvimento e melhoria social (BRENNAN et al., 2005).

A cultura local pode ser entendida como um conjunto de ideias, crenças, regras e dimensões materiais. As ideias são os valores, conhecimentos, experiências realizadas por uma cultura. Os valores são ideias, crenças compartilhadas ou não sobre o que é moralmente certo ou errado, ou ainda, culturalmente desejável. Estes valores são conceitos abstratos e baseados, muitas vezes, na religião. Os valores moldam o comportamento e as regras. As regras são as formas aceitas de agir e interagir na sociedade. A cultura pode ser a base de desenvolvimento quando se promove a identidade local por meio de mobilização de sua população (BRENNAN et al., 2005).

Para Hofstede (1993, p. 10), “Culture to me is the collective programming of the mind which distinguishes one group or category of people from another”. Em outras palavras, a essência da cultura estaria na programação coletiva das mentes. De acordo com Azevedo (2006b), o trabalho de Hofstede envolveu os colaboradores da International Business Machines (IBM) em 67 países, mas após ajustes estatísticos terminou com 50 países. Foram

⁷ São processos geográficos denominados Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR). A criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização (CHELOTTI, 2010).

aplicados 116 mil questionários sobre as relações de trabalho e valores culturais, cujas perguntas envolviam:

[...] percepções de diferenças do regime organizacional: como a presença ou ausência de consulta a um subordinado pelo superior; percepções a respeito do clima organizacional: sentimentos de tensão de um trabalho induzido; valores em termos desejáveis: competição entre os empregados usualmente faz mais mal do que bem; – valores em termos do que é desejado: importâncias pessoais ligadas a vários aspectos do trabalho, como segurança, cooperação etc (AZEVEDO, 2006b, p. 2).

Por meio de análise fatorial realizada com os dados colhidos nas unidades da IBM espalhadas pelo mundo concluiu-se que “metade das variâncias encontradas na média dos países podia ser explicada por quatro dimensões básicas” (AZEVEDO, 2006b, p. 3): distância de poder, individualismo versus coletivismo, masculinidade versus feminilidade, e incertezas. Hofstede detectou que pessoas que trabalham na mesma empresa, mas em outros países, representam no comportamento a população de seus respectivos países, igual à sua nacionalidade (HOFSTEDE, 1993). A distância de poder (*power distance*) está relacionada à autoridade hierárquica e foi definida como o grau que os menos poderosos de uma organização ou instituição de um país aceitam a desigualdade do poder. Algumas sociedades são desiguais e outras mais ainda (AZEVEDO, 2006b; HOFSTEDE, 1993). O individualismo versus coletivismo é o grau de preferências das pessoas de uma sociedade em agir individualmente ou coletivamente. Um exemplo é que em sociedades coletivistas as crianças aprendem a respeitar os mais velhos independentemente se elas pertencem ou não àquele grupo. O sentimento de proteção coletiva também ocorre (HOFSTEDE, 1993).

A terceira dimensão detectada pelo estudo de Hofstede é chamada de masculinidade versus feminilidade, ou seja, uma sociedade pode ter mais valores relacionados ao primeiro elemento, como: assertividade, desempenho, agressividade, sucesso e competição, cujas características são mais fortes em sociedades masculinas. Nas sociedades mais femininas prevalece os valores como qualidade de vida, relações pessoais mais profundas, solidariedade, cuidados com os mais vulneráveis (AZEVEDO, 2006b; HOFSTEDE, 1993, 2015). A quarta dimensão é a forma com que os membros de uma sociedade percebem situações incertas ou desconhecidas, ou seja, é a medida do sentimento de insegurança ao risco. Assim, sente-se falta de regras claras e escritas. Elas podem ser escritas, como também podem não ser escritas e imposta pela tradição. Em locais com alto grau de incerteza, as pessoas tendem a se demonstrar mais nervosas, enquanto em locais com baixo grau de incerteza, as pessoas se demonstram pró ativas. Sociedades culturalmente com fortes incertezas tendem a ser mais rígidas e menos flexíveis, as sociedade com poucas

incertezas podem ser mais flexíveis e menos rígidas (AZEVEDO, 2006b; HOFSTEDE, 1993, 2015).

A quinta dimensão foi adicionada por Michael Harris Bond após um estudo que envolveu a aplicação de questionário a 50 estudantes homens e 50 estudantes mulheres em 23 países nos cinco continentes. Está baseado nos ensinamentos de Confúcio. Foi nomeado por Hofstede como orientação a curto ou a longo prazo. No curto prazo os valores são orientados para o passado e para o presente, por meio do cumprimento de tradições e de obrigações sociais. No longo prazo, a orientação é para o futuro, como por exemplo, poupar e persistir (HOFSTEDE, 1993).

A cultura é um importante fator do desenvolvimento local, pois sua natureza é representada por manifestações e expressões populares regionais, as quais constituem fatores da identidade cultural. A cultura se traduz na cultura local quando se reforça a valorização e o incentivo ao desenvolvimento regional. A cultura popular sofre alterações devido ao momento econômico, administrativo, educacional e social. A cultura local hoje busca valorizar a tradição para assim criar uma perspectiva de sustentabilidade cultural no processo de desenvolvimento local. Desta forma, a cultura local pode se transformar num produto “vendável”, que gera emprego, renda e negócios numa região (LÓSSIO; PEREIRA, 2007).

A valorização da cultura pode ser pela dimensão dos símbolos culturais, que são: comunicação, que se expressa por gestos e mandinga da cultura; pela rivalidade entre as manifestações, o que leva o grupo a uma competição baseada na criatividade e, por fim, pela afetividade a estes símbolos culturais (LÓSSIO; PEREIRA, 2007).

A cultura local atual se constitui de elementos de outras culturas, como por exemplo, as adaptações que a culinária brasileira faz a alimentos criados em outros países. Assim, não se pode tender ao universalismo e excluir manifestações locais, ou seja, eles coexistem no mesmo espaço e tempo (SANTOS; NOLASCO, 2010).

Para Bernard Kayser (1994), as diferenças culturais são regionais, sociais e temporais, e elas seriam melhores aproveitadas quando afirmadas e promovidas, assim, passariam a ser reconhecidas como um motor de desenvolvimento econômico local. O autor aponta que a cultura local, assim como a rural, ambas recebem como estímulo da globalização, uma série de informações as quais tem o poder de moldar as relações locais, seja no modo de vida e valores locais. No âmbito econômico, as informações emitidas pela globalização podem também ser o desejo do mercado e do consumidor de outras localidades, que podem levar determinadas regiões a ter sua cultura como valor catalisador de mercados.

Kayser (1994) entende que a busca de identidade territorial é motivada pelo desejo de referência às especificidades legadas pelo passado e ainda presentes, como: língua, pronúncia, gostos, comportamentos coletivos ou individuais. Kayser afirma que a era da uniformização imposta pela igualdade não existe mais, e que a diversidade é uma riqueza a se preservar.

Kayser também analisa, sob a forma do “renascimento rural”, a redução no declínio da população rural, que ele entende como uma retomada e, portanto, uma valorização do campo (VEIGA, 2006). Porém, em relação à valorização da produção local de bens e serviços, a padronização dos processos produtivos é a forma de valorizar a cultura local como elemento constituído no desenvolvimento econômico regional. Estas formas de relação têm caráter cultural, cria incentivos à divulgação e comércio de determinados produtos e serviços com forte bagagem de cultura local que fortalecem a identidade local, embutida de conhecimentos, valores e práticas as quais são conservadas há gerações (KAYSER, 1994).

A ideia dos três vetores observados por Kayser fazem parte deste renascimento rural, composto de culturas, as quais se moldam e criam novas relações. De acordo com Veiga (2006), são eles:

- a) Aproveitamento econômico das amenidades naturais por meio de um leque de atividades que costumam ser tratadas no âmbito do turismo;
- b) Desdobramento paisagístico dos esforços de conservação da biodiversidade;
- c) Crescente necessidade de buscar a utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais.

Para Veiga (2006), a globalização é vista como duas grandes dimensões: econômica e ambiental. Elas se refletem sobre as áreas rurais: a econômica, que se relaciona às cadeias produtivas, ao comércio e aos fluxos estrangeiros; e a ambiental, que se refere às fontes de energia e biodiversidade em geral (VEIGA, 2006). Para Veiga (2006), a associação destas dimensões ao mundo rural, seja tradicional, moderno ou socioambiental⁸, permitem configurações socioeconômicas inéditas, ou seja, mais dinamismo.

As comunidades enfrentam desafios contínuos que são obstáculos para o seu desenvolvimento. A cultura presente nestas comunidades poderia fornecer subsídios por meio de conhecimentos e aprendizados que gerariam condições mais favoráveis para superar os desafios. O grau de desenvolvimento da comunidade expõe as formas com as quais ela utiliza

⁸ Para Brandemburgo (2010), o rural está sucumbindo enquanto o moderno e a industrialização dos espaços produtivos avançam sobre formas de organização social, cuja agricultura camponesa ou familiar é a base. O rural emerge como um espaço de atividades e profissões diversas submetidos à racionalidade do capital. (BRANDEMBURG, 2010,)

os conhecimentos para mais rapidamente e eficientemente apresentar soluções. A eficácia das respostas aos desafios constitui também traços da cultura local.

O modelo buscado hoje de agricultura se baseia nos princípios econômicos de ocupação, ordenamento territorial, conservação e manutenção do meio ambiente e da paisagem. Existem dois pilares que deveriam sustentar esta arquitetura: primeiro são as políticas de mercado e incentivos à forma de renda provenientes deste mercado e as políticas socioeconômicas territoriais. Em relação ao primeiro pilar participariam dela as sociedades mercantis, cooperativas e os produtores rurais.

O segundo pilar é um composto de políticas sócio estruturais com atribuições que envolvem práticas de proteção ao meio ambiente, conservação do espaço e manutenção do tecido sócio rural. Os desafios estão relacionados à redução da população rural, os quais poderiam ser combatidos por meio de ajuda para melhorias estruturais e produtivas, como vias de acesso, acesso à irrigação, assistência técnica aos produtores, ajuda para proteção ambiental e para diversificação econômica das atividades rurais, como: incentivo ao turismo rural, à produção e aperfeiçoamento do artesanato local, recuperação e manutenção do patrimônio cultural e histórico (AZEVEDO, 2006a).

As melhorias estruturais e produtivas têm o potencial de instalação do jovem no campo. Também a aposentadoria antecipada poderia trazer mais pessoas ao campo. As melhorias no sistema de comércio, transformação e beneficiamento produtivo, incentivos ao associativismo e à busca pela qualidade de produção são formas de aperfeiçoamento e desenvolvimento rural. No entanto, a busca pela qualidade está relacionada às questões culturais (AZEVEDO, 2006a), pois:

[...] está diretamente relacionada ao fator cultural, pois estimula a divulgação e o comércio de determinados produtos e serviços que trazem uma carga cultural muito forte, os intitulados produtos com denominação de origem ou produtos locais. Esses produtos são resultado de uma identidade social própria, dispondo de um conjunto de valores, conhecimentos e práticas que se traduzem e se refletem nesses produtos alimentícios, no vestuário, no artesanato, etc (AZEVEDO, 2006a, p. 4).

Para Azevedo (2006a), o modelo de desenvolvimento rural europeu aumenta a participação dos agentes e atores sociais, os quais buscam melhorias de vida por meio de estímulos de políticas de governo. Na esfera territorial, os esforços cooperativos entre as regiões a partir do processo de aprendizagem criado por esta integração trazem benefícios e geram efeitos multiplicadores. Assim, os efeitos positivos se realizariam sob a forma de avanços sociais e também na valorização das forças culturais específicas locais, como a credibilidade, autoconfiança nas iniciativas, que geram responsabilidades sobre o destino,

resgatando os valores criados por gerações, o conhecimento e forças que no passado moldaram a sociedade atual. Como resultado, há a busca pelas soluções de problemas locais (AZEVEDO, 2006a).

O engajamento da população com a solução dos seus problemas aumenta a credibilidade local, pois esta ação proporcionaria dinamização dos processos de avanço socioeconômicos. Os processos se direcionam na profissionalização, capacitação do pessoal, adoção de estratégias de desenvolvimento a médio e longo prazo e ampla difusão tecnológica (AZEVEDO, 2006a).

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com objetivos de base descritiva, pois busca identificar, descrever, compreender e explicar (MARTINS; THEÓPHILO, 2009), aspectos institucionais formais e informais na transação de cacau. Assim, quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, voltada à produção de cacau, alinhando questões teóricas e práticas do setor. Quanto aos procedimentos, envolveu uma pesquisa bibliográfica (já apresentada anteriormente) e demandou estudos de caso como estratégia de pesquisa, cuja projeção se baseia em quatro condições apontadas: validade do constructo, validade interna, validade externa e a confiabilidade (YIN, 2001). A pesquisa realizada é um estudo de caso múltiplo.

De acordo com Yin (2001), deve-se escolher o referencial teórico que se pretende trabalhar e iniciar a pesquisa por meio de três fases: selecionar os casos e desenvolver os protocolos para a coleta de dados, realizar a análise dos dados, finalizando com um relatório de caso e, por fim, a análise e interpretação dos dados na visão da teoria selecionada. Segundo o autor, esse rigor metodológico serve para reduzir as imperfeições que podem ocorrer na elaboração da pesquisa. O referencial teórico da Nova Economia Institucional forneceu subsídios para a análise dos aspectos formais de produção com IG e sobre as formas de governança e coordenação, trabalhados no âmbito da Economia dos Custos de Transação. Aspectos do ambiente institucional informal foram analisados com autores que trabalham com Cultura (principalmente do ponto de vista Antropológico) e Cultura Local. A pesquisa teórica foi realizada com acesso a base de dados científica nacional e internacional, como Periódicos Capes, Scielo, *Science Direct*, Parthenon e *Spell*, e de obras impressas disponíveis em bibliotecas e em outras fontes.

Quanto aos procedimentos de investigação foram realizadas: pesquisa bibliográfica sobre o histórico do cacau, sua produção no Brasil e na região, e também referente ao sistema agroindustrial do cacau; pesquisa documental, como por exemplo, o registro de Indicação de Procedência (Anexo A) e o regulamento da indicação geográfica de procedência do cacau (Anexo C) e a bibliografia referente ao registro de produção com IG na região de Linhares; estudos de casos com produtores agrícolas, além de entrevista com representante da ACAL. Nas pesquisas documentais, segundo Yin (2001), o material é coletado e analisado para corroborar com evidências de outras fontes ou ainda acrescentar mais informações. Já as entrevistas podem ser abertas, formuladas ou estruturada (YIN, 2001). O desenvolvimento histórico e de evolução do setor fora realizado a partir de autores da área de história econômica e de informações de sites da internet da região do Espírito

Santo. Já informações referentes ao SAG do cacau foram obtidas por meio das bases de dados nacional e internacional. Por meio dessa pesquisa bibliográfica realizada visando identificar e selecionar publicações científicas sobre o assunto em periódicos constatou-se a dificuldade em encontrar trabalhos com esta abordagem devido ao pouco material encontrado. Decorrente desta premissa, a pesquisa se fez pertinente, pois foi preciso ter mais familiaridade com o problema de forma a torná-lo mais explícito. Assim, em relação aos objetivos a pesquisa pode ser classificada como exploratória e construída com o intuito de apresentar um cenário sobre um fato pouco explorado no mundo acadêmico (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). E também descritiva, pois procurou descobrir a influência de fatores institucionais (e as relações de governança e coordenação) dentro de seu escopo teórico na estrutura produtiva de cacau.

Os estudos de caso foram realizados com agentes produtores de cacau no âmbito de uma organização, no caso a ACAL, da região de Linhares/Espírito Santo. Essa Associação - criada há 10 anos - aglutina médios e grandes produtores de cacau, totalizando 150 associados. Dessa entidade foram pré-selecionados no quadro de seus 150 associados, em 2015, um grupo de 50 produtores de cacau que nas produções de 2015/2016 foram considerados mais habilitados para implantarem o selo de Indicação Geográfica, com o auxílio de projeto⁹ com participação do Sebrae e da ACAL. Deste grupo de 50 produtores, dez foram então, selecionados para este trabalho de forma não probabilística, ou seja, a partir da disponibilidade em participar da pesquisa. A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 31 de maio e seis de junho de 2016 em Linhares/ES. Também foi realizada entrevista com o presidente da ACAL, como forma de avaliar o auxílio desta aos produtores, no que diz respeito aos aspectos formais e informais da produção da região de Linhares. Diante das várias fontes de evidências foi possível então, realizar a triangulação de dados, conforme explicado na seção 3.2. Na terceira e última fase da pesquisa os dados foram classificados e categorizados de acordo com as proposições do estudo, as quais buscaram evidenciar as relações causais teóricas.

3.1 Estudos de Múltiplos Casos e a Associação

Para Yin (2001), o estudo de caso é a investigação de um fenômeno contemporâneo real cujos limites com o contexto não estão bem definidos e se baseiam em cinco componentes do projeto de pesquisa. Para o desenvolvimento, os componentes

⁹ O Sebrae e a ACAL mantêm parceria por meio de um Plano de Ação para os próximos quatro anos, iniciado em 2015, que visa efetiva implantação e a promoção do cacau com IG de Linhares, a renovação da lavoura cacaueira, estratégias para comercialização do produto e o investimento em qualidade. Inicialmente foram selecionados 50 produtores de cacau num projeto piloto.

analisados são: as questões de um estudo, proposições, as unidades de análise, a lógica que une os dados às proposições e os critérios para se interpretar as descobertas.

Como explicado anteriormente, foram entrevistados dez produtores agrícolas, no âmbito da ACAL, por meio de entrevista não estruturada. O instrumento utilizado foi formulário (apêndice A), aplicados aos produtores de cacau durante visita a Linhares/ES, realizada no mês de maio e junho de 2016. Estes formulários buscaram identificar variáveis que podem dar subsídios à compreensão da problematização deste trabalho, à luz das questões institucionais, formas de governança e coordenação, e da cultura local. A observação do pesquisador no local de produção do objeto de estudo também subsidiou as análises da pesquisa. O formulário consistiu em questões que envolviam características do produtor e da produção, e outras que buscaram identificar elementos relacionados à cultura, como o aprendizado, conhecimento, crença, valores, comunicação; à ECT no que tange a comportamentos de racionalidade limitada, oportunismo, os atributos inerentes à comercialização do cacau, que são frequência, incerteza e especificidade do ativo, e formas de governança utilizadas. Vale destacar que as análises das categorias analíticas indicadas pela ECT (e relacionadas às características das transações e dos agentes) tiveram como base os trabalhos de Arbage (2004) e Reys, Arbage e Oliveira (2009), sendo as mesmas também aplicadas em Pigatto et al. (2015). Foram aplicados formulários distintos, seja para os produtores de cacau, seja para a ACAL. O formulário aplicado ao dirigente da ACAL (anexo B) teve por finalidade obter informações as quais forneceram subsídios para analisar os objetivos específicos “b” e “c” apresentados no quadro 4. A leitura e compreensão de documentos da própria Associação, do documento de registro da IG e de entidades também relacionadas foram relevantes para a avaliação de normas e leis específicas ao funcionamento da produção com qualidade. O formulário aplicado à ACAL foi importante para entender como a entidade visualiza as questões culturais locais que podem ser um forte instrumento de desenvolvimento da IG. As respostas obtidas contribuíram para compreender de que forma as informações são disseminadas para os produtores, quais dificuldades ela enfrenta, assim como quem são os agentes parceiros que operam neste cenário.

Quadro 4 - Síntese do método e abordagem

Objetivos Específicos	Método Utilizado para Análise	Teoria Suporte	Elementos/ fatores de análise e Autores	Questões do Formulário
a) Caracterização do SAG do cacau	-Levantamento bibliográfico sobre o sistema estudado no Brasil. - Descritivo -Múltiplos casos com produtores ¹⁰		Sistema agroindustrial não compõe a base teórica para o desenvolvimento da pesquisa, motivo pelo qual não foi apresentado na revisão bibliográfica.	Produtor 17-23 ¹¹
b) Análise do ambiente institucional formal e informal na produção agrícola	Formal: - Análise documental (de registro da IG, via Associação); - Levantamento bibliográfico sobre o registro de IG da região; - Entrevista com a ACAL Informal: - Descritivo; - Entrevista com a Associação; -Múltiplos casos com produtores	Nova Economia Institucional, com destaque à abordagem de Cultura (antropológica) e Cultura local e aprendizagem	Formal: Regras/ condutas formais (registro da IG obtido via Associação); Regras/ condutas formais utilizadas para produção qualidade (formulário produtor) Autores: North (1989, 1991,1992, 1994); Raynaud; Barcala; González (2013) – regras formais de conduta Informal: Questões culturais e origens/ história de um povo: Geertz (2008); Marconi e Presotto (2010) Cultura como conhecimento, valores, costumes e tradições: Tylor (1920); Marconi e Presotto (2010), Schein (1983,1990). Religião como influência na cultura: Geertz (2008) Difusão de conhecimento e processos de aprendizado: Nonaka (1991); Wenger e Snyder (2000); Fleury e Fleury (2004); Binotto; Siqueira; Nakayama (2009); Marconi e Presotto (2010) Cultura local: Kayser (1994); Brennan et al. (2005);	Formal: Produtor 24 a 27 e Associação 9 e 11b Informal; Produtor 28 a 35 e Associação 10 e 11a, e de 12 a 16
c) Realizar caracterização dos agentes e das transações (ponto de vista do produtor), alcançando-se as formas de governança utilizadas.	- Descritivo; -Múltiplos casos com produtores; -Observação	Economia dos Custos de Transação	Características dos agentes; Características das transações; Estrutura de governança: Coase (1937); Williamson (1985, 1991a, 1991b, 1992, 1998, 2010); Zylberzstajn (1985, 1995); Zylberzstajn e Farina (1999).	Produtor 36 a 44

Fonte: Elaborado pelo autor

¹⁰ Somente no que diz respeito a algumas informações da produção agrícola do SAG de cacau de Linhares¹¹ Auxiliam somente a compreender o contexto da produção agrícola dos entrevistados, pois o entendimento do SAG de modo geral do cacau fora feito a partir de levantamento bibliográfico.

A triangulação combina métodos e fontes de coletas de dados, para assim possibilitar o surgimento de profundas análises. Yin (2001) considera o uso da triangulação como potencial forma de validar um constructo, pois diversas fontes de evidência fornecem várias avaliações sobre o mesmo fenômeno.

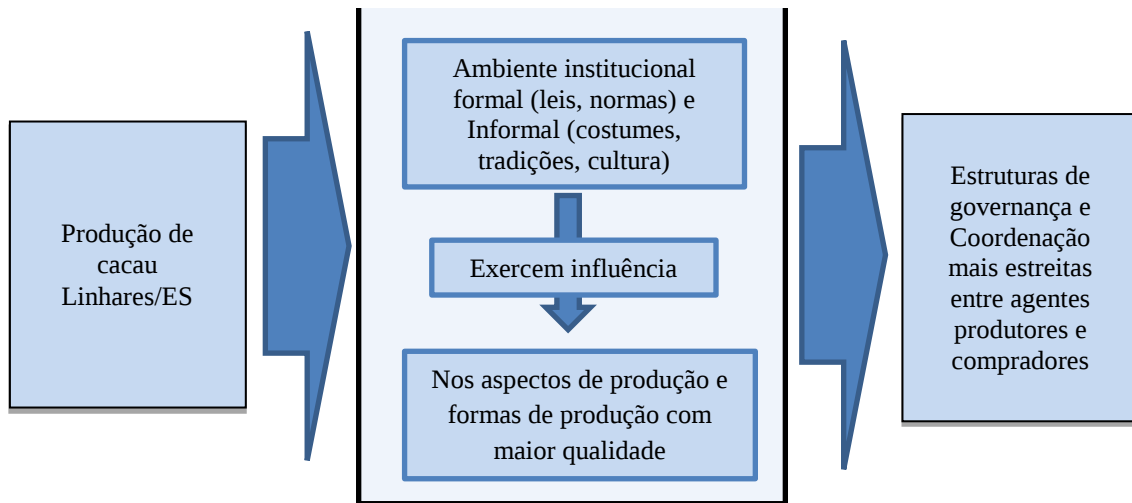
No quadro 4 estão descritas a síntese do método e as teorias utilizadas para a análise a partir dos objetivos específicos da pesquisa, apresentando-se os fatores que serviram de base para a confecção dos formulários aplicados aos agentes produtores e à ACAL. As questões de 1 a 16 se referem às informações identificadoras do entrevistado e de sua propriedade, tais como: nome, endereço, idade, escolaridade e outras, as quais podem ser consultadas no apêndice A.

3.2 Forma de Sistematização e Análise

Os critérios para interpretar as informações coletadas foram por meio de análise qualitativa. Vale destacar a observação direta do pesquisador na região, no período de pesquisa *in loco*, como uma forma importante também de compreender não somente os aspectos de coordenação, mas inclusive, dos aspectos históricos e culturais locais.

A pesquisa passou pelo processo de triangulação. A triangulação se traduz para o mesmo fenômeno a partir de mais de uma fonte de dados, sendo eles: as bases teóricas e levantamentos bibliográficos do setor; o desenvolvimento e aplicação dos formulários aos produtores agrícolas e à ACAL; e a combinação dos formulários com a observação e interpretação do pesquisador. As informações advindas de diferentes ângulos puderam ser corroboradas para iluminar o problema de pesquisa. Segundo Yeasmin e Rahman (2012), a triangulação reduz os erros e aumenta a possibilidade de generalizar os resultados da pesquisa, por meio da verificação, que aumenta a validade. Neste processo é incorporado vários pontos de vista e métodos, sendo, portanto, a combinação de teorias, fontes de dados e métodos que visam convergir para um resultado por meio de uma construção sistemática (YEASMIN; RAHMAN, 2012). A figura 3 representa a estrutura analítica da pesquisa¹² e relaciona justamente a produção de cacau em Linhares ao ambiente institucional formal e informal, e às estruturas de governança e coordenação.

¹² A pesquisa foi realizada a partir do ponto de vista do produtor.

Figura 3 - Estrutura analítica da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor

As relações evidenciadas são de que fatores do ambiente institucional formal (como os protocolos de produção com IG) e informal (como os elementos da Cultura e Cultura Local, que podem ser avaliados sob a forma de conhecimentos, aprendizado, valores, história e tradição da região) podem favorecer um aumento de produção e formas de produção com maior qualidade, fortalecendo também, formas de governança e coordenação mais estreitas entre agentes produtores e consumidores.

4 RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados decorrentes da pesquisa de campo realizada em Linhares/ ES, por meio da aplicação de formulários para produtores de cacau e a Associação, além da observação direta do pesquisador. Também são apresentados os resultados referentes ao sistema agroindustrial do cacau e do histórico do cacau, sua produção no Brasil e na região de Linhares. Assim, o capítulo está organizado de acordo com os objetivos específicos propostos, que são: caracterizar o sistema agroindustrial do cacau (trabalhando-se também com informações do mercado de cacau e a qualidade do cacau), analisar o ambiente formal e o informal (a partir do histórico do cacau no Brasil e no Espírito Santo, e de aspectos da Cultura e Cultura Local), e caracterizar os agentes e as transações envolvidas, assim como as formas de governanças utilizadas.

4.1 O Sistema do Agronegócio do Cacau

4.1.1 Caracterização do Sistema

Nesta seção é descrita o sistema agroindustrial do cacau. A visão da abordagem sistêmica compreende a parcela do agronegócio que engloba o setor agrícola, para a formação do produto nacional. A abordagem do *Commodity System Approach* (CSA) foca na sequência de transformações que passam os produtos e engloba todos os atores envolvidos na produção, processamento e distribuição de um determinado produto. Inclui em tal sistema o mercado de insumos agrícolas, produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo até o consumidor (ZYLBERSZTAJN, 2000).

Nesse sentido, o sistema agroindustrial do cacau será explicado a partir de três momentos, sendo de fundamental importância a decisão do produtor de plantar. O primeiro momento denomina-se "antes da porteira", cujo foco é a aquisição de insumos e maquinários, tais como adubos e agroquímicos e a prestação de serviços são necessários (MENDES; LIMA, 2007), assim como o fornecimento das mudas/ variedades. O segundo momento é o "dentro da porteira", que é propriamente a produção de cacau e o posterior, o "depois da porteira", que é o transporte para fora da propriedade e resulta na transformação e comercialização das amêndoas de cacau para obtenção de subprodutos.

O fruto cacau foi batizado em 1753 como *Theobroma cacao* ou alimento dos deuses pelo botânico sueco Carl Von Linneaus. O cacaueiro é uma planta de clima quente e úmido e seu habitat natural são sub-bosques e matas raleadas, sendo que sua produção se dá entre 10° Norte e 10° Sul da Linha do Equador (ICCO, 2015a) e para a Comissão Executiva

de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), as latitudes são 22° Norte e 22° Sul (BRASIL, 2016d). A parte consumida é a amêndoa, ou semente que passa por todo o processo de beneficiamento até chegar ao consumo final.

A decisão de produzir determinado produto agrícola, neste caso, a amêndoa do cacau, é o momento fundamental e que exercerá influência sobre o planejamento das etapas que seguem no âmbito de um sistema agroindustrial. Na primeira etapa, "antes da porteira", o produtor adquirirá todos os bens necessários à produção, os quais não se encontram na propriedade rural. Estes bens são imprescindíveis à produção do cacau, como: insumos, máquinas, defensivos, fertilizantes, mudas, adubos, equipamentos de irrigação, agroquímicos diversos e a prestação de serviços especializados (MENDES; LIMA, 2007).

De modo geral o cacau possui três variedades, que são o *criollo*, o forasteiro e o trinitário. Segundo Fontes (2013), cada um com sua especificidade. O *criollo* responde por cerca de 5% da produção mundial de cacau. Foi a primeira variedade cultivada nos países da América Central, mais especificamente, Costa Rica, Honduras e México. Nestes países se encontravam no passado os antigos povos olmecas, maias, toltecas e astecas. As amêndoas são grandes e a coloração é clara ou roseada; de baixa acidez e pouco sabor amargo. Apesar de ser considerada nobre, com atributos de ser mais fino e aromático, é muito suscetível a doenças e pouco produtivo. O *forastero*, ou forasteiro, é o cacau cuja origem se deu na região da bacia amazônica. Hoje representa 80% da produção mundial, que é proveniente principalmente do Brasil e da África. As amêndoas são achatadas e de coloração violeta; a acidez é considerada mediana e possui maior resistência a doenças, além de produtividade. O trinitário representa 15% da produção mundial e é o resultado do cruzamento do forasteiro e do *criollo*. Chamado de *trinidad*, devido a Trinidad e Tobago, país em que foi criado (FONTES, 2013).

O melhor desempenho da produção de cacau ocorre com temperaturas médias anuais máximas entre 30-32°C e mínimas entre 18-21°C (ICCO, 2015a). Para a CEPLAC, o cacaueiro se adapta bem nas regiões com temperaturas médias superiores a 21°C, mas em mínimas próximas a 7°C pode ocorrer perda da capacidade de desenvolvimento da semente e por fim, de produção de cacau com qualidade (BRASIL, 2016d). O rendimento anual dos cacaueiros é muito sensível à precipitação de chuvas. Chuvas regulares e abundantes são importante para uma boa produção de cacau; as precipitações precisam ser entre 1.500 e 2.000 milímetros. Durante a seca, se a precipitação for inferior a 100 milímetros mensais e exceder três meses, então pode afetar negativamente a produção (BRASIL, 2016d; ICCO, 2016c). A umidade, atmosférica quente e o sombreamento favorecem o desenvolvimento de um

cacaueiro (ICCO, 2016c), e segundo a CEPLAC o ideal seria apropriar 40% de sombra à plantação (BRASIL, 2016d). O desenvolvimento do cacau precisa de proteção solar, principalmente nos três primeiros anos de vida (KHAMSI, 2001).

Com o advento da vassoura-de-bruxa na Bahia constatado em 1989, buscou-se a criação de cacaueiros mais tolerantes ao fungo desta praga, conhecida como *Moniliophthora perniciosa*. Desta forma, o produto melhoraria sua qualidade e se reduziria o custo de produção. Dentre os procedimentos genéticos adotados no final da década de 1990, havia o desenvolvimento de variedades clonais de cacau. Assim, surgiram os clones que foram posteriormente selecionados na Bahia e introduzidos em outras regiões brasileiras ou no exterior. Também se criaram os híbridos, cuja origem é do cruzamento interclonais de grupos amazônicos e Trinidad (BRASIL, 2016d). Os produtores avaliam a variedade do clone que plantarão, pois existem tipos mais tolerantes à estiagem e às pragas, e mais adaptados a determinadas condições. Assim, escolherão os tipos de mudas de acordo com as condições locais de clima, tipo de solo, proximidade de água, relevo, se estão em sistema agroflorestal ¹³ (SAF) ou ao sol. Quanto à reprodução, o cacau pode ser gerado por sementes, por enxerto de brotos por garfagem, borbulha ou estaquia em cascas de outras árvores ou sobre árvore velha (BRASIL, 2016d; ICCO, 2016c).

Quanto à obtenção de melhores mudas de cacau, é importante destacar a participação de dois agentes institucionais: a CEPLAC e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A CEPLAC é um órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), criado em 20 de fevereiro de 1957, cujo objetivo atual é promover a competitividade e sustentabilidade de atividades agroeconômicas nas regiões da Mata Atlântica e Floresta Amazônica, por meio de parcerias públicas e privadas. A entidade atua em seis estados: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Sua direção geral é em Brasília-DF (BRASIL, 2016e). Essas parcerias se espelham no desenvolvimento de mudas clonais resistentes à seca ou vassoura de bruxa e, por vezes, também produtivas.

A Embrapa é uma empresa vinculada ao MAPA, criada em 26 de abril de 1973 e presente em vários países, cujo objetivo é desenvolver em parceria pública e privada um modelo de agricultura e pecuária focado nas melhorias produtivas e autonomia alimentar. Por meio da unidade Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, foi desenvolvido e lançado

¹³ “Sistemas agroflorestais (SAFs) são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. A tecnologia ameniza limitações do terreno, minimiza riscos de degradação inerentes à atividade agrícola e otimiza a produtividade a ser obtida”(EMBRAPA, 2004) .

em 1999, um processo para selecionar células transgênicas para obtenção de plantas com determinadas características de interesse de algodão, café, banana, uva e cacau (BRASIL, 2016f).

A segunda etapa é a "dentro da porteira", que é a fase de produção propriamente dita e envolve: plantio, manejo, beneficiamento, manutenção de máquinas, armazenamento dos insumos, descarte de embalagens de agrotóxicos e utilização de mão de obra.

Dentro da propriedade o fruto é colhido e amontoado no chão para ser aberto e retirado a polpa e a amêndoa; esta operação não pode ultrapassar cinco dias devido à perda do rendimento. Folhas de bananeiras são colocadas sobre as caixas para reduzir perdas de calor e evitar o ressecamento (OETTERER; REGITANO; SPOTO, 2006). A amêndoa ou semente do cacau recém colhido tem cor púrpura, sabor amargo e odor adstringente, mas não tem qualquer valor comercial até estar secas (BRASIL, 2009). A casca é separada e as amêndoas e polpas são depositadas em caixas de madeira para serem levados à cura. O valor do cacau para a indústria se inicia após sua “cura”, ou seja, ele terá a coloração marrom, o sabor e aroma do cacau. Por meio do beneficiamento se adiciona valor ao produto para sua comercialização. A “cura” é o processo que se passa a amêndoa (semente) e após sua realização, o cacau está pronto para a comercialização. O beneficiamento é composto pela fermentação do fruto, que ocorre ainda no campo e em seguida passa para a etapa de secagem da semente (BRASIL, 2009). Segundo Oetterer, Regitano e Spoto (2006), a cura ou beneficiamento tem etapas que visam separar as amêndoas da polpa para obter a amêndoa seca. A primeira etapa é a fermentação que facilita a separação da polpa e amêndoa e altera a amêndoa com os produtos da fermentação produzindo os precursores do sabor e aroma característicos. A fermentação dura em média seis dias e é neste processo que ocorre a formação de substâncias químicas que levam o produto às características específicas relativas ao sabor, aroma e cor. A segunda etapa da cura é a secagem que reduz a umidade para posterior armazenamento e a mais tradicional é feita em barcaças com a exposição das amêndoas ao sol (OETTERER; REGITANO; SPOTO, 2006).

Toda essa etapa é realizada pelos próprios produtores agrícolas, mas que segundo Silva, Leonelli e Gomes (2014), a produção é globalmente caracterizada por atividade familiar de pequena escala. Segundo Fontes (2013), em pesquisa com pequenos produtores de cacau observou-se o emprego de métodos ainda antigos na produção de cacau. Apesar de existirem novos métodos, os produtores brasileiros não consideravam investir na aquisição de tecnologia, uma vez que o mercado não remunerava estes diferenciais, desestimulando quaisquer tipos de inovação (FONTES, 2013). Desta forma, não foi criada possibilidades de

verticalização da produção cacaujeira na fase “dentro da porteira”, por meio não apenas das vendas de amêndoas, como também da extração de subprodutos como o mel, polpa, ração animal, fertilizantes entre outras (MENDES; LIMA, 2007).

A terceira e última etapa é a “depois da porteira”, que se relaciona à armazenagem dos produtos, transformação e sua distribuição. Em termos de fluxo de produção, as amêndoas são levadas à transformação para a obtenção da massa de cacau, manteiga de cacau, cacau em pó e por fim, o chocolate (OETTERER; REGITANO; SPOTO, 2006).

Nessa fase as amêndoas de cacau podem ser comercializadas tanto com os atravessadores, ou intermediários, que são empresas ou pessoal que adquirem os produtos e os vendem auferido de lucro, como também com as moageiras ou processadoras de cacau. As maiores empresas processadoras ou moageiras de cacau no Brasil são a *Archer Daniels Midland* (ADM), Cargill, Delfi (que foi adquirida pela *Barry Callebaut* em 2012), *Barry Callebaut* e a Indeca, que representam 90% da capacidade instalada no país (FONTES, 2013). Além destas, a indústria do chocolate também pode adquirir cacau *in natura* para processamento, dos compradores, podendo ser intermediários, ou das moageiras para processar os produtos¹⁴. Nesta fase se obtém o *liquor*, manteiga de cacau, torta de cacau, pó de cacau e chocolate, entre outros subprodutos (MENDES; LIMA, 2007).

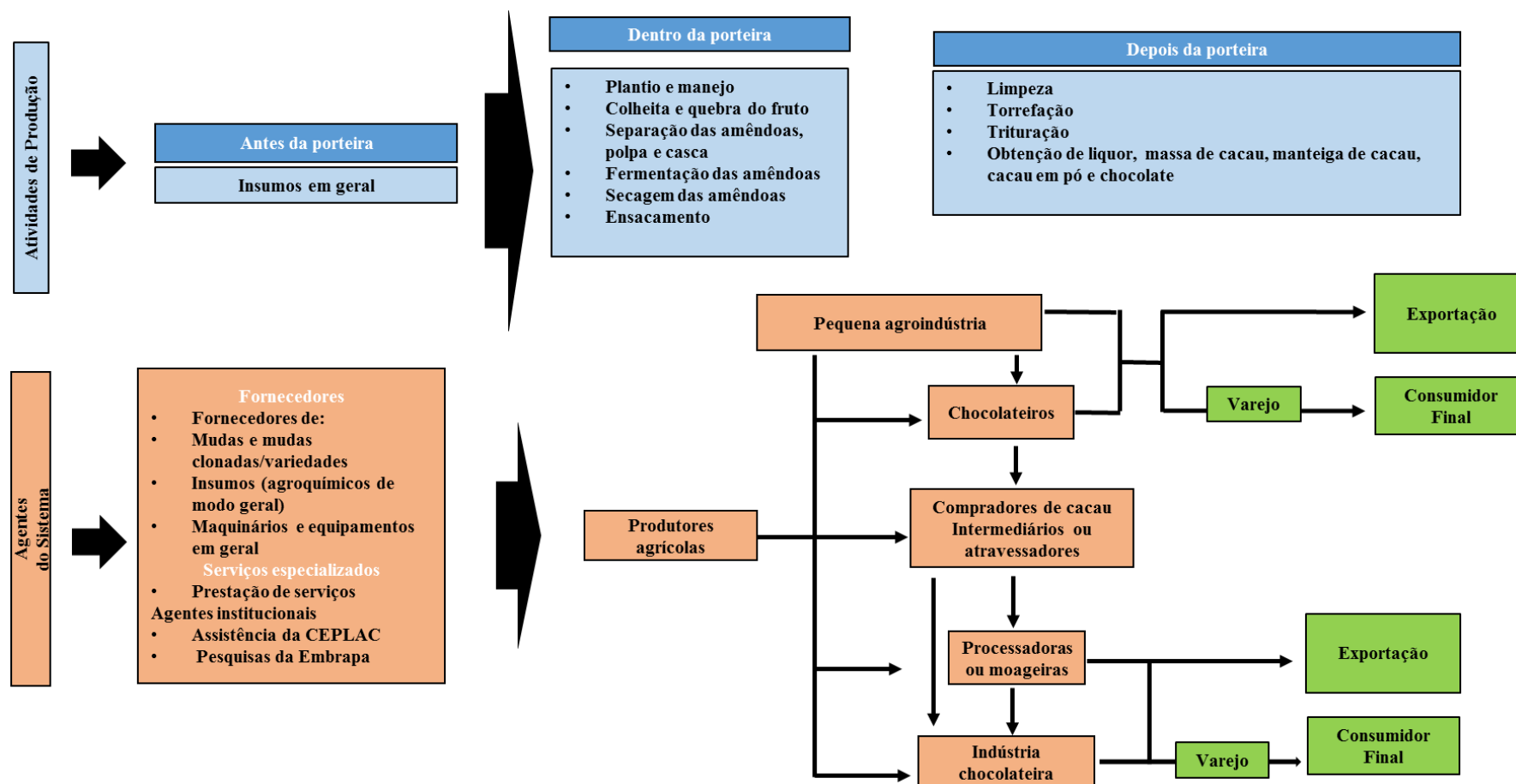
De acordo com Fontes (2013), após o primeiro processamento, o produto pode ser repassado à grande agroindústria fabricante de chocolate; aos chocolateiros, que são fabricantes de chocolates que operam com nichos de mercado, os quais “demandam inovações, criam tendências, incorporam qualidade, exigências e experiências” (FONTES, 2013, p. 133); à pequena agroindústria, que adquire ou produz cacau monitorando desde do cultivo, produção de nibs, processamento de moagem e posterior produção de vários subprodutos, até o processo de estocagem. Em seguida o cacau é repassado aos varejistas que vendem aos consumidores finais ou pode também ser exportado.

De acordo com Estival (2013), várias ações conjuntas na esfera pública e privada vêm incentivando o desenvolvimento do processamento e da comercialização do cacau. A criação tanto de cooperativas, que gerenciam agroindústrias nas regiões produtoras de cacau, quanto de empresas privadas tem aumentado. Estas ações são benéficas às regiões produtoras de cacau, porque expandem os negócios do setor, por meio da agregação de valor ao produto. Desta forma, o produto escoa da região pronto para ser comercializado no varejo ou para a exportação.

¹⁴ As agroindústrias podem tanto adquirir as amêndoas de cacau diretamente dos produtores, como por meio dos intermediários.

A figura 4 apresenta as três etapas do processo de produção, suas respectivas atribuições e também os principais agentes que compõem o SAG do cacau. Os agentes que compõem o sistema atuam de forma complementar e dentro de uma ampla rede de agentes econômicos que abrangem a fase de produção de insumo, transformação, armazenagem e distribuição (BATALHA, 2009).

Figura 4 – SAG do cacau



Fonte: Elaborado pelo autor.

OBS: As pequenas agroindústrias operam tanto no cultivo e colheita, quanto na produção e comercialização do cacau e derivados.

4.1.2 O Mercado de Cacau

O cacau é produzido na região que se compreende entre os trópicos de câncer e capricórnio, e que se encontram os países em desenvolvimento econômico. Nestes países, principalmente africanos, a cultura do cacau exerce importância econômica fundamental que se traduz em fonte de renda para uma enorme quantidade de famílias. Os principais produtores de cacau mundial em 2015, segundo a ICCO (2016b), foram: Costa do Marfim, Gana, Indonésia, Equador, Camarões e Brasil. A tabela 2 aponta a produção mundial de cacau considerando os continentes. Apesar de o Brasil não ter uma produção alta quando comparada aos países africanos, observa-se uma tendência ao crescimento. No mesmo período também é observado aumento na produção mundial de cacau de 3,6 para 4,2 milhões de toneladas, um acréscimo de 16,4%. A última coluna apresenta a variação da produção por região entre 2009/2015.

Tabela 2 - Produção mundial de cacau (em mil ton.)

Região	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	Variação 2009/15 (%)
África	2486	3224	2919	2823	3199	3073	24%
América*	354	455	435	437	516	533	51%
Brasil	161	200	220	185	210	230	43%
Ásia e Oceania	633	511	511	482	447	400	-37%
Total	3634	4390	4086	3927	4372	4236	17%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da ICCO (2016b). *Excluída a produção do Brasil.

A tabela 3 apresenta a participação mundial da produção de cacau, com destaque aos países africanos, que detêm 72,5%. O Brasil contribuiu com 5,4% da produção mundial de cacau na safra 2014/15.

Tabela 3 – Produção (em mil ton.) e participação mundial (em%) em 2014/15

Região	14/15	Participação
África	3073	72,5
América*	533	12,6
Brasil	230	5,4
Ásia e Oceania	400	9,5
Total	4236	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da ICCO (2016b). * Excluída a moagem do Brasil.

Por outro lado, existem os países que são os maiores moedores da amêndoa do cacau. Na tabela 4, nota-se que na Europa estão os maiores países moedores de cacau, embora

não o produzam. A Europa é o continente que mais importa cacau para a moagem; na safra 2014/15 importou cerca de 1,552 milhão de toneladas, que representa 37,4% da produção mundial. Holanda e Alemanha são os maiores importadores e moedoras da Europa. Juntas moem aproximadamente 60% de todo o cacau disponível no continente. Na América, os Estados Unidos e o Brasil moeram cerca da 70% das 878 mil toneladas colhidas na safra 2014/15. Enquanto na África, no mesmo período, a Costa do Marfim moeu 519 mil toneladas, cerca de 65% do total processado neste continente (ICCO,2016b).

A África produziu em 2012/13, 2,8 milhões de toneladas, processou 779 mil, ou seja, 27,6% de sua produção e exportou o excedente. Aproximadamente 80% das importações mundiais da amêndoa do cacau são feitas a partir de países africanos (MENDES; LIMA, 2007).

Tabela 4 - Moagem mundial de cacau (em mil ton.)

Região	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	Participação 2014/15 (em %)
Europa	1530	1625	1521	1581	1602	1552	37,4
África	685	658	717	779	860	876	21,1
América*	588	622	603	641	709	654	15,7
Brasil	226	239	243	241	240	224	5,4
Ásia e Oceania	708	795	874	851	924	847	20,4
Total	3737	3938	3957	4093	4335	4153	100,0

Fonte: ICCO (2016b).* Excluída a moagem do Brasil.

A tabela 5 apresenta o déficit da produção do cacau no Brasil entre as safras 2009/10 e 2014/15. Nota-se que o país tem produzido cacau abaixo de sua demanda, a qual tem sido suprida por meio de importação de cacau de Gana. A escassez do cacau ocorrida neste período é devido à vassoura de bruxa e a forte estiagem que tem atingido os estados produtores (SAMORA, 2016).

A Bahia é o maior produtor nacional de cacau desde 1990, mas sua produção tem caído desde então. Em 2015, a produção baiana foi 39,88% inferior à de 1990. O Pará tem aumentado a produção entre 1990 e 2014, quando passou de 29.131 toneladas em 1990 para 100.293 toneladas em 2014, um acréscimo de 244,28%. O estado de Rondônia produzia em 1990 a quantia de 20.347 toneladas de cacau e em 2014 a produção foi para 5.230, uma queda de 74,26%. O Espírito Santo também apresentou queda na produção, passando de 6.473 toneladas em 1990 para 4.296 toneladas em 2014, uma queda de 33,63%. Durante o período analisado o estado do Espírito Santo apresentou picos de produção superior a 14 mil toneladas

na década de 1990, que foram seguidos por drásticas quedas. No entanto, após esse difícil desempenho, o estado tem demonstrado recuperações na produção (BRASIL, 2015a).

Tabela 5- A produção, moagem e demanda brasileiras de cacau (mil toneladas)

Brasil	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Produção	161,2	199,8	220	185	210	230
Moagem	226,1	239,1	242,5	241	240	224
Demanda	-64,9	-39,3	-22,5	-56	-30	6

Fonte: ICCO (2016b)

Entre 2009 e 2014 houve aumento de 5,2% na área destinada à produção de cacau no Brasil, conforme tabela 6.

Tabela 6 - Área de produção de cacau no Brasil (em ha)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2009/2014 (%)
Área em ha	672.435	662.674	682.482	686.541	692.435	707.106	5,2

Fonte: IBGE (2015b)

O estado do Espírito Santo ocupa a quarta posição na produção nacional de cacau e seu centro produtor se encontra no município de Linhares, que produz em média 90% do produto no estado.

4.1.3 A Qualidade do Cacau

De acordo com a ICCO (2016c), o mercado mundial distingue duas grandes categorias de grãos de cacau: fino ou de aroma (“*fine*” or “*flavour*”) e a granel ou comum (“*bulk*” or “*ordinary*”). Os grãos de cacau fino ou de aroma são produzidos a partir do cacaueiro *crioullo* ou do *trinidad*, enquanto o cacau comum, a partir da variedade *forastero*. Entretanto, não se pode generalizar, pois no Equador o cacau fino ou de aroma provém do forasteiro (ICCO, 2016c). No início do século XX a produção mundial do cacau fino ou de aroma era de aproximadamente 50% e hoje representa cerca de 5%. Este declínio se deu principalmente devido à mudança do gosto do consumidor que passou a preferir produtos mais recheados, ao invés do produto mais sólido, e fora atendido com a adição de ingredientes, como o creme, frutas e nozes. Apesar de ocorrer esta mudança, os fabricantes mundiais ainda demandam chocolate fino ou de aroma para produzir chocolate para consumidores que apreciam o produto sem recheios, principalmente em países como Bélgica, França, Alemanha, Itália, Suíça, Reino Unido, Japão e países latinos americanos, enquanto nos Estados Unidos se consome em proporções menores (ICCO, 2016c).

A produção do cacau fino ou de aroma é uma parte relativamente pequena, altamente especializada e separada do mercado, com as características específicas de oferta e demanda. As empresas que se interessam em comprar cacau de fino ou de aroma são específicas. O preço recebido é determinado pelo equilíbrio entre oferta e demanda para o cacau de origem e se relacionam às exigências do consumidor, entre as quais, as principais são qualidade e sabor. No entanto, ao cacau fino ou de aroma normalmente lhe é atribuído um prêmio sobre o preço nos mercados futuros de Londres e Nova Iorque (ICCO, 2016c).

No entanto, nos anos noventa do século XX e na maior parte da última década deste século, os níveis dos prêmios para o cacau fino ou de aroma em geral sofreram redução. Esta redução se deu quanto ao nível de confiabilidade em relação à frequência de oferta e entrega do produto observando também qualidade e quantidade. A incerteza dos produtores de chocolate fino quanto ao fornecimento regular dentro dos parâmetros desejados quanto à quantidade e qualidade não permitia planejamento produtivo seguro. Além disso, ocorreram progressos na produção de chocolate, que permitiram às empresas aprimorar o sabor dos produtos, mesmo com qualidades inferiores dos grãos de cacau, com a mistura de grãos de cacau fino ou de aroma com grãos comuns, reduzindo o valor do prêmio. Consequentemente, houve redução da demanda por chocolate de fino ou de origem. A partir dos anos 2000, há aumento da demanda por chocolate de alta qualidade, o que leva a produção a voltar a este mercado (ICCO, 2016c).

De acordo com relatório da ICCO (2015b), que trata sobre a produção e exportação de cacau fino ou de aroma, foi observado que o Brasil não possuía até 2010 exportação deste tipo de produto. No entanto, no relatório de 2010 da ICCO, o país foi incluído na lista de países com potencial de produção e exportação de cacau fino ou de aroma em futuro próximo. A partir do século XXI o Brasil começa a se destacar e a participar dos mercados internacionais de qualidade do cacau e chocolate, com a produção e reconhecimento do cacau fino e de aroma brasileiro. O cacau brasileiro recebeu premiações em eventos internacionais, como o Salão de Chocolate de Paris, na França e o município de Linhares recebeu em 2012, a Indicação de Procedência do cacau (ESTIVAL; LAGINESTRA, 2015).

A produção de cacau orgânico certificado representa menos de 0,5% da produção mundial e atingiu cerca de 15,5 toneladas. Apesar de ser ainda baixa, a demanda por este tipo de cacau vem crescendo em ritmo forte, devido principalmente à maior percepção dos consumidores em relação à segurança do alimento e questões ambientais. Há um prêmio sobre

o preço do cacau orgânico que varia entre US\$100 e US\$300 por tonelada, algo entre US\$2 e US\$6 sobre a saca de 60kg. Os principais produtores são Madagascar, Tanzânia, Uganda, Belize, Bolívia, Brasil, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Venezuela, Fiji, Índia, Sri Lanka e Vanuatu (ICCO, 2016b).

Outra alternativa é a produção de cacau por meio da certificação *fair trade*, que é uma parceria comercial que em que as partes operam à base do diálogo, transparência e respeito para o desenvolvimento sustentável. Na parceria *fair trade*, as organizações de produtores cumprem requisitos em que são observadas a evolução social, econômica, ambiental e as condições de trabalho. Os produtores recebem um prêmio pelo cacau produzido nestas condições que fica acima do preço base do mercado internacional. Este prêmio atualmente é de US\$150 para cada tonelada e o preço mínimo, incluso o prêmio, não pode ser inferior a US\$1.750 a tonelada. A parceria baseada no *fair trade* traz outros benefícios, como o acesso ao mercado. O cacau vendido pelo selo *fair trade* representa aproximadamente 0,5% do cacau mundial (ICCO, 2016).

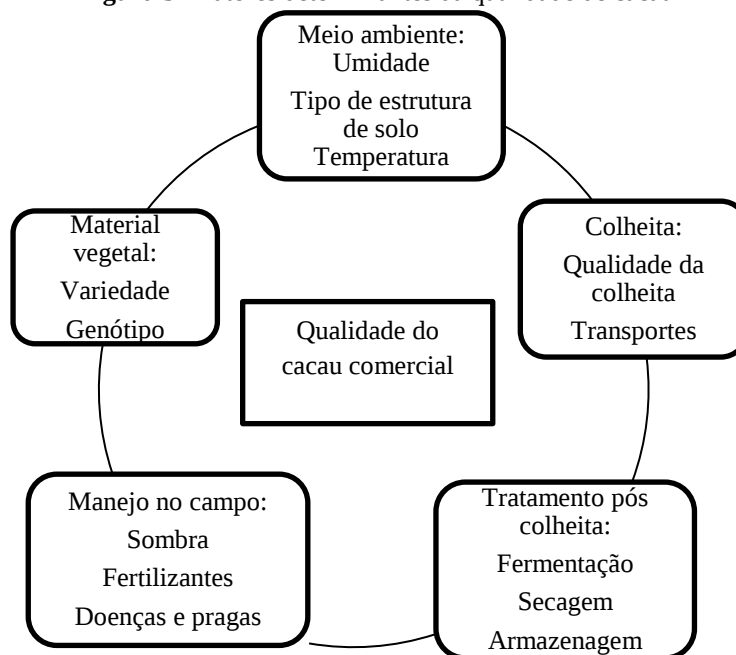
A figura 5 apresenta os fatores determinantes da qualidade do cacau, que se inicia nas condições do solo, a escolha do material vegetal ou genético a ser usado, o manejo no campo, que se relaciona ao sombreamento, fertilizantes, controle de doenças e pragas; a colheita e o tratamento pós colheita, que corresponde à fermentação e finaliza com a secagem e armazenamento (ESTIVAL; CORREA; CINTRA, 2010).

O mercado potencial por estes tipos de produtos são as fábricas, que têm como clientes os consumidores das classes sociais A e B. Estes demandam degustar um produto com maior quantidade de cacau, que são chocolates finos e com sabor diferenciado, sendo mais forte e encorpado. Os consumidores estão dispostos a pagar a mais por este produto devido à sua qualidade e origem do produto (ESTIVAL; CORREA; CINTRA, 2010). O cacau à granel ou “bulk” é o produto padrão que representa 95% do cacau produzido no mundo e é o tipo mais comum no Brasil. Sua cotação é definida pela bolsa de Nova York e de Londres. Apesar de ser o mais comum, existem três parâmetros de qualidade que são: teor de umidade, peso médio da amêndoa e a prova de corte.

O cacau produzido em Linhares - antes da crise desencadeada pela vassoura de bruxa -, em meados dos anos 2000, em sua maioria era do tipo *Forastero*. Neste período novas variedades mais tolerantes à praga foram desenvolvidas com apoio da CEPLAC. Atualmente, estas variedades são clonadas e utilizadas na renovação da lavoura contaminada.

Em Linhares/ES predominam produtores agrícolas de pequeno porte e em termos de processamento, segundo Mesquita (2016), existem empresas que adquirem o cacau para comercializar e também para uso próprio, entre elas a Mercau Cacau e Gecal. O cacau local tem clientes fora do estado, entre eles chocolateiras, como a empresa Raros Fazedores de Chocolate, de Guarulhos, que produz barras de chocolate com teor entre 50% e 100% de cacau de Linhares (MESQUITA, 2016).

Figura 5 - Fatores determinantes da qualidade de cacau



Fonte: Elaborado a partir de Bastide (2012)

A partir deste momento serão trabalhadas algumas informações específicas da produção agrícola do SAG de Linhares, obtidas com os produtores entrevistados.

Os aspectos fundiários de um município refletem como a terra está sendo distribuída entre pessoas e grupos e existem diversas formas de observar e conceituar a partir destas informações. Para distinguir os tamanhos das propriedades nesta pesquisa será adotada a lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e a Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003, que estabelecem diretrizes para fixação do módulo fiscal de cada município e os procedimentos para cálculo da utilização da terra e de eficiência na exploração (ESPÍRITO SANTO, 2011). Estas normas são as mesmas adotadas pelo INCAPER (Instituto Capixaba de

Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural)¹⁵, que caracteriza a terra no estado do Espírito Santo, de acordo com a tabela 7. Aplicando esta metodologia, considerando que em Linhares o módulo fiscal tem 20 hectares e estratificando-se os produtores pesquisados, o resultado é apresentado na tabela 7¹⁶.

Tabela 7 - Área das propriedades participantes da pesquisa

Classificação	Módulo Fiscal	Quantidade de propriedades	Participação
Minifúndio	Até 1	4	40%
Pequena propriedade	> 1 e < 4	2	20%
Média propriedade	> 4 e < 15	3	30%
Grande propriedade	Acima de 15	1	10%
Total		10	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de INCAPER (2011)

Os minifúndios e pequenas propriedades predominam nesta pesquisa. Somente um dos entrevistados possui grande propriedade plantada de cacau (conforme tabela 7, acima de 15 módulos), cujo tipo de cultivo em suas propriedades é diversificado, tendo cacauzeiros cultivados ao sol, em sistema cabruca¹⁷ e em consórcio com seringueiras. Nos últimos anos, em resposta à obtenção da IG do cacau de Linhares, este produtor tem diversificado seus negócios por meio de produção de chocolate¹⁸ e de mudas de cacau enxertadas e investimentos no turismo em suas propriedades. Estão em obras as futuras instalações de uma mini fábrica de chocolate dentro de uma grande propriedade. O turismo permite conhecer uma tradicional propriedade, que será feito na grande propriedade produtora de cacau. Diversas atividades são oferecidas nestas visitas, como o conhecimento do processo produtivo do cacau e de outros produtos da propriedade, como as mudas clonadas e o chocolate. Também há refeições, degustações, caminhada ecológica, visita às instalações de modo geral, visita à vila dos colaboradores e à capela. Na propriedade o visitante também pode adquirir chocolates finos e mel de cacau, de produção própria. O produto desta propriedade possui o certificado

¹⁵ É uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag); é responsável pelos serviços de pesquisa aplicada, assistência técnica e extensão rural no Espírito Santo.

¹⁶ Como será trabalhado na seção 4.2, oito dos dez entrevistados possuem mais que uma propriedade agrícola e cuja atividade principal é a do cacau. A tabela 7 refere-se à propriedade principal produtora de cacau, em termos de área de produção.

¹⁷ É um sistema composto predominantemente pelos cacauais sombreados com indivíduos arbóreos da Mata Atlântica, que permite a conservação de remanescentes florestais que circundavam as áreas antropizadas, bem como a permanência de indivíduos da floresta primária, como proteção de topo e lateral do cacauzeiro. É previsto na Lei Estadual de 2011, no. 12.377, de 28/12/2011 do Estado da Bahia (FONTES, 2013).

¹⁸ Terra Chocolate com teores até 56,6% de cacau. Parte da produção é terceirizada.

UTZ¹⁹ e as amêndoas produzidas foram premiadas e reconhecidas como as 50 melhores do mundo pelo *International Cocoa Awards* em 2013, ocorrido no Salão do Chocolate em Paris.

4.1.4 A Caracterização da produção agrícola avaliada: os produtores e a produção de Cacau

A média de idade dos atuais produtores de cacau que fizeram parte deste trabalho é 67 anos, dos quais o de idade mais avançada tem 81 anos e o mais jovem 58 anos. São duas mulheres e oito homens que produzem cacau em suas propriedades. Em relação ao nível educacional, seis possuem graduação completa; três, o ensino médio, dentre os quais, um técnico; e apenas um produtor com ensino fundamental.

A média de idade dos produtores graduados é de 69 anos; dos que possuem ensino médio, 62 anos e o que possui ensino fundamental, 73 anos de idade. A média de idade de todos os entrevistados é de 67 anos. Dos entrevistados, oito residem em Linhares: seis no município e dois em suas propriedades; dois são moradores de Vitória e visitam semanalmente sua propriedade. Três estão inscritos na agricultura familiar e possuem a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), os demais não se inserem nestas características. Todos os entrevistados são proprietários das áreas que exploram a atividade cacauaieira.

Em termos da origem dos produtores, uma das participantes da pesquisa pertence a uma família que cultiva cacau desde o início do século XX. Sua família tem origem no estado do Rio de Janeiro. Também há um produtor, descendente de baianos, que produz cacau desde a década de 1930, cujo pai e familiares ocuparam cargos políticos na região. Entre os entrevistados, três deles pertencem a uma tradicional família produtora de cacau de origem portuguesa.

Quanto ao tempo que trabalham como produtores de cacau, a maioria iniciou o cultivo ainda adolescente, motivados por negócios da família, enquanto outros adquiriram propriedade depois de adulto. Entre os produtores, dois produzem cacau em período de 11-20 anos, dois entre 21-30 anos, um entre 41-50 anos e cinco na faixa entre 41-50 anos. A média de tempo que trabalham como produtores de cacau é de 38 anos.

Da área que os produtores encontraram quando iniciaram o cultivo, apenas dois iniciaram a produção em floresta, enquanto os demais já adquiriram áreas cultivadas, em geral

¹⁹ UTZ é a abreviação do termo maia quiché *Utz Kapeh* (café bom). Trata-se de um programa de melhoria de produtividade, qualidade e eficiência que certifica os produtores de café, cacau e chá. Os resultados podem proporcionar melhores preços de mercado (UTZ, 2015).

em cabruca. Atualmente, apenas dois produtores produzem ao sol, enquanto os demais mantêm suas áreas cultivadas em 100% sistema cabruca. A maior área de cultivo de cacau possui 305 hectares e a menor, quatro hectares.

Entre as atividades econômicas desenvolvidas na propriedade, além do cultivo do cacau, há a produção da banana e coco, e em menor área, o açaí. Na criação animal, o gado é amplamente criado e o carneiro em menor quantidade. Os produtores também produzem mudas de cacau, seringueiras, café e pimenta. Apenas dois produtores se dedicam somente à produção de cacau e oito diversificam suas atividades econômicas na propriedade, porém o cacau continua a ser a atividade econômica principal.

Os produtores entrevistados produzem apenas cacau *commodity* ou tipo *bulk*,²⁰ mas existe a consciência de que a produção com qualidade pode aumentar o preço do produto, consequentemente, a renda e que a produção com qualidade é uma tendência, portanto, investimentos em qualidade deverão ser vistos como normal. Também há receio, por parte dos produtores, de haver perda de vendas se não aderirem à nova lógica de mercado baseado na qualidade. Parte expressiva destes produtores não pretende abandonar o segmento, pois creem que o cultivo do cacau está em ascensão.

Nenhum dos produtores entrevistados está produzindo cacau com algum tipo de certificação, embora reconheçam a necessidade de produzi-lo nestas conformidades como requisito para se manterem no mercado e terem capacidade de obter um bônus no preço da saca pago pelas processadoras, devido ao diferencial.

Dos entrevistados, dois produtores não possuem quadro permanente de funcionários na propriedade e oito apresentam trabalhadores permanentes. A quantidade de trabalhadores empregada nestas propriedades varia entre um e vinte.

Em relação aos empregados temporários, quatro produtores contratam este tipo de mão de obra para o período de plantio ou colheita de cacau; os seis demais produtores utilizam o pessoal disponível.

As propriedades apresentam outras atividades econômicas, que são resultado da diversificação, as quais são: criações de gado e carneiro e cultivo de pimenta, seringueira, banana, café, coco, açaí e mudas de cacaueiro. Muitos produtores se apoiam nos familiares para auxiliar no trabalho na propriedade, os quais podem pertencer ao quadro de trabalhadores ou apenas exercer atividades temporariamente. Três dos produtores declararam ter familiares

²⁰ É a variedade mais comum no Brasil e chamada de *Forastero*, responsável por cerca de 90% da produção mundial de grãos de cacau (FONTES,2013). O restante são as variedades de *creollo* e *trinidad*.

envolvidos nas atividades econômicas da propriedade e que não estão relacionadas ao cultivo de cacau, podendo ser essas atividades: seringueira, pimenta, gado, entre outras. Destes, dois deles tem o Documento de Aptidão do Pronaf (DAP). Outros quatro produtores declararam ter parentes envolvidos na produção do cacau. Estes parentes são irmãos, genros e filhos. Desta forma, os parentes envolvidos na propriedade executam atividades econômicas tanto da produção de cacau, quanto de outros produtos.

Quando perguntados sobre as áreas plantadas com cacau, os produtores variaram as respostas em relação às medidas. As respostas foram dadas em alqueire, alqueire paulista e hectares. O alqueire mais citado é chamado pelos produtores de alqueire capixaba, cujas medidas são 176 x 176 metros, totalizando 30.976 metros quadrados ou 3,09 hectares; alqueire paulista, cujas medidas são 110 x 220 metros, totalizando 24.200 metros quadrados ou 2,42 hectares e em hectare cujas medidas são 100 x 100 metros, totalizando 10.000 metros quadrados (BRASIL, 2004). Do total de áreas plantadas de cacau por estes produtores, houve aumento entre os anos de 2013 e 2015, de aproximadamente 4%, enquanto a produção aumentou 51,5%, o que denota aumento de produtividade. O grande aumento da produção é devido à recuperação do setor, cuja produção foi atingida pela vassoura de bruxa e pela estiagem no final dos anos 2000, criando um hiato produtivo. Porém, até este período não houve produção de cacau com qualidade, ou seja, com algum tipo de certificação ou comercialização com o registro da IG, o qual foi obtida em 2012.

4.2 Análise do Ambiente Institucional

4.2.1 Análise do Ambiente Institucional Formal

As informações a seguir dizem respeito ao ambiente institucional formal e relaciona as diretrizes da Indicação Geográfica de Linhares (IG), ou seja, as regras para quem deseja produzir com determinadas características locais, juntamente com informações sobre a obtenção da IG, obtidas em levantamento bibliográfico. A IG foi concedida aos produtores de cacau na região de Linhares/ES em 2012 e trouxe a expectativa da retomada da produção, agora de cacau fino, e a inserção de métodos de produção com qualidade.

Inicialmente o registro de IG solicitado era denominado Indicação Geográfica de Procedência Floresta do Rio Doce para cacau em amêndoas, que por exigências legais para as conformidades da Lei 9279/96 e Resolução INPI nº 075/2000 (Anexo B) teve alteração no

nome e mais tarde foi rebatizado como Indicação Geográfica de Procedência do Cacau em Amêndoas de Linhares.

A obtenção de IG poderá trazer benefícios, tanto aos produtores, como a toda a comunidade local. Os produtores juntamente com a ACAL tem a tarefa de articular na área delimitada formas de vincular sua identidade e tipicidade dos produtos à produção (NIEDERLE; AGUIAR, 2012), por meio da construção de padrões e procedimentos próprios dentro das certificações (FONTES, 2013).

Os produtores poderão ser beneficiados com incremento no preço do cacau produzido. Para isto, foi depositado junto ao INPI, à época, o Regulamento da Indicação Geográfica de Procedência do Cacau Floresta do Rio Doce (Anexo C) que institui as regras referentes à: produção, beneficiamento, direitos e obrigações dos produtores, atribuições da ACAL e infrações, penalidades e procedimentos, cuja aprovação pela ACAL foi em março de 2009.

O regulamento se divide em seis capítulos. O primeiro trata da produção e se inicia com a delimitação da área de produção, que se estende por 760,638 km². Esta descrição também está presente no anexo A que é o registro da IG.

Quanto às variedades, o artigo 2º permite que todas as variedades de cacau poderão ser utilizadas na produção. O artigo 3º descreve o sistema de produção, o qual deverá estar em consonância às técnicas indicadas para a região e adotando práticas que visem mitigar impactos ambientais.

No beneficiamento, existem três fases as quais as observâncias dos critérios permitirão que o cacau seja produzido com determinadas qualidades. São a colheita, a quebra, a fermentação e secagem (a secagem tem regras para a secagem natural e artificial), a armazenagem e classificação.

O processo de beneficiamento do cacau engloba diversas fases desde a colheita até o armazenamento. O objetivo é oferecer para a comercialização amêndoas secas, com umidade máxima de oito por cento, livre de impurezas, com boa apresentação externa e com qualidade superior, artigo 4º (Anexo C).

Estão inseridos no regulamento os direitos e obrigações dos produtores, entre as quais adotar as medidas normativas necessárias ao controle da produção, desta forma, o produto terá sua manutenção em relação à qualidade. Entre as atribuições da ACAL está a emissão de certificados de origem dos produtos relacionados à IG de Procedência no local.

Há ainda o capítulo 5 que trata das infrações, penalidades e procedimentos que são descritas no anexo C e por fim, as normas gerais.

Este regulamento determina os processos de cultivo, de produção e das relações humanas territoriais. Apesar de este regulamento estar em vigor, existe uma parceria entre ACAL e SEBRAE no sentido de desenvolver um novo regulamento de IG. De acordo com a ACAL, os critérios de qualidade ainda serão desenvolvidos mediante normatização e padronização da produção local. Os produtores locais estarão submetidos a um sistema de controle para a produção com qualidade e a fiscalização poderá ser efetivada pela ACAL.

Ela tem direito de impedir que um terceiro, sem consentimento utilize a IG em seus produtos ou serviços, ou seja, o nome e os demais sinais figurativos que a distinguem. Neste caso, este terceiro poderia ser um agente que não se encontra na região delimitada pela IG, sendo assim, o uso do nome ou figura, que remete ao nome, indevidamente é caracterizado como falsificação. Por outro lado, o agente poderia utilizar um termo retificativo, como por exemplo: ‘tipo’, ‘espécie’, ‘gênero’, ‘método’, para remeter ideia da IG, mas neste caso, seria permitido salvo se não ocorresse algo como os termos: ‘legítimo’, ‘autentico’ ou ‘verdadeiro’ (BRASIL, 2015c).

Existe também a possibilidade de um agente que se encontra na região delimitada utilizar o nome protegido mesmo não sendo associado à entidade titular da IG. O produtor estaria amparado pelo artigo 182 da lei 9279/96 (BRASIL, 2015c) que esclarece que o uso do nome da IG em seus produtos para comercialização é restrito aos produtores da região delimitada. Existe a possibilidade de que este produtor comercialize o produto sem observar os requisitos de qualidade oriundos da IG. Esta situação pode pôr em risco a credibilidade do produto, embora ele não esteja infringindo alguma lei. A ACAL é titular da IG, mas não do direito de produzir dentro de tais qualidades, pois este pertence a todo o conjunto local formado por pessoas, ambiente, costumes, tradições, entre outras (BRASIL, 2015c).

As informações seguintes estão no registro de IG de Linhares (anexo A). O registro é uma Indicação de Procedência (IP) mista que protege tanto o nome e quanto a figura - que representa o registro de amêndoa de cacau de Linhares - que remetem à produção do cacau com qualidades locais. A requerente da IG foi a ACAL, portanto, a titular da IG e a data de registro foi em 31 de julho de 2012, sob o número IG200909, com o nome geográfico “Linhares”, conforme protocolo anexo A. A área delimitada pela IG é centralizada no município de Linhares e se espalha por 760,638 quilômetros quadrados, conforme anexo A.

De acordo com as respostas obtidas com o formulário aplicado à ACAL, esta entidade tem por objetivo unir os produtores de cacau a fim de iniciar a construção da IG de Linhares, a qual foi obtida em 2012. Para isto, é necessário convencer o produtor a produzir dentro de padrões de qualidade da IG. Existe a parceria com o Sebrae (iniciada em 2015/2016) que está entrando no cenário da produção de cacau capixaba como um projeto que visa apoiar as atividades com ações que partem desta entidade, voltadas para o mercado, inovação e tecnologia, capacitação técnica e gerencial, assim como divulgação e promoção da IG. Na perspectiva de Azevedo (2006a), o engajamento dos agentes aumenta a credibilidade local, pois esta ação aumenta o dinamismo regional e provoca avanços socioeconômicos. Os resultados se originam da profissionalização, capacitação do pessoal.

As ações são disponibilizar o Programa SEBRAETEC, de capacitação para 50 propriedades, que visa trabalhar com as boas práticas agrícolas com base no protocolo de qualidade *Globalgap*. Envolve também na parceria a disseminação junto aos produtores da obtenção do selo da IG do cacau de Linhares e os benefícios provenientes deste selo (figura 6). De acordo com Estival, Correa e Cintra (2010), produzir com a qualidade de uma IG exige não apenas capacitação como também boas práticas agrícolas.

Figura 6 - Indicação de Procedência de Linhares



Fonte: Extraído da página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2012)

A existência do selo está apenas no papel, portanto, é preciso trabalhar para que seja construída uma IG local. Outras ações também estão sendo desenvolvidas, que são a implementação de consultorias tecnológicas nos tratos culturais do cacaueiro e consultorias de gestão nas propriedades. Os responsáveis pelo programa do Sebrae, voltado à produção do cacau capixaba, prevê que em dois anos, ou seja, a partir de 2019 a Indicação de Procedência de Linhares terá mais robustez (ROSALEM, 2016).

Com o objetivo de se compreender elementos do ambiente informal, a seguir são trazidas informações do histórico do cacau no Brasil e na região do Espírito Santo.

4.2.2 Análise do Ambiente Institucional Informal

Nesta seção busca-se desenvolver a análise do ambiente institucional informal a partir do desenvolvimento histórico do cacau no Brasil e na região do Espírito Santo, dos aspectos da Cultura e da Cultura Local.

4.2.2.1 Histórico do Cacau no Brasil e no Espírito Santo

O povo olmeca, que habitou a América Central até meados do século III, é considerado o responsável pelo cultivo do cacau. Mais tarde, na mesma região surgiu o povo maia que também cultivava o cacau e o considerava sagrado por entender que era o alimento dos deuses. As amêndoas do cacau eram torradas, moídas, fermentadas e acrescidas de algum condimento e servida como uma bebida. As amêndoas ainda não eram utilizadas para a produção de chocolate, pois desconheciam ainda o processo. A importância do cacau na vida dos maias era intensa, tanto que suas amêndoas foram moedas de troca e utilizadas como referências de valor, a bebida utilizada em solenidades por nobres e sacerdotes em rituais religiosos, alimento durante o deslocamento de tropas além das árvores embelezarem os jardins das cidades (KHAMSI, 2001).

Cristóvão Colombo e seus comandados foram os primeiros europeus a experimentar, mas Hernán Cortez que durante uma cerimônia com o Imperador Montezuma conheceu o produto e o levou à Europa (KHAMSI, 2001). O cacau foi apresentado num recipiente na forma líquida para a corte espanhola com o nome de *xocoatl* em 1519, mas não teve sucesso à época devido ao gosto amargo (ICCO, 2016c).

No século XVII o cacau começaria a chegar a outras regiões da Europa. Mais tarde iniciou o cultivo nos territórios dominados pelos espanhóis na América, ainda no século XVI, onde hoje se situam a República Dominicana, Trinidad e Tobago e Haiti. No século XVII, a cultura já estava adocicada com o açúcar da cana de açúcar e várias outras nações europeias se interessaram pelo produto e ele foi introduzido em suas colônias pelos franceses na Martinica e Santa Lúcia (1660), Guianas (1684), Granada (1714), portugueses no Brasil (1677), ingleses na Jamaica (1670) e holandeses em Curaçao (1620). Os europeus iniciaram a colonização mais intensiva da África no século XIX. Com a explosão da demanda do

chocolate na Europa, mudas foram levadas do Brasil para a África e foram plantadas em São Tomé (1830) e Príncipe (1822) (ICCO, 2016c; WORLDAGROFORESTRY, 2016); hoje ambas as ilhas compõem um país. Plantações de cacau surgiram na Nigéria e Gana (1874) levadas por missionários cristãos a Camarões (1925) (ICCO, 2016c).

Em 1650 o chocolate foi desenvolvido pela primeira vez na Inglaterra, onde permaneceria reservado às classes sociais mais altas. Iniciaria então, um período de inovação culinária e consumo crescente. Em 1659, a primeira confeitaria de chocolate surgiu em Paris; em 1720 iniciaria os primeiros trabalhos artesanais de chocolate na Itália e em 1765 iniciaria a produção e consumo do produto na América do Norte. A produção do chocolate foi em pastilhas, em 1674, e em barras, em 1830, na Inglaterra, e em pó na Holanda, em 1828. Em Barcelona, Espanha, abriria a primeira fábrica de chocolate em 1780. A Suíça e Alemanha entraram neste mercado em 1830, com o chocolate de avelãs (WORLDAGROFORESTRY, 2016) e em 1879, surgiu a Nestlé com o chocolate de leite (LEITER; HARDING, 2004). Em 1893, nos Estados Unidos, Milton Hershey iniciou a produção na Pensilvânia após adquirir equipamentos na Feira Mundial de Chicago (WORLDAGROFORESTRY, 2016).

Durante o século XVIII e XIX, a produção de cacau para atender à demanda de chocolate e subprodutos aumentou e impactou desde o produtor até o consumidor final. As colônias europeias na África passaram a produzir o fruto em grande escala e assim, contribuiriam para o declínio produtivo sul americano. No início do século XX, a África assumiu a liderança mundial na produção de cacau (WORLDAGROFORESTRY, 2016).

O mundo já estava na Era Industrial e uma de suas características foi a produção em escala que permitiu a redução dos custos de produção e, por consequência, dos preços, desta forma, o acesso ao consumo foi mais amplo. O chocolate não ficou de fora desta lógica, a qual criou vários outros subprodutos: pastas, refrigerantes, chocolates recheados, com coberturas, doces, entre outros, levando à popularização do produto (WORLDAGROFORESTRY, 2016). A partir de 1890, a produção de cacau aumentou consideravelmente e a expansão no Brasil foi consequência da alta demanda mundial. A popularização do chocolate e a inovação produtiva influenciaram a produção não só no Brasil como também na África Ocidental (LEITER; HARDING, 2004).

As empresas criaram e inovaram máquinas, equipamentos e processos produtivos para atender ao mercado crescente. Em 1776, na França surgiu um processo hidráulico de moagem de grãos de cacau transformando-o em uma pasta. Em 1828, surgiu na Holanda um

processo para extração de manteiga de cacau do pó do fruto inventado pelo químico Coenraad van Houten. O chocolate tornou-se mais homogêneo e com menor custo de produção. No final do século XVIII, na Inglaterra, a empresa *Anna Fry & Son* e mais tarde *Fry and Sons* patenteou um método de moagem de grãos de cacau por meio de um motor a vapor Watt; em 1847 a empresa moldou barras de chocolate que daria início à produção em larga escala. Ela tinha mais de 220 produtos, incluindo o primeiro ovo de Páscoa de chocolate e tornou-se a maior produtora de chocolate da Grã-Bretanha. O chocolate também foi alimento utilizado pelas forças armadas francesa e norte-americana durante a I e II Guerras Mundiais (WORLDAGROFORESTRY, 2016).

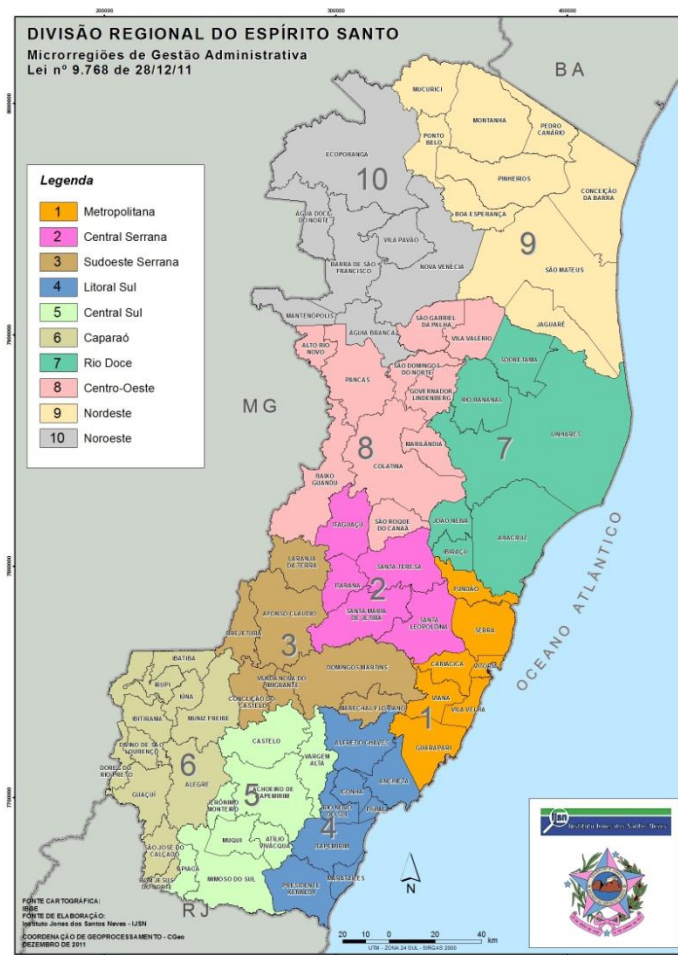
No Brasil, como dito anteriormente, o cacau é nativo da região Amazônica, onde o cacaueiro é natural e sua exploração pelos povos locais ocorria ainda no período pré-colonial. Sua exploração só começou a ter impacto econômico durante o período colonial e se transformou no principal produto de exportação da região durante o século XVIII. Em 1746, algumas sementes de cacau amazônico foram introduzidas no sul da Bahia. De lá o cultivo do cacau se espalhou progressivamente pelo Brasil e se transformou em importante atividade agrícola (MENDES, 2000).

O cacau foi introduzido no sul da Bahia em 1746 pelo francês Louis Frédéric Varneaux, que trouxe as sementes do Pará (ROCHA, 2008), que no século XVIII era uma região exportadora de muitos produtos florestais, entre eles: cacau, baunilha, canela, cravo, resinas (FURTADO, 2005). As sementes foram plantadas pelo português Antônio Dias Ribeiro na fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, onde hoje se localiza o município de Canavieiras na Bahia, local que se transformou no centro dinâmico e produtivo do cacau (ROCHA, 2008).

O cacau também é produzido no Estado do Espírito Santo, unidade da República Federativa do Brasil, que se situa na região sudeste. O estado faz divisa com os seguintes estados: ao sul com o Rio de Janeiro, ao norte com a Bahia, ao oeste com Minas Gerais, e ao leste, o estado é banhado pelo oceano Atlântico, conforme figura 7. O estado ocupa uma área de 46.096 km² e a população estimada em 2015 era de 3.929.911 de habitantes, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) capixaba em 2010 era de 0,740, e o Produto Interno Bruto (PIB) no mesmo ano foi de R\$82,1 bilhões (BRASIL, 2015a). O estado possui duas regiões que se distinguem pela vegetação, clima e terreno. O litoral, que se estende por cerca de 400

quilômetros e a região serrana, cuja altitude ultrapassa 1000 metros de altitude e se eleva à Serra do Caparaó, onde se localiza o Pico da Neblina, com 2890 metros de altura.

Figura 7 – Estado do Espírito Santo



Fonte: http://www.es.gov.br/InvistaES/paginas/es_em_mapas.aspx

A vegetação é litorânea e de floresta tropical; o clima é o tropical úmido e as temperaturas médias são de 23°C e as chuvas se concentram no verão. O principal rio do estado é o Rio Doce, tem 944 km de extensão que deságua no litoral norte. O estado tem 78 municípios (ESPÍRITO SANTO. ESTADO, 2016). O natural do estado é chamado de capixaba, termo de origem tupi que significa roça ou plantação (OLIVEIRA, 2008).

O município de Linhares é o maior produtor de cacau do Espírito Santo. Situa-se ao norte do estado; o município se espalha por 3.504 km² que ocupam regiões serranas, planas, florestas e litoral. Sua população era de 141.306 em 2010, mas a estimativa para 2016 é de 166.491 habitantes. O PIB de 2013 foi de R\$5,8 bilhões, o oitavo maior do estado (BRASIL, 2016g). O IDH do município relativo a 2010 foi de 0,724 (PNUD, 2016),

ocupando a 17ª posição entre os maiores do estado e acima do IDH nacional que foi de 0,699 (BRASIL, 2016g).

O cacau foi introduzido no Espírito Santo por volta de 1880 e teve como mentor Joaquim Francisco Calmon, iniciando-se o cultivo na fazenda Guararema, região de Linhares, próximo ao Rio Doce e em seguida se estendeu para os sítios Taquaral, Sossego e Cipó, na mesma região. No entanto, não teve sucesso à época (FONTES, 2013).

Segundo Von Bayern (2013), a existência e as tentativas do cultivo de cacau em Linhares remontam ao final do século XIX, conforme descreveu a princesa Teresa da Baviera e uma imigrante norte-americana chamada Julia Keyes, que estiveram na região. Em sua viagem em 1888 ao Brasil, a princesa pernitoou em uma fazenda cuja “cultura principal era o café e havia também milho, cana-de-açúcar e criação de gado. Também havia sido feita a tentativa de uma pequena plantação de cacau”(VON BAYERN, 2013, p. 77). Keyes (2013) mencionou a existência de cacau em Linhares em suas cartas que trocava com seus parentes dos Estados Unidos na década de 1860.

Entretanto, por volta de 1920, no Vale do Rio Doce, região norte do estado do Espírito Santo, em Linhares, que o produto ganhou força com a chegada dos produtores Filogônio Peixoto e coronel Antonio de Negreiros, vindos da Bahia e que adquiriram propriedades na região do Rio Doce. Filogônio adotou o método de plantio denominado cabruca (BRASIL, 1982).

O município de Linhares, às margens do Rio Doce, sentiu maior a presença da cultura do cacau, a qual foi a protagonista de seu impulso econômico agrícola (BRASIL, 1982). As sementes utilizadas nesta região, baixo do Rio Doce, eram provenientes da Bahia (DIAS et al., 2003) e pertenciam ao grupo forasteiro (FONTES, 2013).

Na década de 1920, o presidente do estado Bernardino Monteiro (1916-1920), assim como seu sucessor Nestor Gomes (1920-1924), apoiou o cultivo do cacau por meio de incentivos de estudos e pesquisas, comissões de estudo enviadas ao sul baiano e distribuição de sementes. Nestor Gomes adquiriu para o estado a fazenda Goitacás para experimento do cultivo do cacau e sancionou leis para conceder terras a produtores que pretendiam cultivar o fruto. O método cabruca se difundiu entre os produtores por permitir também a exploração de outros produtos, como a extração de madeira. A produção na época era familiar, com moradia em glebas e em casas cobertas de palha. No decorrer dos anos ocorreu aumento da oferta de mão de obra e as propriedades familiares produtoras tiveram sua produção aumentada. A

rodovia Linhares/Vitória, construída em 1937 impulsionou o cultivo do cacau. Na década de 1950, a produção de cacau entrou em crise devido aos baixos preços do produto e à seca (OLIVEIRA, 2008).

Apesar de a crise provocar efeitos sobre a produção de cacau em Linhares, o setor por si só gerou o desenvolvimento de áreas adjacentes ao crescimento econômico agrícola. Com o advento da “revolução verde” inseriu-se nas atividades do trabalho agrícola a necessidade do consumo de insumos, máquinas e equipamentos, o que gerou riqueza no processo produtivo. Para coordenar as atividades produtivas e direcionar o agronegócio do cacau local, a CEPLAC passou a agir por meio da difusão do conhecimento e das tecnologias, com a criação, em 1963, da unidade local de extensão rural e em 1969, da estação experimental Filogônio Peixoto. Este último teve a finalidade de gerar conhecimento específico para o agrossistema cacaueiro capixaba e foram ambas instaladas em Linhares (FONTES, 2013).

Na década de 1960 os objetivos foram reduzir o excessivo sombreamento, o qual minguava o efeito da fotossíntese e, conseqüentemente, prejudicaria a produtividade, a qual se torna inferior, além de contribuir para a propagação de doenças com a alta umidade. Nas décadas de 1970 e 1980, o aumento do crédito rural e o excelente preço da amêndoa de cacau deram um forte impulso e dinamismo ao setor por meio de investimentos na estrutura para aumento da produtividade. Os produtores investiram em pesticidas, fungicidas, sistemas de irrigação e micro aspersão, técnica de elevado investimento, mas pouco utilizada devido às barreiras postas ao acesso ao crédito rural, endividamento e descapitalização do produtor. Entretanto, em 1985 o setor entrou em crise com a forte queda do preço da amêndoa, quando a área cultivada era de 23.730 hectares e a produção de 14.000 toneladas, com produtividade de 589,97kg/ha. Esta situação levou ao abandono dos tratos culturais e fitossanitários, o que por consequência, reduziu a produtividade. Os preços baixos e a vassoura da bruxa contribuíram para a piora da situação. Em 2002 a doença alcançou 19 propriedades rurais e em 2003, mais 29 delas foram infectadas no baixo Rio Doce (FONTES, 2013).

Em Linhares, o cacau produzido pelo sistema cabruca obteve a certificação da Indicação Geográfica no ano de 2012. O cacaueiro cresce com facilidade na floresta, não precisando desmatar o terreno, além de gerar ganhos financeiros superiores à criação de gado (FONTES, 2013). No Espírito Santo, um grupo de produtores de Linhares se associou para criar um modelo agroindustrial que une toda a cadeia, constituído pelos produtores, empresas

de logística e de maquinários. Investiram na qualidade controlada, obtiveram assim, uma IG, investiram no ensino técnico e estabeleceram parcerias. No entanto, em 2010, o grupo belga Puratos iniciou a produção da primeira fábrica de chocolate de origem, no município de Linhares, chamada Floresta Rio Doce Agroderivados S.A. (FONTES, 2013), mas em 2013 encerrou as atividades no município (SITE DE LINHARES, 2013).

4.2.2.2 Análise da Cultura

Considerando as contribuições de autores como Tylor (1920), Nonaka (1991), Wenger e Snyder (2000), Schein (1983 e 2009), Fleury e Fleury (2004), Geertz (2008), Binotto, Siqueira e Nakayama (2009), e Marconi e Presotto (2010) foi aplicado um formulário aos produtores de cacau e aos dirigentes da ACAL. Este formulário buscou responder às questões de aspectos culturais relacionados ao objetivo “b” desta pesquisa, que é a análise do ambiente institucional informal.

A tabela 8 apresenta os resultados obtidos com as citações dos avaliados para cada fator. Considerando as contribuições de Kayser (1994), Brennan et al. (2005), Geertz (2008), Marconi e Presotto (2010), e Schein (1983,1990) quanto à influência das origens e história de um povo, a sucessão familiar e outros fatores no processo cultural, pode-se observar que os produtores de cacau avaliados tenderam a entrar ou a continuar no negócio principalmente devido à sucessão familiar²¹ e à existência na vizinhança o cultivo do cacau. A continuidade na produção de cacau pode ser entendida como a continuação de valores familiares e uma forma importante de transmissão de conhecimentos. Segundo Marconi e Presotto (2010), os valores podem estar alicerçados à busca por riqueza e prestígio que são situações consideradas desejáveis, assim como o conhecimento, podendo ser transmitido de geração em geração. De acordo com Schein (1990) as crenças e valores expostos se relacionam a estratégias, metas e filosofias, sendo assim, a sucessão familiar quando validada pelos integrantes de uma cultura são manifestações racionais de comportamento ideais. A validação ocorreria por meio das crenças e valores expostos, os quais fundamentam o surgimento de suposições básicas.

Em geral, os pais já produziam cacau e também foram os pioneiros nesta cultura. Alguns destes pioneiros doaram terras para a instalação da CEPLAC. Entretanto, um produtor herdou do sogro e o outro comprou a propriedade já produtora de cacau. Atualmente, parte

²¹ Os laços familiares seriam com irmãos, primos, sobrinhos, tios, filhos, pais, avós e netos.

considerável dos trabalhadores de cacau é de baianos que migraram para trabalhar no cultivo em Linhares. Existe influência baiana nos métodos de produção local e nas novidades que da Bahia chegam.

Tabela 8 - Fatores de influência na decisão de plantar cacau

Fatores	Vocação Regional Histórica	Vizinhança já cultivava o produto	Histórico da cultura do cacau no Sul da Bahia	Possuía conhecimentos técnicos (formação propícia ou advindo da experiência)	Sucessão familiar	Renda superior a outras culturas locais	Outras
Número de indicações	5	9	7	7	10	5	0

Fonte: Elaborado pelo autor

O segundo fator mais apontado está relacionado ao cultivo do cacau pela vizinhança. Um critério de valor dominante a ser destacado neste caso é a amplitude, que se revela mediante o fato de uma grande parte de uma população que se dedica a esta atividade. A prática do cultivo do cacau pela vizinhança pode ser analisada como uma situação considerada apropriada para o momento, ou seja, importante indicador de riqueza, segundo Marconi e Presotto (2010). Também pode ser explicada a partir de uma identidade comum entre os produtores, que se transforma em uma chave de entendimento comum local, de manutenção da cultura local. De outra forma, segundo Kayser (1994), pode ser visto também como renascimento rural, que busca tanto reduzir o declínio da população no campo quanto valorizar o campo.

Em seguida e com sete citações foram indicados o histórico da cultura do cacau no Sul da Bahia, que também são valores os quais remetem a situações consideradas importantes. Neste caso, considerando os critérios de valores dominantes, tem-se dois deles relacionados: duração e prestígio. O primeiro devido ao amplo espaço e tempo de produção de cacau na Bahia ²² e o segundo, devido ao prestígio que trouxe aos grandes produtores de cacau de Linhares, que se traduz como poder econômico e político. Ocorreram sete indicações de produtores que acreditam que a formação técnica ou experiência na produção de cacau os estimulou a trabalhar neste cultivo. Existe uma bagagem cultural local, segundo Kayser

²² O cacau está presente na Bahia desde o século XVI. A partir de 1835 o produto assume importância comercial exportadora, mas é no início do século XX que os produtores de cacau se transformam em importantes membros da sociedade baiana com poder político e econômico (ADONIAS FILHO, 1973).

(1994), que fortalece a identidade de conhecimentos, valores e práticas, as quais são conservadas há gerações.

Com cinco apontamentos cada um, tem-se a vocação regional e histórica, e a renda superior a outras culturas locais; ambas alicerçadas às ideias que remetem a valores. Respectivamente, a primeira remete a consideração de valor cujos sentimentos históricos podem remeter ao comportamento humano e a última, se relaciona ao critério de valor dominante, intensidade que é o grau elevado de procura por uma atividade e a manutenção do seu valor. Entretanto, nem todos os produtores concordam que o cacau seja uma cultura cuja renda supere outras, pois apontam o café como um produto de alta renda local.

De modo complementar à análise anterior, a tabela 9 apresenta os resultados do formulário referentes à influência dos componentes da cultura, como valores, normas, crenças e religião e outros, na permanência da atividade do cacau e na formação cultural de um povo. O item “a” está associado ao aspecto de conhecimento e traz muita relação com o fator de sucessão familiar já analisado anteriormente. Para seis produtores há a transmissão dos conhecimentos, que segundo Marconi e Presotto (2010) são transmitidos entre as gerações e se relacionam à sobrevivência e também englobam estruturas de parentesco, técnicas de trabalho e crenças. Os demais produtores (quatro), no momento da entrevista responderam não haver transmissão de conhecimentos e apresentaram as seguintes justificativas: não haveria interesse dos descendentes; não haveriam descendentes para herdar a propriedade que será repassada aos sobrinhos e aparentemente um neto estaria apresentando algum interesse em trabalhar com o cacau. Analisando-se de acordo com Schein (1990), a transmissão de conhecimento já ocorreria em uma fase mais avançada em relação a crenças e valores expostos, pois já teria sido criada a suposição básica, que seria repassada aos descendentes que um dia poderiam herdar a propriedade, pois já seriam assumidos como verdadeiros.

Em relação ao culto religioso, ou seja, a importância de crenças e o papel da religião na formação cultural de um povo, apenas um produtor indicou não frequentar qualquer culto. Os produtores de cacau entrevistados que moram na cidade de Linhares se declararam católicos, enquanto os que vivem no campo; evangélicos. Para Geertz (2008), a religião serve a um grupo como fonte de concepções gerais e como disposições enraizadas. Para Marconi e Presotto (2010), a crença é uma atitude mental do indivíduo e serve de base para ações voluntárias e também é um valor dominante; também para Geertz (2008), a frequência ao culto traz duradouras disposições e motivações que se tornam realistas. No

segmento frequência no culto, nove produtores declararam presença semanal, enquanto um declarou mensal. Juntamente com seus familiares, costumam frequentar os cultos religiosos semanalmente, enquanto os moradores do campo, juntamente com seus familiares frequentam cultos evangélicos semanalmente.

Tabela 9 - Em relação aos componentes da cultura

Fatores		Número de indicações	
		Sim	Não
a) O senhor transmite o conhecimento da produção de cacau aos seus descendentes? Quais os motivos?		6	4
b) O senhor frequenta culto religioso?		9	1
Qual a frequência?	Semanal	8	
	Mensal	1	
A família também frequenta o mesmo culto?		9	
c) O senhor considera desejável a busca por condições de vida que tragam poder, bens e reconhecimento?		4	6
d) O cumprimento de normas e regras podem gerar melhorias à comunidade como um todo?		9	1
e) O senhor tem condições de cumprir todas as regras estabelecidas para aquisição de IG?		1	9

Fonte: Elaborado pelo autor

O item “c” questiona sobre a busca por condições de vida que tragam poder, bens e reconhecimento. Esta ideia remete ao componente cultural valores, que se relaciona ao valor dominante prestígio (MARCONI, PRESOTTO, 2010). E nesse quesito, seis produtores indicaram não haver essa busca por poder, enquanto quatro deles afirmaram que sim; todavia, isso não exclui a possibilidade de melhoria de vida e reconhecimento pelas atividades que desenvolvem, como a do cacau. Os portadores do componente valores podem ser proeminentes numa determinada sociedade. O item “d” se refere ao cumprimento de normas em torno da produção e comercialização com IG, ou seja, as regras²³ como forma de gerar melhorias à comunidade como um todo. Este fator foi aceito por nove produtores. Portanto, o componente cultural de norma do tipo ideal pode ser aplicado quando os indivíduos acreditam que os demais seguirão as mesmas regras que seriam determinadas pela cultura e categorizadas como obrigatórias (MARCONI; PRESOTTO, 2010). Assim, nenhum produtor poderia escapar destas regras. Um produtor somente não acredita na possibilidade e justifica que mesmo se “combinado” entre todos, não havendo fiscalização e tão pouco a união no sentido de efetivar a IG, o sistema não iria adiante. Marconi e Presotto (2010) sinalizam que pode ser uma norma ideal restrita, as quais são aceitas tanto por uma parte da sociedade, como

²³ As regras seriam impostas para padronização da produção de cacau. Seriam regras de condutas formais utilizadas para produção de qualidade.

uma norma comportamental, que é o comportamento real de um indivíduo. No caso de uma IG seria necessário o cumprimento de ambas as normas, tanto a ideal, de como produzir para se comercializar com a IG e, inclusive, a comportamental. Relacionando-se às crenças e valores expostos e apresentados por Schein (1990), os pressupostos referentes à existência da IG como indutora de mudanças culturais ainda não foram testados para que ocorram manifestações racionais de comportamento. Ou seja, que sejam aceitas ou não. Para isto, teriam ainda que ser validadas para tornarem-se soluções. Segundo Schein (1990), uma vez que isto ocorra, os líderes utilizariam delas para a tomada de decisão e mais adiante se transformariam em suposições básicas, se transformando em fonte de explicação para a cultura organizacional.

A possibilidade de cumprimento de normas e regras para a geração de melhorias à comunidade como um todo é um argumento forte para que a maioria concorde e aceite.

Em relação às possibilidades de os produtores reunirem todas as condições para o cumprimento das regras estabelecidas no ambiente de IG (questão “e”), apenas um afirmou as possuir ²⁴. No entanto, este mesmo produtor ainda não comercializa com as IG por que as regras estão sendo construídas. Para Marconi e Presotto (2010), isso pode gerar um componente de valor dominante respaldado pelo critério de prestígio. Pois existe uma importância dada ao portador desta condição, a qual pode desencadear sentimentos de intensidade, que seria a procura pelos demais produtores das condições desfrutadas por este produtor (desde que haja as condições econômicas para tal, também). Uma vez consolidado a intensidade, os demais se sentiriam com o desejo de amplitude, que seria a revelação da importância destas capacidades em um grupo. Nas ideias de Schein (1983), o comportamento deste único produtor pode ser entendido como um fundador, podendo moldar seu padrão cultural no conjunto de pressupostos básicos, observando as contingências institucionais, criando uma vertente de crenças e atitudes que seriam seguidas pelos demais.

Como o conhecimento é um importante componente cultural e tratando-se de uma atividade agrícola, buscou-se também investigar as fontes de informação para a aquisição de conhecimento para a cultura do cacau, como auxílio no processo de aprendizado. A aprendizagem é um processo de natureza comportamental que se relaciona às questões técnicas e sociais, cujo produto é a relação entre estes sistemas.

²⁴ Este produtor teve suas amêndoas classificadas entre as 50 melhores do mundo no Salão do Chocolate ocorrido em Paris, em 2013.

Na tabela 10 busca-se identificar quais as fontes de informação, a frequência, o fator de ligação e o grau de confiança das informações obtidas. É possível visualizar a importância das fontes base de dados própria, outros produtores, a CEPLAC e internet, principalmente em uma busca semanal da informação. A fonte de informação base de dados própria²⁵ é utilizada semanalmente (por oito produtores) para extrair informações sobre produção, gestão e comercialização, e com alto índice de confiança.

Tabela 10 - Aquisição de conhecimento para a cultura do cacau

Fonte de Informação	Frequência de uso (colocar quantas vezes usa no período)			Ligação com o fator de:			Grau de confiança		
	Semanal	Mensal	Algumas vezes no ano	Produção	Gestão	Comercialização	Confio	Neutro	Não confio
Familiares	4		3	5	2	2	2	2	3
Funcionário Próprio/ agrônomo especializado	3	1	3	7			4		3
Base de Dados própria	10			7	6	6	10		
Consultor externo		1	1	2	6		2		
Outros Fazendeiros	5	2	3	4	3	6	4	4	2
Empresa compradora		2	4	6		3	4	2	
Ceplac	5	1	2	6	2	3	7	1	
Sebrae	1		3	1	1	1	2	2	
Cooperativa/Associação	3	2	4	6	2	2	7	2	
Prefeitura		1	1		1		1		1
Internet	8					8	8		
Feiras e exposições			4	3	2	1	3		1

Fonte: Elaborado pelo autor

Outros produtores também foram indicados por cinco produtores no critério frequência semanal, principalmente, para o quesito de informação de comercialização e produção, mas com um grau de confiança variável. Analisando-se pelos pressupostos de Schein (1990), os produtores consultam e confiam plenamente nos dados de informação produzidos pelos próprios, os quais se compõem em suposições básicas que poderão fomentar valores e crenças abstratos que se inserem no ambiente cognitivo dos membros, e eles entendem como percepções padronizadas.

²⁵ Base de dados própria seriam anotações que os próprios produtores fazem em assuntos relacionados à sua lavoura, produção, comercialização e outras informações a fins.

Destaca-se também a busca de informação, principalmente relacionada à produção, junto à ACAL, com uma frequência menor (em algumas vezes no ano), mas apontada como de confiança (por sete produtores).

A fonte de informação internet, no caso, o site “Mercado do Cacau”, que apresenta dentre as informações, dados de preços da saca de 60 quilos do produto, é checado semanalmente (por oito produtores) com o objetivo de comercializar o cacau e é visualizado com alto grau de confiança. A instituição CEPLAC é consultada semanalmente pelos produtores (por cinco produtores) na busca por informações relacionadas à produção e também com alto índice de confiança.

Algumas outras fontes de informação são consultadas mensalmente por parte do produtor, com destaque para os próprios funcionários (não especializados), e para os agrônomos. As informações buscadas estão relacionadas ao fator produção, cujas respostas são divididas entre produtores que confiam nesta fonte de informação e outros que não confiam.

A consulta a familiares e à empresa compradora também foram sinalizadas para aspectos de produção, principalmente. Todavia, em relação à frequência, as consultas semanais aos familiares foram indicadas como altas, enquanto que para as empresas compradoras, de menor recorrência. Entretanto, o nível de confiança dos produtores na fonte de informação das empresas compradoras denota ser mais elevado, em comparativo ao de familiares.

Algumas outras fontes não são consultadas, pois podem ter perdido a eficiência de dar respostas aos produtores ou pelos resultados obtidos anteriormente, pois é buscado uma relação causal entre ações e resultados. Segundo Zangiski, Lima e Costa (2009), a capacidade insuficiente de refletir e interpretar, de disseminar o conhecimento e a capacidade insuficiente de agir constituem barreiras à aprendizagem organizacional.

Observou-se também que os cacaucultores entrevistados não contratam terceiros ou consultores para sua lavoura. No entanto, buscam mão de obra conhecedora da produção e da execução de tarefas, como: colher e quebrar o cacau, e secar as amêndoas. De acordo com eles, há escassez de pessoal conhecedor da produção. Não há ensino técnico voltado à produção de cacau. Entretanto, recorrem aos técnicos da ACAL, como já sinalizado sua importância anteriormente.

Constatou-se que essa busca por conhecimento não tem como objetivo a obtenção de produtos com certificação ou a comercialização com a IG, no momento, e sim, melhorias produtivas, informações sobre acesso ao crédito, isto para a maioria dos entrevistados, no sentido de combate à vassoura de bruxa, aquisição de mudas clonadas e reforma da lavoura. Embora estejam dispostos a cumprir as regras da IG, para a produção e comercialização com o registro, os produtores não encontram um modo de alcançá-la, senão por meio de investimentos para aquisição de equipamentos de irrigação e insumos. Junto a esta demanda, os pequenos produtores necessitam de recursos para financiar a implantação e manutenção das condições de produção no âmbito do registro.

No que diz respeito aos mecanismos ou agentes que auxiliam na difusão do conhecimento, também foi avaliado o nível de comunicação em palestras oferecidas pela ACAL e pelo Sebrae, as quais enfatizariam a importância da adaptação às exigências sobre IG para os produtores de cacau. Nesse sentido, sete dos produtores entrevistados afirmaram frequentar apresentações sobre assuntos relativos ao cacau e consideraram adequados o vocabulário e o conteúdo apresentados. Remetendo a Sepulcri e Paula (2006), as entidades ACAL e Sebrae são agentes que colaboram com a difusão de conhecimento, entre elas, a extensão rural, neste caso, por meio da dimensão comunicação que tem por objetivo levar ao produtor rural informações úteis ao seu aprendizado, juntamente à dimensão educacional, que auxilia o produtor rural a adquirir conhecimento e habilidades para o emprego eficiente das informações obtidas.

De modo complementar à questão sobre as fontes de informação para a cultura do cacau, também se buscou avaliar a capacidade do próprio produtor em ser um importante difusor da informação a produtores vizinhos e à ACAL. Em geral e com alta frequência (semanal), os produtores responderam repassar aos demais produtores da vizinhança e da associação os conhecimentos e informações recentemente obtidas. No processo de difusão de inovação e melhorias para a produção, as inovações são comunicadas aos demais membros de um grupo, no caso da ACAL. Desta forma, segundo Marçolla-

Marçolla-Moreira, Araújo (1999), espera-se aumentar a eficiência da adoção de inovações para aumentar a produtividade. Assim, criam-se condições de encurtar o tempo entendido entre o surgimento da inovação e sua adoção pelos produtores rurais (MARÇOLLA-MOREIRA; ARAÚJO, 1999).

Assim, corroborando o apresentado já anteriormente, a comunicação seria um processo de troca, considerando o contexto socioeconômico e cultural, cujo objetivo é o desenvolvimento da comunidade. No entanto, em geral essa transmissão de informações não visa criar subsídios para alcançar a produção com qualidade para aquisição da comercialização com IG, na perspectiva dos entrevistados. A ideia de trabalhar nos moldes da IG ainda está longe dos produtores, embora todos tenham conhecimento do que ela representa.

4.2.2.3 Análise da Cultura Local

Em relação à cultura local, procurou-se avaliar a preservação do histórico, do aprendizado e valores já existentes na comunidade. Nota-se que, ainda que na seção anterior, sobre a Cultura, o processo histórico e valores culturais tenham sido trabalhados como fatores que explicariam a entrada na atividade do cacau, nesta seção almeja-se avaliar a percepção do produtor entrevistado ao longo do tempo, e não somente para a atividade do cacau.

E nesse sentido, quatro produtores somente consideraram-se preservacionistas do histórico ao cultivarem cacau no sistema cabruca e manterem o ecossistema, enquanto os demais não consideram que seja algo preservacionista, pois, não é permitido derrubar a mata.

Existe a visão histórica de que Linhares é a terra do cacau, visto que no emblema do município há referência ao fruto, conforme figura 8. Na descrição heráldica do brasão, é descrito como um escudo de origem portuguesa, “...partido de um traço, formando dois campos, tendo no primeiro, de ouro, uma árvore frondosa, de sinople (verde); e no segundo, de blau (azul), um tronco de cacaueiro, frutado, de ouro...” (LINHARES, 2016). Mais adiante, na interpretação do brasão: “a árvore evidencia a região, rica em madeiras de lei; o tronco frutado, a riqueza cacaueira do município” (LINHARES, 2016).

Figura 8 - Brasão de Linhares



Fonte: Linhares (2016)

Quando também indagados a respeito da existência de uma cultura local comum aos produtores de cacau, em consonância às contribuições de Brennan et al. (2005), de poder haver o entendimento comum e construção de uma identidade local, cinco dos entrevistados responderam acreditar na existência da cultura local em torno do cacau e outros cinco, consideraram que não existe algum tipo de cultura local. Poderia argumentar que o maior tempo na atividade seria a favor para a acreditação de alguns produtores na cultura local do cacau; todavia, entre os que responderam não acreditar, há também aqueles com tempo elevado na atividade.

Todavia, todos são unânimes em considerar o desenvolvimento de uma cultura local relacionada à produção de cacau com IG, mais favorável a trazer desenvolvimento econômico e beneficiar a comunidade. Esse se traduz em um aspecto favorável para a produção com IG, por exemplo, pois na perspectiva de Kayser (1994), a padronização de processos e a valorização da produção local são formas de valorizar a cultura local e prover o desenvolvimento econômico regional.

De modo geral, a importância atribuída ao histórico da cultura do cacau no sul da Bahia indica que tanto a cultura de Linhares, quanto a cultura rural, recebem estímulos da globalização, a partir da produção de cacau originária no estado da Bahia. Estes estímulos trazem informações que podem alterar as relações na vida e valores locais. A mobilidade de trabalhadores entre o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia propiciam também estes estímulos.

4.2.2.4 A Percepção da ACAL

Na percepção da ACAL, a maior influência cultural nos associados para se cultivar o cacau seriam: a vocação regional e histórico da região e o histórico da cultura do cacau no sul da Bahia. Na visão de Marconi e Presotto (2010), a vocação regional está relacionada ao valor de sentimentos voltados a um conjunto histórico local que podem influenciar no comportamento humano regional. Quanto à influência baiana é reconhecido os valores dominantes gerados pelo cacau na cultura do sul baiano que remetem aos critérios duração e o prestígio. Ambos se destacam na composição da sociedade da cultura do cacau em Linhares. O tempo de permanência do cacau como fonte de renda, na visão da ACAL, como critério de duração e o prestígio, é a importância intrínseca aos portadores deste critério dentro desta sociedade.

A vocação regional apresenta influência da Bahia na produção de cacau em Linhares. A preservação da história, dos conhecimentos, aprendizado e valores da comunidade são formas de buscas constantes pelos envolvidos na construção da IG local. Agregar à cultura local na produção de cacau é uma forma de se produzir com qualidade local. O componente baiano caracteriza a produção de cacau e a cultura local, a qual voltada à produção com IG, certamente trará benefícios ao local e desenvolvimento econômico.

No que diz respeito à difusão de informações aos produtores, a ACAL procura estabelecer maior proximidade com os produtores de cacau a partir da oferta de seminários, reuniões e visitas técnicas a propriedades de associados referências no setor e para ampliar o relacionamento. As reuniões e visitas recentes têm como objetivo trazer mais informações acerca da IG. A entidade acredita que os associados têm condições de cumprir as regras para a produção com IG e estão trabalhando neste sentido.

Neste sentido, a ACAL busca reunir grupos de pessoas ligadas pelo conhecimento compartilhado e interesse de um empreendimento conjunto. Isto fortalece a entidade por meio de um processo que visa estabelecer relações de longo prazo entre as pessoas e seus espaços. Assemelhando-se a uma comunidade de prática, na perspectiva de Binotto, Siqueira e Nakayama (2009), essas ações são condições intrínsecas para a existência do conhecimento e adoção das melhores práticas por meio de um padrão na atividade.

Para isto, a ACAL repassa mensalmente aos seus membros as informações mais recentes e semanalmente participa de ações promovidas por outras entidades voltadas a conhecimentos, tais como seminários e palestras. As entidades geralmente são o Sebrae,

CEPLAC e INCAPER. Essas reuniões são voltadas a melhorias produtivas, muitas das quais mais recentemente visando o desenvolvimento da IG. As informações são repassadas aos produtores na busca pela conscientização da necessidade de produzir com qualidade. Os eventos oferecidos pelas entidades são em geral de curta duração (de 40 a 60 minutos).

De acordo com a diretoria da ACAL, os preços da saca de cacau comercializadas em Linhares é superior ao preço da saca divulgada pelos sites.

Segundo Wenger e Snyder (2000), as características destas ações tendem ao aprendizado com a participação social, compartilhamento de ideias, valores e objetivos. Os interesses em comum na solução de um problema propiciam melhores formas de aprendizado nas relações entre os associados. O resultado deste processo pode ser a criação de um processo de aprendizado que geraria conhecimento tácito dentro da própria ACAL. Alicerçando as estruturas cognitivas da entidade ao longo de anos, poderá intrinsecamente suprimir os conhecimentos considerados obsoletos e desenvolver novas formas de referências e habilidades (FLEURY; FLEURY, 2004). O estabelecimento de relações informais poderá criar ambientes para trocas de ideias, informações e posições (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). Todo este aprendizado cria disposição, conduta e perspectiva profissional, e pode transformar a ACAL em uma comunidade de prática, que desenvolvem relações profundas entre os participantes.

No entanto, o que pode ser observado hoje pela ACAL é que a crise do cacau, proveniente dos preços, estiagem e da vassoura de bruxa, tem levado muitos produtores a abandonarem o cultivo e trabalhadores, a perderam emprego. Desta forma, as cidades tornaram-se rota dos desempregados do campo.

4.3 Análise sob o Prisma da Economia dos Custos de Transação

4.3.1 Características das Transações

A relação comercial entre os produtores de cacau e seus compradores ocorre há muito tempo, ou seja, com um nível alto de frequência da transação, superando mais de cinco anos em todos os casos. As declarações dos produtores são de no mínimo de 15 anos e de no máximo de 47 anos de relações comerciais com os mesmos compradores, sendo as negociações já realizadas pelas segundas gerações. Os compradores com quem é negociado o cacau são em geral corretores, outros produtores e pequena agroindústria.

A alta frequência nas relações comerciais entre as partes gera duas consequências. A primeira, de que quanto maior a frequência nas relações, maior a reputação dos agentes,

portanto, maior a confiança estabelecida entre as partes (WILLIAMSON, 1985) e a segunda, de que a alta frequência leva o produtor a fazer investimentos para se adequar àquela transação, os quais aumentariam a especificidade dos ativos. No caso dos produtores de cacau, a alta frequência aumenta a propensão a realizar investimentos. Desta forma, o produtor e comprador poderiam adotar estruturas de governança que resultassem num maior nível de coordenação. No entanto, no mercado do cacau de Linhares as vendas são em geral realizadas à vista, devido à alta liquidez do produto.

A incerteza está relacionada com a imprevisibilidade das ações dos agentes envolvidos nas transações e à capacidade em prever ações dos demais agentes. Quando a incerteza é baixa, então os contratos são menos rígidos e vice-versa (FAGUNDES, 1997). Para a análise da incerteza foi avaliado o compartilhamento de informação com o agente comprador, pois havendo esse compartilhamento, maior tende a ser a frequência da transação e menor a incerteza, cujo resultado é apresentado na tabela 11. O compartilhamento de informações com o agente comprador de cacau acerca da previsão de sua compra de cacau é baixo para cinco dos produtores, enquanto quatro responderam em torno do nível médio e um produtor com alto nível de compartilhamento. Em parte, devido à alta liquidez do produto, os produtores não têm muita preocupação se conseguirão ou não escoar sua produção.

Tabela 11 - Compartilhamento de informação

	Tipo de compartilhamento	Nível de compartilhamento	Ocorrências
Você compartilha informação	Com o comprador, quanto a previsão de demanda/compra?	Sim/ sempre (Nível Alto de compartilhamento)	1
		Mais ou menos (Nível Médio de compartilhamento)	4
		Não/ nunca (Nível Baixo de compartilhamento)	5
	Com o comprador, quanto à sua previsão de produção?	Sim/ sempre (Nível Alto de compartilhamento)	3
		Mais ou menos (Nível Médio de compartilhamento)	1
		Não/ nunca (Nível Baixo de compartilhamento)	6
	Com o comprador, quanto às suas inovações na produção?	Sim/ sempre (Nível Alto de compartilhamento)	3
		Mais ou menos (Nível Médio de compartilhamento)	0
		Não/ nunca (Nível Baixo de compartilhamento)	7

Fonte: Elaborado pelo autor.

O mesmo perfil se aplica à informação de previsão de produção, ou seja, a maior parte (seis produtores) indicou nível baixo de compartilhamento, assim como em relação a inovações na produção, que impactam sobre o grau de especificidade dos ativos, sendo que sete dos produtores também indicaram nível baixo de compartilhamento dessas informações

com os compradores. Os três produtores que sinalizaram alto nível de compartilhamento das informações de inovações são os quais têm feito, nos últimos anos, inovações visando qualidade, como por exemplo, a produção com certificação UTZ.

Desta forma, pode-se concluir que o nível de compartilhamento de informações entre os agentes vendedores e compradores de cacau em Linhares poderia ser aumentado ainda mais se pensando na propensão dos produtores em realizar investimento para melhorias produtivas. Nota-se, portanto, uma maior preocupação com a informação de mercado, comparativamente àquela interna da propriedade.

A tabela 12 apresenta as respostas referentes à especificidade do ativo, avaliando-se o quão importante seriam nas transações com o agente comprador, algumas características. O primeiro item é a relação entre a transação com o comprador na característica de qualidade do produto para o seu processamento. Seis produtores consideraram muito importante, ou seja, alto nível de importância. Os produtos, de acordo com os produtores, devem ser vendidos correspondendo ao mínimo de características necessárias: amêndoas não infectadas por pragas, fermentadas, limpas, secadas e ensacadas. No entanto, três produtores argumentaram que nem sempre todas estas características são observadas integralmente na transação, pois existem compradores que não exigem determinados tratos no produto no ato de compra, indicando baixa especificidade. No entanto, pelas altas ocorrências, há alta especificidade do ativo.

Em relação ao tempo para a comercialização, oito entrevistados consideraram o ativo temporal muito importante. Na transação com o comprador, o tempo para a comercialização do produto é considerado muito importante, pois a maior parte dos produtores não possui benfeitorias adequadas para armazenagem, portanto, há uma alta especificidade temporal do ativo. O cacau de Linhares tem o preço menor do que aquele praticado na Bahia, possui mais casca e é mais seco. Devido a estas características, ele pode ser armazenado por no máximo três meses; quanto mais novo é o cacau, melhor para o consumo. Isso também reflete na especificidade locacional do ativo, sendo considerada na transação com o comprador, a localização do mesmo, como muito importante, indicando uma alta especificidade locacional do ativo. Em geral, os compradores de cacau são atravessadores/ corretores, outros produtores e pequena agroindústria.

Tabela 12 - A importância na transação com o comprador

	Pergunta	Nível da especificidade	Ocorrências
Qual a importância na transação com o comprador em relação a(o)	<i>a característica de qualidade do produto para o seu processamento?</i>	Muito importante (Nível Alto de especificidade física do ativo)	6
		Mais ou menos importante (Nível médio de especificidade física do ativo)	1
		Pouco importante (Nível baixo de especificidade física do ativo)	3
	<i>o tempo para a comercialização do produto?</i>	Muito importante (Nível Alto de especificidade temporal do ativo)	8
		Mais ou menos importante (Nível médio de especificidade temporal do ativo)	1
		Pouco importante (Nível baixo de especificidade temporal do ativo)	1
	<i>a localização do mesmo (do cliente comprador)?</i>	Muito importante (Nível Alto de especificidade locacional do ativo)	6
		Mais ou menos importante (Nível médio de especificidade locacional do ativo)	1
		Pouco importante (Nível baixo de especificidade locacional do ativo)	3
	<i>a região em que você produz (locacional, físico e humanos – IG, por exemplo)</i>	Muito importante (Nível Alto de especificidade locacional, física e humano do ativo)	7
		Mais ou menos importante (Nível médio de especificidade locacional, física e humano do ativo)	0
		Pouco importante (Nível baixo de especificidade locacional, física e humano do ativo)	3
	<i>a comercialização com esse comprador dada as suas especificidades de vender chocolate com certificação ou registro de IG; possíveis selos em chocolate pronto</i>	Muito importante (Nível Alto de ativo dedicado do ativo)	1
		Mais ou menos importante (Nível Médio de ativo dedicado do ativo)	0
		Pouco importante (Nível baixo de ativo dedicado do ativo)	9

Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre a localização do comprador, que está relacionado ao ativo locacional, seis consideraram muito importante a proximidade. Esta característica identifica a importância das relações, da reputação e de informações a respeito do comprador. Somente um produtor entende que a importância é média e três deles pouco se importam com a localização do comprador.

No que diz respeito à região em que se produz cacau, as especificidades locacional, física e humano do ativo, que podem remeter à configuração de uma IG, são consideradas como muito importante por sete produtores, na transação com o comprador.

Todavia, há de se considerar que apesar de as propriedades estarem inclusas na região que obteve o registro de IG, as produções ainda não possuem características passíveis de serem comercializadas com o registro, estando os mesmos, voltados primeiramente para reunir condições de melhoria e aumento de produção.

Por fim, a tabela 12 apresenta que nove produtores de cacau consideraram baixo o nível de ativo dedicado, enquanto apenas um considerou de nível alto de ativo dedicado. Importante considerar que as normas da IG do cacau em Linhares estão sendo estruturadas. Sendo assim, os produtores têm investido na produção em quantidade de cacau *commodity* independente de quem seja o comprador, não surtindo efeito de relação de dependência entre o capital investido e o comprador. Apenas um produtor está fazendo inversões de ativo dedicado à produção para atender as especificações da IG.

Para os produtores, a comercialização do cacau ocorrerá de qualquer forma, independentemente da especificidade de marca. A presença do IG como especificidade de marca se relaciona ao registro para agregar valor ao cacau, porém, não é levado em consideração pelos compradores locais. No entanto, como justificativa dos produtores, teria de se esperar para ter certeza de que a remuneração superior realmente viria, remetendo à ideia do aumento da reputação da marca. Os produtores de cacau, caso não vendam para os habituais compradores, devido à especificidade de marca, teriam facilidade em escoar a produção a outros compradores sem a perda de valor e rapidamente. De acordo com os entrevistados, cacau é um produto que tem alta liquidez.

4.3.2 Características dos agentes quanto aos pressupostos comportamentais: Racionalidade Limitada e Oportunismo

A racionalidade limitada se relaciona ao nível de informação que o produtor possui para interpretar a realidade e tomar decisões. Nesta seção se deseja avaliar com qual intensidade o produtor se utiliza das seguintes informações para a tomada de decisões: de mercado, do agente comprador, de aspectos produtivos e gerenciais.

A tabela 13 apresenta os resultados relativos ao pressuposto comportamental racionalidade limitada. Entre os produtores, oito afirmaram utilizar as informações de mercado para a tomada de decisão, indicando um nível baixo de racionalidade limitada quanto ao preço, demanda e oferta.

Em relação à utilização das informações dos compradores sobre tecnologia, qualidade e demanda para a tomada de decisão por parte dos produtores, nove responderam não a utilizar. Isto representa um alto nível de racionalidade limitada, levando os produtores a buscar informações de outras formas. As tomadas de decisão considerando aspectos produtivos (tecnologia) é buscada por seis produtores, num nível baixo a médio de

racionalidade limitada. O último item da tabela 13 se relaciona a aspectos gerenciais, como controle de custos, estoques, marketing para a tomada da decisão. Seis dos produtores consideram estes aspectos importantes e tomam informações com base nestes dados, reduzindo a racionalidade limitada, enquanto quatro produtores não consideram estas informações, elevando a racionalidade limitada.

Tabela 13- Características dos agentes quanto ao pressuposto racionalidade limitada

O produtor se utiliza das informações:	Sim/ sempre (Nível baixo de racionalidade limitada)	Mais ou menos (Nível Médio de racionalidade limitada)	Não/ nunca (Nível alto de racionalidade limitada)
<i>De Mercado (preço, demanda, oferta) para a tomada de decisão?</i>	8		2
<i>Do próprio agente comprador (qto a tecnologias, qualidade e demanda) para a tomada de decisão?</i>	1		9
<i>De aspectos produtivos (tecnologias) para a tomada de decisão?</i>	4	2	4
<i>Gerenciais (custos, estoques, mk) para a tomada de decisão?</i>	6		4

Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, a tabela 13 sugere que apesar dos produtores buscarem informações acerca do comportamento do mercado, aspectos produtivos e tecnológicos, tais informações não provêm dos compradores. Dessa forma, há racionalidade limitada nas transações. Pensando-se em aspectos de coordenação e governança, esse fato não contribui para tal.

No tocante ao comportamento dos produtores em relação ao pressuposto comportamental oportunismo, os produtores responderam de forma padronizada em relação à confiança no comprador, acreditando que o agente comprador cumprirá com todos os acordos estabelecidos, que são: comprar a mercadoria deste produtor, pagar o preço no prazo combinado e cumprir com o prazo de pagamento. Portanto, o comportamento de oportunismo é reduzido nestas condições.

Os produtores têm mantido relações amistosas com os compradores, o que tem sido configurado por meio de cumprimento dos acordos integralmente na comercialização em relação aos prazos e formas de pagamento. Os entrevistados são unânicos em afirmar que não ocorreu, por parte dos mesmos, descumprimento de acordos junto aos compradores.

4.3.3 Mecanismos de Governança Utilizados

As formas de governança estabelecidas no SAG do cacau dependem das relações entre compradores e vendedores, que são moldadas em elementos de confiança e reciprocidade. No entanto, devido à dinâmica do SAG do cacau, algumas exigências básicas por parte dos compradores são feitas aos produtores e trabalhadas ainda dentro da porteira.

Isso porque a demanda dos compradores é por amêndoas limpas e bem fermentadas, por outro lado, mesmo atendendo a estas especificidades, o preço é o mesmo daqueles produtores que realizam fermentação inadequada²⁶. Ou seja, não há reconhecimento ou valorização do cacau por parte dos compradores em relação aos tratos pelos produtores na produção de uma amêndoa com qualidade. Destacam ainda que a multinacional Nestlé pretende pagar um prêmio de cerca de 10% sobre a saca para quem comercializar com a certificação UTZ, com a perspectiva de fornecer assistência técnica e apoio a estes produtores. Entretanto, apenas um produtor está se direcionando para este tipo de produção certificada.

Os produtores de cacau, em geral, vendem as amêndoas para atravessadores/corretores, outros produtores e para a pequena agroindústria. Os produtos comercializados com atravessadores ou corretores são depois revendidos para a indústria de chocolate e derivados. Ocorrem também as vendas para outros produtores de cacau, que também operam como atravessadores ou corretores. No caso da pequena agroindústria, ela atua também como produtora de chocolate e como corretora. De acordo com a pesquisa, todos os tipos de compradores estão estabelecidos em Linhares. Os atravessadores podem revender o produto para empresas maiores, e estas possuem, entre seus canais de distribuição, processadoras ou indústrias de chocolate. Outros produtores de cacau podem adquirir o produto, pois têm capacidade de armazenagem e esperar ‘ganhar’ com o preço. A pequena agroindústria produz chocolate a partir de cacau próprio ou adquirido de terceiros; no caso de outros produtores estão alguns dos entrevistados.

Os preços de venda, aos atravessadores ou corretores, declarados pelos produtores em junho de 2016, oscilavam entre R\$650 e R\$850 a saca de 60 quilos de amêndoa de

²⁶ Ocorre quando a amêndoa é fermentada no tempo inadequado. Cada tipo de amêndoa, *trinidad*, *forastero* ou *criollo* tem um tempo certo de fermentação e oxigenação adequados. Após este processo as amêndoas assumem a coloração marrom e podem indicar que houve boa fermentação. O aroma das amêndoas pode ser identificado após um corte longitudinal na amêndoa e detectar ausência de odor (EFRAIM et al., 2010).

cacau.²⁷ A negociação da venda do cacau envolve pagamento à vista. O preço da saca de cacau em Linhares tem como referência o preço da arroba de cacau da Bahia. Após esta negociação e pagamento, as sacas de cacau são deixadas à disposição do comprador na propriedade do vendedor, que oportunamente irá retirá-la. O pagamento sempre é feito à vista e não há a existência de contrato entre as partes.

Os agentes compradores e vendedores mantêm relações comerciais há mais de uma década, em média. Ao longo de anos de relacionamento, que vem de gerações, os agentes vão adquirindo reputação. No segmento existe confiança entre as partes, porém os produtores não mantêm contratos com os compradores para escoar sua produção.

Os produtores têm interesse de fazer investimentos para vender cacau com maior valor agregado para subsequente produção de subprodutos pela indústria. Por outro lado, devido à idade, existem produtores com a propriedade à venda ou sem herdeiros para continuar a produção, não desejando mais inversões no sentido de aumentar o valor agregado do cacau dentro da propriedade. Caso estas inversões fossem realizadas, os produtores estariam dispostos a vender por meio de formação de cooperativas, como as já existentes, Cooperativa dos Cacaicultores do Espírito Santo (Coopercau) e a Associação de Produtores Rurais de Perobas, Bananal do Sul e adjacências (Apropeba).

²⁷ Até o momento da pesquisa de campo, em maio de 2016, o mercado do cacau enfrentava escassez do produto o que se refletia sobre seu preço. No entanto, os preços iniciaram um processo de queda devido à importação de cacau de países africanos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi levantado no transcorrer da pesquisa, o cacau é um fruto originário do norte da América do Sul, sendo consumido ainda na época pré-colombiana por povos da região que o consideravam sagrado. No Brasil, o cacau da variedade *forastero* é o predominante e suas sementes foram levadas do estado do Pará para a Bahia na primeira metade do século XVIII. Uma vez introduzido na região sul da Bahia, o cultivo do cacau gradativamente ganhou importância na geração de renda e, no início do século XX, se transformou em principal atividade econômica local. Nos anos de 1920 o cacau foi introduzido na região de Linhares, norte do Espírito Santo, por produtores baianos e, da mesma forma como ocorreu no sul da Bahia, o produto passou a ter importância econômica. O sistema de produção se caracterizava pelo cabruca, se desenvolvendo à sombra da mata nativa, sendo esse sistema ainda empregado na atualidade.

Após o levantamento de dados e informações, mediante pesquisa bibliográfica em fontes nacionais e internacionais, a aplicação de formulário a um grupo de dez produtores de cacau em Linhares/ES e à ACAL, e alicerçados pela teoria da Nova Economia Institucional, especificamente, da Economia dos Custos de Transação, e de teóricos de Cultura e Cultura Local, pode-se argumentar que foram identificados e analisados os arranjos institucionais.

Relacionando-se primeiramente ao problema de pesquisa, que buscou responder quais seriam os arranjos institucionais presentes no SAG do cacau em Linhares/ES, pode-se indicar a predominância dos arranjos institucionais baseados em relações informais, a partir de elementos culturais importantes, como a influência da origem, a história de um povo, valores e conhecimentos adquiridos.

No que tange a esse ambiente institucional informal, a manutenção da produção atual é resultante de heranças familiares de terras, as quais, os herdeiros vêm continuando a reproduzir o sistema produtivo do cacau. A sucessão familiar, em alguns casos, se encontra na terceira geração. Existe a influência da vizinhança, dos amigos e parentes que produzem cacau e torna-se propício ao produtor a continuação do negócio. Outro fator considerado importante é a proximidade de importantes áreas produtoras na Bahia, que também vocacionam Linhares ao cultivo do cacau. Os produtores e suas famílias em geral têm fortes vínculos religiosos e frequentam o culto com assiduidade.

Os produtores demonstram-se divididos sobre a existência ou não de uma cultura local baseada na produção do cacau, pela perspectiva social. As construções, edificações, benfeitorias nas propriedades rurais apontam a presença da cultura do cacau na região. Também pode ser visto no brasão do município, que ostenta um cacauzeiro, ou por meio dos nomes de vias que remetem aos pioneiros da cacauicultura local. A presença da CEPLAC no município e da estação experimental também aponta confluência para o desenvolvimento de uma cultura baseada no cacau. Pelo ponto de vista informal, a IG poderá trazer um ambiente favorável ao cultivo do cacau, cujo sentimento de território resgataria a coletividade local, como forma de criar interações para manutenção do pertencimento. Todavia, como trabalhado no desenvolvimento deste trabalho, os produtores ainda não possuem as condições de produção para efetivar a comercialização com o registro da IG.

Considerando então, o ambiente institucional formal, os produtores aceitam cumprir normas de produção para a comercialização com o registro de IG para gerar melhorias de vida para a comunidade. Embora estas normas ainda estejam em construção, há um produtor que reúne condições necessárias para trabalhar com IG, isto demonstra confiança no sistema. Esse produtor já possui certificação UTZ e faz investimentos visando desenvolvimento turístico e produção de chocolate. Embora estejam dispostos a cumprir as regras da IG, para a produção e comercialização com o registro, os produtores no momento não possuem recursos financeiros para implementá-la. Segundo os produtores entrevistados, o segmento está em recuperação e precisariam - antes de mais nada - se recuperar produtivamente para depois pensar em comercializar com o registro de IG. A preocupação dos produtores na atualidade é a obtenção de recursos para aquisição de equipamentos de irrigação e insumos. A aquisição de mudas clonadas também se faz necessário, pois elas apresentam características peculiares, pois foram desenvolvidas para serem tolerantes à estiagem e à vassoura de bruxa.

No Brasil hoje planta-se mudas clonadas mais resistentes às estiagens e vassoura de bruxa. A vassoura de bruxa danificou em muito a cultura do cacau, tanto no estado da Bahia quanto no Espírito Santo. Para solucionar o problema foram desenvolvidas variedades clonais resistentes à doença, por meio de intercruzamento. Esses desenvolvimentos são resultados de esforços de parceria realizada entre a CEPLAC, a EMBRAPA e os produtores, como relatado na caracterização do SAG. E nesse sentido, observou-se que os produtores entrevistados - relacionando-se a um importante fator cultural, que é o conhecimento -

possuem uma busca/ alimentação de informação, por meio de suas próprias bases de dados, com outros produtores, com a CEPLAC e a internet, visando, como já destacado, os aspectos de produção.

Nesse sentido, o pressuposto de pesquisa - de que as instituições formais e informais (atrelado a aspectos culturais locais) exercem influência nos aspectos da produção e na qualidade, que são fatores relevantes para as relações de governança e para a coordenação - é confirmado, porém, observa-se que são as instituições informais que vêm exercendo maior influência, principalmente para os aspectos da produção (conseguir alcançar a produção, com produtividade e isenta de problemas fitossanitários), o que resulta nos aspectos de qualidade.

Essa característica, de prioridade para a produção, se configura em transações que apresentam alto nível de incerteza, uma vez que o compartilhamento de informações com o agente comprador se dá mais voltada a fatores de mercado e em menor proporção, à produção, apesar de apresentarem tempo elevado de transações. Destaca-se também que, apesar dos produtores entrevistados considerarem uma alta especificidade de ativo dedicado, dada a região em que o cacau é produzido, não há uma valoração do território, manifestada na forma de um preço mais elevado ou até mesmo de contratos realizados por parte dos agentes compradores.

O cacau de Linhares tem alta liquidez, as transações assumem característica de alta frequência, pois os envolvidos são parceiros de negócios há décadas. A incerteza primária, que se relaciona às contingências ambientais, causada anteriormente pela vassoura de bruxa, foi reduzida, porém, atualmente há incerteza relacionada à estiagem. No entanto, esta relação não altera a especificada do ativo, pois o produto rapidamente é absorvido pelo mercado. As informações são sempre obtidas no mercado, sendo de baixa racionalidade. Assim, entende-se que o ambiente não é muito complexo para a tomada de preço.

Por outro lado, o produtor não utiliza informações do agente comprador. O site Mercado do cacau é um importante divulgador do preço da saca de cacau que rege as transações de compra e venda do produto. Questões de qualidade, tecnologia são buscadas em outras fontes. Desta forma, diminui a racionalidade dos agentes, tornando assim, o ambiente mais complexo para este tipo de informação.

O ambiente institucional criado reduz as chances de oportunismo pelas partes, pois os acordos têm sido sempre cumpridos de ambas as partes. As informações tendem a ser

menos assimétricas, reduzindo as incertezas em relação ao cumprimento do acordado entre as partes.

Os arranjos institucionais são criados para proporcionar uma estrutura cujos membros podem cooperar visando benefícios, os quais não obteriam atuando isoladamente. Os autores North e Davis (1971) indicam que os arranjos formam mecanismos que podem alterar leis ou direitos de propriedade, permitindo novas formas legais de competir. Sendo assim, a inserção da IP (Indicação de Procedência) consiste em um arranjo institucional, pois o objetivo é beneficiar de forma geral a sociedade e os agentes envolvidos.

Os arranjos institucionais se refletem também na cooperação entre os produtores e o ambiente institucional, representado pela CEPLAC, assim como o ambiente organizacional representado pelos agentes organizacionais que operam neste sistema agroindustrial. As formas de comercialização da saca de cacau têm características de mercado *spot*, permitindo assim, alto grau de oportunismo por parte dos produtores ao realizar vendas a compradores que pagam mais, isto decorrente da ausência de contratos de compra e venda entre as partes.

Considerando aspectos culturais, Linhares tem ainda valores a serem testados, pois a entrada da IG e o horizonte de benefícios discutidos dependem de mudanças nas crenças atuais. Alguns produtores estão preparados e são receptivos às mudanças e desejam que os valores e crenças criados a partir da valorização com a IG tenham sucesso e como consequência, a valorização do produto local. Estes valores e crenças terão a marca destes líderes, que serão estes os pioneiros que desenharão o cenário que está surgindo.

A vassoura de bruxa tem sido vencida por meio da inserção das mudas clonadas, as quais são mais tolerantes ao fungo causador da praga, mas o efeito devastador proporcionado anteriormente marcou profundamente e cognitivamente o produtor. Algumas políticas governamentais à época para erradicar a doença levaram à redução da lavoura, por tão drástica que eram, e por fim, o poder econômico do produtor. A seca severa que há anos vem atingindo a região, levando os produtores a depender de sistemas de irrigação constantemente, também contribuiu cognitivamente de forma negativa. O norte do Espírito Santo está enfrentando uma estiagem desde 2014 e neste momento de crise hídrica e de recuperação dos estragos provocados pela vassoura de bruxa, a comunicação foca em busca de formas de retomar o crescimento na produção. E a atual queda do preço do cacau nacional devido à importação de cacau africano, também desestimula o produtor. Desta forma, face aos problemas emergentes, a IG é considerada uma solução inovadora. Entretanto, é necessária a

cooperação dos agentes do SAG do cacau para efetivar tais ensejos, uma vez que os aspectos produtivos e territoriais são dependentes.

Porém, a incerteza desperta, mediante o direcionamento das ações dos agentes do SAG que desejam cacau com qualidade e as necessidades de investimentos dos produtores acerca das exigências de produção com IG, se transformam em desafios a serem superados. Os esforços conjuntos (iniciados em 2016) das entidades e agentes do sistema ainda não têm tido efeitos positivos devido à incerteza da maior parte dos produtores entrevistados e ao curto período das ações implementadas. Para que estes esforços resultem em sucesso seria necessário, como se vem desenhando, a participação efetiva de um grupo capaz de se inserir nas demandas da IG com sucesso e assim, por difusão, a percepção dos demais produtores poderiam também convergir para um objetivo único, que é a valorização do território na produção de cacau como a melhor alternativa para os produtores locais no momento.

REFERÊNCIAS

- ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia: chão de cacau -Uma civilização regional-**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ARBAGE, A. P. **Custos de transação e seu impacto na formação e gestão da cadeia de suprimentos : estudo de caso em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no Rio Grande do Sul**. Doutorado—Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração., 2004.
- ARROW, K. J. The Organization of Economic Activity: Issues Pertinent to the Choice of Market versus Non-market Allocation. **Economic Committee of Congress**, p. 16, 1969.
- ARROW, K. J. **The Limits of Organization**. New York, NY: W. W. Norton and Company, 1974.
- AZEVEDO, F. F. DE. Cultura e Desenvolvimento Rural: as experiências LEADER e PRODER na Espanha. **LAGEA II Encontro de Grupos de Pesquisas-UFU**, 2006a.
- AZEVEDO, J. R. DE. Contribuições de Hofstede para o estudo da cultura organizacional. **XIII SIMPEP-Bauru, SP, Brasil**, p. 7, 6 nov. 2006b.
- BAIARDI, A.; ROCHA, J. H. A crise da cacauicultura baiana: uma revisão histórica. **In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Poços de Caldas, Sober**, v. 36, 1998.
- BASTIDE, P. **O quê é cacau fino e de aroma**. I Salon du Chocolat. **Anais...** In: FÓRUM PROFISSIONAL DO CACAU & CHOCOLATE. Salvador/ Bahia: CIRAD - Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento, jul. 2012
- BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1
- BINOTTO, E.; SIQUEIRA, E. S.; NAKAYAMA, M. K. Criação de conhecimento no Agronegócio: estudo de casos. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 2 nº3, p. 367–384, 2009.
- BRANDEMBURG, A. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. XIII nº2, p. 417–428, jul. 2010.
- BRASIL. **Ceplac/Cacau ano 25**. Brasília-DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Unidade de Informação e Documentação, 1982.
- BRASIL. **Tabela de medidas agrárias não decimais**. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- BRASIL. Cadeia produtiva de cacau : oportunidade de investimento em cacauicultura no Vale do São Francisco e do Parnaíba. **CODEVASF.Projeto Integrado de Negócios Sustentáveis – PINS**, p. 33, 2009.

BRASIL. **Selos do Brasil de Indicação Geográfica**. Governamental. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica/selos-no-brasil>>.

BRASIL. 25/2013. Instrução Normativa. Estabelece as condições para o Registro das Indicações Geográficas. **Estabelece as condições para o Registro das Indicações Geográficas**. 21 ago. 2013.

BRASIL. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp?t=1&z=t&o=26&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1>>. Acesso em: 30 jul. 2015a.

BRASIL. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp?t=1&z=t&o=26&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1>>. Acesso em: 30 jul. 2015b.

BRASIL. Lei Ordinária nº 9279 14/05/1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. . 2015 c, p. 8353.

BRASIL. **Câmara Setorial do Cacau**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>>. Acesso em: 8 fev. 2016a.

BRASIL. **Indicações geográficas reconhecidas**. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 8 fev. 2016b.

BRASIL. **Características gerais do cacau**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/cacau.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2016d.

BRASIL. **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira**. Governamental. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2016e.

BRASIL. **A Embrapa**. Governamental. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/quem-somos>>. Acesso em: 19 nov. 2016f.

BRASIL. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 28 jun. 2016g.

BRENNAN, M. et al. The Importance of Incorporating Local Culture into Community Development1. **Family Youth and Community Sciences Department, UF/IFAS Extension**, p. 4, out. 2005.

BUENO, N. P. Lógica da Ação Coletiva, Instituições e Crescimento Econômico: Uma Resenha Temática sobre a Nova Economia Institucional. **Economia, Brasília(DF)**, v. 5 n.2, p. 361–420, jul. 2004.

CASTRO, C. **Evolucionismo cultural: textos de Morgen, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Sociedade & Natureza, Uberlândia**, v. 22 (1), p. 165–180, 2010.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica, New Series**, v. 4 nº16, p. 386–405, 1937.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: Verbum-EDUSC, 1999.

DIAS, C. C.; LOIOLA, E. Conflito, cooperação e aprendizado nos complexos agroindustriais: o caso do Instituto Biofábrica de Cacau de Ilhéus (BA)*. **Revista de Administração Pública:RAP; Rio de Janeiro**, v. 38(1), p. 33–56, jan. 2004.

DIAS, L. A. DOS S. et al. Período mínimo de colheita para avaliação de cultivares de cacau em Linhares-ES. **R. Árvore, Viçosa-MG**, v. 27, p. 495–501, 2003.

EFRAIM, P. et al. Influência da fermentação e secagem de amêndoas de cacau no teor de compostos fenólicos e na aceitação sensorial. **Ciência Tecnologia do Alimento**, v. 30(Supl.1), p. 142–150, Campinas, maio 2010.

EMBRAPA. **Sistemas agroflorestais (SAFs)**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-produtos-processos-e-servicos/-/produto-servico/112/sistemas-agroflorestais-safs>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

ESPÍRITO SANTO, E. **Relatório do programa de assistência técnica e extensão rural Proater 2011 – 2013**.: Planejamento e programações das ações. Linhares/ES: INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, 2011. Disponível em: <<http://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Linhares.pdf>>.

ESPÍRITO SANTO. ESTADO . **Portal do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

ESTIVAL, K. G. S. **Construção social do mercado de qualidade do cacau no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

ESTIVAL, K. G. S.; CORREA, S. R. S.; CINTRA, L. A. V. DA. **Do Consumo de Chocolates à Produção Cacaueira: Alternativas para Agregar Valor à Cadeia Produtiva do Cacau Fino em Ilhéus - Bahia – Brasil**. . In: PONENCIA PRESENTADA AL VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL. Porto de Galinhas/BA: 2010

ESTIVAL, K. G. S.; LAGINESTRA, A. M. A construção dos mercados de qualidade do cacau no Brasil. **XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão de 13 e 14 de agosto de 2015**, 2015.

FAGUNDES, J. Economia Institucional: Custos de Transação e Impactos sobre Política de Defesa da Concorrência. **IE/UFRJ**, v. 407, p. 44, 1997.

FAO. **FAOSTAT**. Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/home/E>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. 1ª ed. São Paulo: Singular, 1997.

FERREIRA, G. M. V. et al. A economia dos custos de transação sob uma análise crítica: perspectivas de aplicação no agronegócio. **XLIII CONGRESSO DA SOBER. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, 24 jul. 2005.

FIANI, R. Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglass North. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 11, p. 45–62, jun. 2002.

FLEURY, A. C. C.; FLEURY, M. T. L. Alinhando Estratégias e Competências. **Revista de Administração e Economia**, v. 44 nº 1, p. 14, 2004.

FONTES, M. J. V. Do cacau ao chocolate: trajetória, inovações e perspectivas das pequenas agroindústrias de cacau/chocolate. Rio de Janeiro/RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRJ, 2013.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, 2003.

GANDRA, R. M. Reflexões sobre os conceitos de Instituições, Organizações e Regras Jurídicas em Douglass North. **Fractal Researches, Rio de Janeiro/RJ**, p. 24, 3 jun. 2015.

GEERTZ, C. Q Interpretação das Culturas. 13a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HOFF, D. N.; RATHMANN, R.; PADULA, A. D. Difusão Tecnológica no Agronegócio: Technology Push Orientando a difusão de softwares de gerenciamento em granjas de suínos. **XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Gramado-RS**, 2006.

HOFSTEDE, G. Cultural Constraints in Management Theories. **Academy of Management**, v. The Executive 7 No1, p. 81–94, fev. 1993.

HOFSTEDE, G. H. **The Hofstede Centre: strategy, culture and change**. Disponível em: <<http://geert-hofstede.com/countries.html>>. Acesso em: 14 out. 2015.

ICCO. **ICCO - Production of Cocoa Beans**. Disponível em: <<http://www.icco.org/statistics/production-and-grindings/production.html>>. Acesso em: 5 jun. 2015a.

ICCO. **Fine and Flavour Panel**. London: International Cocoa Organization, set. 2015b. Disponível em: <http://www.icco.org/about-us/international-cocoa-agreements/cat_view/30-related-documents/215-fine-or-flavour-cocoa.html>. Acesso em: 22 set. 2016.

ICCO. **World cocoa bean production, grindings and stocks, International Cocoa Organization**. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Desktop/mestrado%202015/disserta%C3%A7%C3%A3o/Arquivos%2>>

0disserta%C3%A7%C3%A3o/Setor/icco%20demanda%20e%20oferta%202015.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2016a.

ICCO. **World cocoa bean production, grindings and stocks, International Cocoa**

Organization. Disponível em:

<file:///C:/Users/User/Desktop/mestrado%202015/disserta%C3%A7%C3%A3o/Arquivos%20disserta%C3%A7%C3%A3o/Setor/icco%20demanda%20e%20oferta%202015.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2016b.

ICCO. **Origins Of Cocoa And Its Spread Around The World.** Disponível em:

<<http://www.icco.org/about-cocoa/growing-cocoa.html>>. Acesso em: 6 fev. 2016c.

KAYSER, B. A Cultura Uma alavanca para o desenvolvimento local. **LEADER Magazine:Liaisons Entre Activités de Developement de L'Economie Rural**, inverno 1994.

KEYES, J. L. **Nossa vida no Brasil: imigração norte-americana no Espírito Santo 1867-1870.** Tradução Célio Antônio Alcântara Silva. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. v. Coleção Canaã. vol.17

KHAMSI, R. Enlightened Indulgence. **The Environmental Magazine**, v. 42, n. MLA 7ª, p. 2, jul. 2001.

LARAIA, R. DE B. **Cultura: um conceito antropológico.** 14ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 2001.

LEITER, J.; HARDING, S. Trinidad, Brazil, and Ghana: three melting moments in the history of cocoa. **Pergamon Journal of Rural Studies**, p. 18, 2004.

LINHARES. **Símbolos de Linhares.** Disponível em:

<<http://www.linhares.es.gov.br/Cidade/Simbolos.htm>>. Acesso em: 29 out. 2016.

LÓSSIO, R. A. R.; PEREIRA, C. DE M. **A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local.** Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. **Anais...** In: III ENECULT. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.: a 25 de maio de 2007

MACEDO, ALZIRA VERTHEIN TAVARES DE. Funcionalismo. **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 1 nº2, p. 71–88, 2009.

MARÇOLLA-MOREIRA, A. Z.; ARAÚJO, J. G. F. DE. Comunicação, Difusão e Extensão Rural: uma reflexão crítica. **XXII Congresso Brasileiro de ciencias da comunicação - INTERCOM.** Rio de Janeiro, v. 1, p. 40, 1999.

MARCONI, M. DE A.; PRESOTTO, Z. M. N. Antropologia: Uma Introdução. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, A. C. DE S. **Dois pra Lá dois pra Cá: análise da articulação pesquisa, extensão, produtores de cacau, no âmbito da CEPLAC na Amazônia Oriental.** São Bernardo do Campo, SP: IMES, 1996.

MARTINS, G. DE A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MÉNARD, C. **Handbook of New Institutional Economics**. Netherland: Springer, 2005.

MÉNARD, C.; VALCESCHINI, E. New institutions for governing the agri-food industry. **European Review of Agricultural Economics**, v. 32 n3, p. 421–440, 2005.

MENDES, F. A. T. A cacauicultura na Amazônia brasileira: potencialidades, abrangências e oportunidades de negócio. **Movendo Idéias Belém**, v. 5, n. 8, p. 53–61, dez 2000.

MENDES, F. A. T.; LIMA, E. L. Perfil Agroindustrial do Processamento de Amêndoas de Cacau em Pequena Escala no Estado do Pará. **Série Perfis Empresariais**, n. Sebrae/PA, p. 23, 2007.

MESQUITA, R. **Chocolate bean-to-bar que sai da garagem de casa**. Disponível em: <<http://paladar.estadao.com.br/noticias/comida,chocolate-bean-to-bar-que-sai-da-garagem-de-casa,10000027291>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

NIEDERLE, P. A.; AGUIAR, M. Indicações Geográficas tipicidade e produtos localizados: os novos compromissos valorativos na vitivinicultura do Vale dos Vinhedos. **Rev. de Economia Agrícola, São Paulo**, v. 59, n. 2, p. 21–37, jul. 2012.

NONAKA, I. The Knowledge-Creating Company. **Harvard Business Review**, v. 69, p. 96–104, 1991.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do Conhecimento na Empresa: como as empresas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. **Transaction Costs, Institutions, and Economic Performance**. San Francisco, California: International Center for Economic Growth Publication, 1992.

NORTH, D. C. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359–368, jun. 1994.

NORTH, D. C.; DAVIS, L. E. **Institutional Change and American Economic Growth**. London: Syndics of the Cambridge University, 1971.

NUNES, P. **Falha de Mercado**. Disponível em: <<http://knoow.net/cienceconempr/economia/falha-de-mercado/>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

OETTERER, M.; REGITANO, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. Tecnologias de obtenção do cacau e do chocolate. **Fundamentos de Ciências e Tecnologia de Alimentos, Barueri, SP: Manole**, p. 1–50, 2006.

OLIVEIRA, J. T. **História do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória-ES: Secretaria da Cultura de Estado e da Educação Arquivo Público-ES, 2008. v. 8

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil- Uma abordagem histórica da legislação** Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, , Brasília, outubro 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em: 1 mar. 2017

PIGATTO, G. A. S. et al. Comercialização de mandioca no estado de São Paulo-Brasil: sistemas de produção e custos de transação. **Agroalimentaria-Universidad de los Andes Mérida, Venezuela**, v. 21 num 40, p. 153–173, 2015.

PNUD. **Ranking IDHM Municípios 2010**. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 26 set. 2016.

PORRO, A. Cacau e chocolate: dos hieróglifos maias à cozinha ocidental. **Anais do Museu Paulista**, v. 5, p. 279–284, jan. 1997.

PRICEWATERHOUSE COOPER. **A cadeia produtiva do cacau no Brasil – pesquisa de mercado**. Ribeirão Preto/ SP: Centro de Serviços em Agribusiness & Agribusiness Research & Knowledge Center, 2012.

REYS, M. A. DOS; ARBAGE, A. P.; OLIVEIRA, S. V. DE. Identification of Sources of Transaction Costs – a fuzzy approach for the evaluation of analytical categories. **In: VII International Pensa Conference. Anais, São Paulo – SP, November, 26-28th, 2009.**

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacaueira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa : saga, percepção, representação**. Ilhéus-Bahia: : Editus, 2008.

ROSALEM, M. **Indicação Geográfica em Linhares**, 17 jun. 2015. Disponível em: <marcio.rosalem@es.sebrae.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2015

ROSALEM, M. **Indicação Geográfica em Linhares**, 22 set. 2016. Disponível em: <marcio.rosalem@es.sebrae.com.br>. Acesso em: 30 out. 2016

SAMORA, R. **Importação de cacau pelo Brasil dispara e indústria quer amêndoa da Costa do Marfim**. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN10S1WC?pageNumber=1&virtualBrandChannel=0>>. Acesso em: 23 out. 2016.

SANTOS, N. A. T. M. DOS; NOLASCO, E. C. Cultura local versus cultura global: o Glocal. **Raído/ Universidade Federal da Grande Dourados**, p. 67–74, jun. 2010.

SCHEIN, E. Organizational Culture. **American Psychologist**, v. 45 No. 2, p. 109–119, fev. 1990.

SCHEIN, E. H. The Role of the Founder in the Creation of Organizational Culture. **Sloan School of Management Massachusetts Institute of Technology**, p. 36, jan. 1983.

SEPULCRI, O.; PAULA, N. DE. A Emater e seu Papel na Difusão de Tecnologia nos seus 50 Anos. **Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Emater. 2º Prêmio Extensão Rural - 2006**, p. 71, 2006.

SILVA, A. A.; BRITO, E. P. Z. Incerteza, racionalidade limitada e comportamento oportunista: um estudo na indústria brasileira. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, São Paulo, SP, v. 14, n. 1, p. 176–201, 2013.

SIMON, H. A. **Administrative behavior: A Study of Decision-making Processes in Administrative Organization**. New York, NY: Macmillan, 1947.

SIMON, H. A. Theories of decision-making in economics and behavioral science. **American Economic Review**, p. 253–283, 1959.

SIMON, H. A. Theories of bonder rationality. In: MCGUIRE, C.; RADNER, R. (Eds.). . **Decision and Organization**. Nederland: North-Holland Publish Company, 1972. p. 161–176.

SITE DE LINHARES. **Indústria de matéria-prima de chocolate fecha as portas em Linhares**. Notícias. Disponível em: <<http://www.sitedelinhares.com.br/noticias/economia/industria-de-materia-prima-de-chocolate-fecha-as-portas-em-linhares>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

TYLOR, E. **Primitive Culture**. 5ª ed. Londres: John Murray, Albermale Street, W, 1920.

UZT. **Better farming. Better future**. Disponível em: <<https://www.utz.org/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Revista Estudos Avançados**, v. 20, p. 333–353, 2006.

VON BAYERN, T. C. M. A. **Viagem ao Espírito Santo 1888**. Tradução Sara Baldus. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

WENGER, E. C.; SNYDER, W. M. Communities of Practice: The Organizational Frontier. **Harvard Business Review**, 2000.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. San Francisco: The Free Press, a Division of Macmillan, 1985.

WILLIAMSON, O. E. Strategizing, Economizing, and Economic Organization. **Strategic Management Journal. Fundamental Research Issues in Strategy and Economics**. Wiley, v. 12, p. 74–94, 1991a.

WILLIAMSON, O. E. Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36 n°2, p. 269–296, 1991b.

WILLIAMSON, O. E. Markets, hierarchies, and the modern corporation: an unfolding perspective. **Journal of Economic Behavior and Organization**. University of California, 1992.

WILLIAMSON, O. E. **Transaction cost economics**. Berlin: Springer-Verlag-Heidelberg, 2008.

WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics: The Natural Progression. **The American Economic Review. American Economic Association**, v. 100 n°3, p. 673–690, 2010.

WORLDAGROFORESTRY. **History of Cocoa**. Disponível em:
<<http://worldagroforestry.org/treesandmarkets/inaforesta/history.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

YEASMIN, S.; RAHMAN, K. F. Triangulation' Research Method as the Tool of Social Science Research. **BUP JOURNAL**, v. 1, n. 1, 1 set. 2012.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 3a ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANGISKI, M. A. DA S. G.; LIMA, E. P. DE; COSTA, S. E. G. DA. Aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências: uma síntese a partir da gestão do conhecimento. **Produto & Produção**, v. 10 (1), p. 54–74, 2009.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma Aplicação da Nova Economia das Instituições**. Tese-Livre Docência—São Paulo: Universidade de São Paulo Faculdade de Economia Administração e Contabilidade Departamento de Administração, 1995.

ZYLBERSZTAJN, D. **Research in domestic and international agribusiness management : a research annual**. Greenwich, Connedicut; London, England: JAI PRESS INC., 1996. v. 6

ZYLBERSZTAJN, D. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados. *Revista de Economia e Sociologia Rural*- Rio de Janeiro/RJ, v. 43 no 03, p. 385–420, jul. 2005.

ZYLBERSZTAJN, D.; FARINA, E. M. M. Q. Strictly Coordinated Food-Systems: Exploring the Limits of the Coasian Firm. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 2 n°2, n. Elsevier Science Inc., p. 249–265, 1999.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES DE CACAU

Objetivos da pesquisa: Analisar a influência da cultura local na forma de produção e na escolha da estrutura de governança e na coordenação estabelecida no sistema produtivo de cacau do estado do Espírito Santo, especificamente da região de Linhares (ES), entre os agentes produtores e compradores.

Formulário produtor

Nome entrevistador: _____ Data: _____

Identificação		
1. Nome entrevistado		
2. Idade	3. Escolaridade () Fundamental () Médio () Superior () Pós-graduação	
4. Endereço		
5. Telefone	6. Celular	7. e-mail
8. Estado	9. Cidade	
10. É agricultor familiar? () Não () Sim	11. Tem DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) () Não () Sim	
12. Perfil do entrevistado: () Proprietário () Esposa(o) () Filho(a) () Administrador/contratado () empregado/contratado () Outro _____		
13. Há quanto tempo é produtor? () menos de 10 anos () 11 – 20 anos () 21-30 anos () 31 – 40 anos () 41-50 anos		
14. Como estava sua propriedade (fisicamente) quando começou a cultivar (em%)? (inclui todas as áreas, de preservação legal, áreas de proteção permanente) () Vegetação nativa/ floresta () Floresta secundária () Áreas abertas, mas não cultivadas () Áreas cultivadas () Outras		
15. Como está sua propriedade (fisicamente) na atualidade (em%)? () Vegetação nativa/ floresta () Floresta secundária () Áreas abertas, mas não cultivadas () Áreas cultivadas () Outras		
16. Área da propriedade em que produz cacau (ha ou Alqueire) _____		

Caracterização da produção agrícola		
17. Atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades () cacau () fruticultura () criação animal. Qual _____ () outra _____		
18. Há quanto tempo produz cacau? _____		
19. Desde quando produz cacau qualidade (ano)? Orgânico_____ Com certificação UTZ_____ Certificação Rainforest_____ registro de IG_____		
19.1. Se produz somente cacau commodity, avaliar os motivos, como dificuldade técnica, financeira ou outra de não produzir outros tipos: _____ _____		
20. Há empregados permanentes contratados para a atividade do cacau? () Não () Sim Quantos? _____	21. Contrata-se empregados temporários para período de plantio e colheita no cacau? () Não () Sim Quantos? _____	22. Quantas pessoas da família contribuem na atividade agrícola _____ 22.1. Quantas pessoas da família contribuem na produção do cacau _____
23. Tem mais que uma propriedade? () sim () não	23.1. Número e localização de propriedades em que desenvolve a produção de cacau _____	

ASPECTOS DA PRODUÇÃO DE CACAU

24. Qual foi a produção de cacau no último triênio (favor confirmar em qual medida o produtor responderá):

	Área Plantada (total)	Produção (total)	% dessa produção comercializada com certificação ou registro IG
2013			
2014			
2015			

1 hectare (ha) = 10.000 m²

1 alqueire (alq.) = 193.600 m² (alqueire BA) ou 48.400 m² (alqueire mineiro) ou 31.900m² (alqueire)

25.Considerando a produção com atributo de certificação ou registro, ou cacau commodity, no ano (2015) comercializou:

() individualmente () por meio de Associação/ Cooperativa. Qual? _____

26.Considerando a produção com atributo de certificação ou registro:

No último ano (2015) comercializou		% do total da produção	Destino		Preço/Prêmio (%)
			Merc. Externo	Merc. Interno (indicar nome do cliente)	
Registro ou Certificado	IG				
	Fair Trade				
	Rain Forest				
	Orgânico				
	UTZ				
	Biodinâmico				
	Outro				
Não- certificado					

27. Quando iniciou a produção com selo de origem ou certificação?_____ Esse sistema de produção foi de motivação:

() própria/ fator econômico () própria/ de valorização do território () de Associação ou Cooperativa () do agente comprador/ agroindústria
() Outra. Qual?

Comente: _____

ASPECTOS DE CULTURA, CULTURA LOCAL E APRENDIZAGEM

28. Quais os fatores exerceram maior influência na decisão de plantar cacau? (essa questão auxilia a compreender a influência do histórico da região, a difusão cultural e o conhecimento na plantação do cacau)

	Vocação regional/ histórico da região	A vizinhança já cultivava o produto	Histórico da Cultura do cacau no Sul da Bahia	Possuía conhecimento s técnicos (formação propícia ou advindo da experiência)	Sucessão familiar	Renda superior do cacau a outras culturas locais	Outras
Cacau commodity							
Cacau de qualidade com certificação ou registro?							

Comente: _____

29. Em relação aos componentes da cultura.

f) O senhor transmite o conhecimento da produção de cacau aos seus descendentes? Quais os motivos?

g) O senhor frequenta culto religioso? Qual a frequência? Semanal, mensal? A família também frequenta? Os amigos frequentam?

i) O cumprimento de normas e regras podem gerar melhorias da comunidade como um todo? O senhor têm condições de cumprir todas as regras estabelecidas para aquisição de IG?

[illegible]

Qual?									
Ceplac									
Sebrae									
Cooperativa/Associação Qual?									
Instituto Cabruca									
Prefeitura Qual?									
Universidade. Qual?									
Escola Agrícola. Qual?									
Internet Fontes?									
Revistas Qual(is)?									
Feiras e exposições									

30.1. Busca-se também a aquisição de conhecimento por meio de contratação de profissionais externos (como pessoas com formação ou não que trabalham em outras propriedades, mas possuam conhecimento na cultura do cacau?

31. Essas informações buscadas são visando alcançar um nível de produção que atenda ao selo de origem? Comente:

32. Quanto à difusão de conhecimento para a cultura do cacau (auxílio no processo de aprendizado), o senhor

	Alta frequência (semanal)	Média frequência (algumas x no mês)	Pouca frequência (algumas x no ano)
Repasa aos produtores da vizinhança o conhecimento e informações recentes			
Repasa aos membros da ACAL conhecimento e informações recentes			
Participa de outras entidades de apoio de onde abstrai informação e difunde conhecimento. Quais?			

32.1. A transmissão dessas informações são visando auxiliar o produtor ou Associação em alcançar um nível de produção que atenda ao selo de origem? Comente:

33. Em relação à forma que são ministrados os cursos técnicos, o senhor considera o nível de comunicação, em termos de:

Indicar os nomes das entidades que fornecem os cursos:	Bom	Regular	Difícil

Vocabulário			
Conteúdo apresentado			
Velocidade da transmissão da inf.			

Obs. _____

34. Em relação à Cultura Local

a) Busca-se preservar o histórico, conhecimentos, aprendizados e valores já existentes na comunidade? De que modo?

b) Poderia citar alguns laços que existem entre o senhor e outros produtores de cacau (de amizade, parentesco....).

c) O senhor considera a existência de uma cultura local comum aos produtores de cacau?

d) Considera que reforçar a cultura local quanto à produção de cacau e com IG pode trazer maior desenvolvimento econômico e beneficiar a comunidade?

ASPECTOS DA COMERCIALIZAÇÃO

35. Com quem comercializa (vende) o produto (*investigar o comprador mais importante do período 2012-2014, em termos do seu faturamento*):

Nome do comprador :

Produto vendido (se cacau inteiro ou as amêndoas) e atributos de qualidade esperados no produto	
O que é exigido pelo comprador em relação ao produto	
Tipo de comprador (se empresa processadora (chocolate); se é trading	

Quantidade vendida/ ano (média)	
Preços auferidos (média/ton)	
Localização (cidade e estado)	
Quem faz o transporte (se produtor ou empresa, neste caso há deságio de preço?)	
Pagamento é à vista; parcelas_incluso o ato da entrega; em parcelas_sem contar o ato da entrega	
Há contratos? (não há nenhum tipo de contrato; contrato verbal; contrato formal por escrito)	
O que é estabelecido em contrato? (obrigações e direitos do comprador e do vendedor)	

36. Tem interesse em vender individualmente (ou por meio de Associação ou parceria) o produto com maior valor agregado (processamento, por exemplo, para venda de subprodutos)? Como seria essa organização?

CARACTERÍSTICAS DAS TRANSAÇÕES/ FORMA DE GOVERNANÇA

37. Há quanto tempo se relaciona: *(esta questão visa avaliar a frequência; a maior frequência nas transações entre os agentes gera a reputação, relacionada com o tempo de relacionamento e vice-versa)*

Com o comprador ?

- () Muito tempo (Nível Alto > 5 anos)
- () Razoável tempo (Nível Médio 1 a 5 anos)
- () Baixo tempo (Nível Baixo < 1 ano)

38. Você compartilha informação: *(esta questão visa avaliar a frequência e a incerteza relacionada à transação; o maior compartilhamento de informações entre vendedor e comprador gera maior frequência da transação e menor incerteza na transação)*

√ Com o comprador, quanto a Previsão de demanda/ compra? () Sim/ sempre (Nível Alto de compartilhamento) () Mais ou menos (Nível Médio de compartilhamento) () Não/ nunca (Nível Baixo de compartilhamento)	√ Com o comprador, quanto à sua previsão de produção () Sim/ sempre (Nível Alto de compartilhamento) () Mais ou menos (Nível Médio de compartilhamento) () Não/ nunca (Nível Baixo de compartilhamento)	√ Com o comprador, quanto às suas inovações na produção? () Sim/ sempre (Nível Alto de compartilhamento) () Mais ou menos (Nível Médio de compartilhamento) () Não/ nunca (Nível Baixo de compartilhamento)
---	---	---

Comentários: _____

39. O quão importante é: *(esta questão visa avaliar a especificidade física, temporal, locacional, humano, dedicado e da marca do ativo cacau para a transação)*

√ Na transação com o comprador – a característica de qualidade ²⁸ do produto para o seu processamento?

- () Muito importante (Nível Alto de especificidade física do ativo)
- () Mais ou menos importante (Nível médio de especificidade física do ativo)
- () Pouco importante (Nível baixo de especificidade física do ativo)

√ Na transação com o comprador – o tempo para a comercialização do produto?

- () Muito importante (Nível Alto de especificidade temporal do ativo)
- () Mais ou menos importante (Nível médio de especificidade temporal do ativo)

²⁸ Esperam-se aqui as características de qualidade de um cacau com atributo de certificação ou IG.

() Pouco importante (Nível baixo de especificidade temporal do ativo)

√ *Na transação com o comprador – a localização do mesmo (do cliente comprador)?*

() Muito importante (Nível Alto de especificidade locacional do ativo)

() Mais ou menos importante (Nível médio de especificidade locacional do ativo)

() Pouco importante (Nível baixo de especificidade locacional do ativo)

√ *Na transação com o comprador – a região em que você produz (locacional, físico e humanos – IG, por exemplo)*

() Muito importante (Nível Alto de especificidade locacional, físico e humano do ativo)

() Mais ou menos importante (Nível médio de especificidade locacional, físico e humano do ativo)

() Pouco importante (Nível baixo de especificidade locacional, físico e humano do ativo)

√ *A comercialização com esse comprador dada as suas especificidades de vender chocolate com certificação ou registro de IG; possíveis selos em chocolate pronto*

() Muito importante (Nível Alto de especificidade ativo dedicado do ativo)

() Mais ou menos importante (Nível médio de especificidade ativo dedicado do ativo)

() Pouco importante (Nível baixo de especificidade ativo dedicado do ativo)

Se a transação/ venda a este comprador não ocorrer, conseguiria escoar a produção a outros compradores com o mesmo selo de origem ou a mesma certificação ou atributo, sem a perda de valor? Explique (ativo dedicado)

√ *As certificações ou registros para que a comercialização ocorra com este comprador*

() Muito importante (Nível Alto de especificidade de marca)

() Mais ou menos importante (Nível médio de especificidade de marca)

() Pouco importante (Nível baixo de especificidade de marca)

40. Houve redução de custos de produção após relacionamento/ contratos com este agente comprador? () sim Em quanto_____ () não

CARACTERÍSTICAS DOS AGENTES

41. Se utiliza de informações: *(esta questão visa avaliar a racionalidade limitada, medida por meio dos processos de decisões e limitação cognitiva, ou seja, o nível de informação que o produtor possui para interpretar a realidade e tomar decisões).*

√ *De Mercado (preço, demanda, oferta) para a tomada de decisão?*

- () Sim/ sempre (Nível baixo de racionalidade limitada)
- () Mais ou menos (Nível Médio de racionalidade limitada)
- () Não/ nunca (Nível alto de racionalidade limitada)

√ *Do próprio agente comprador (qto a tecnologias, qualidade e demanda) para a tomada de decisão?*

- () Sim/ sempre (Nível baixo de racionalidade limitada)
- () Mais ou menos (Nível Médio de racionalidade limitada)
- () Não/ nunca (Nível alto de racionalidade limitada)

√ *De aspectos produtivos (tecnologias) para a tomada de decisão?*

- () Sim/ sempre (Nível baixo de racionalidade limitada)
- () Mais ou menos (Nível Médio de racionalidade limitada)
- () Não/ nunca (Nível alto de racionalidade limitada)

√ *Gerenciais (custos, estoques, mk) para a tomada de decisão?*

- () Sim/ sempre (Nível baixo de racionalidade limitada)
- () Mais ou menos (Nível Médio de racionalidade limitada)
- () Não/ nunca (Nível alto de racionalidade limitada)

42. Você confia no cliente (agente comprador) em termos de: *(esta questão visa avaliar o oportunismo do agente, medido por meio do nível de confiança que o produtor tem em relação a seu agente comprador).*

✓ <i>Cumprir com o preço combinado ?</i> ☐ Sempre (Nível baixo de oportunismo) ☐ Mais ou menos (Nível razoável de oportunismo) ☐ Nunca (Nível alto de oportunismo)	✓ <i>Cumprir com o recebimento da mercadoria ?</i> ☐ Sempre (Nível baixo de oportunismo) ☐ Mais ou menos (Nível razoável de oportunismo) ☐ Nunca (Nível alto de oportunismo)	✓ <i>Cumprir com o prazo de pagamento combinado?</i> ☐ Sempre (Nível baixo de oportunismo) ☐ Mais ou menos (Nível razoável de oportunismo) ☐ Nunca (Nível alto de oportunismo)
--	--	--

Comentários: _____

43. Alguma vez você já descumpriu o acordado com o agente comprador? Por quê? E quais as consequências/ penalidades?

APÊNDICE B – FORMULÁRIO APLICADO AOS DIRIGENTES DA ACAL

Objetivos da pesquisa: Analisar como a Associação auxilia os produtores no entendimento das regras/ condutas formais utilizadas para produção com IG, assim como na transmissão dos elementos da cultura local e aprendizado.

Formulário ACAL

Nome entrevistador: _____ Data: _____

Identificação		
1. Nome entrevistado		
2. Escolaridade () Fundamental () Médio () Superior () Pós-graduação		
3. Endereço		
4. Telefone	5. Celular	6. e-mail
7. Estado	8. Cidade	

9. A Associação auxilia (e de que modo) os seus associados na compreensão de como deve ser o sistema produtivo voltado à IG (há clara discussão do protocolo de produção, por exemplo)?

ASPECTOS DE CULTURA, CULTURA LOCAL E APRENDIZAGEM

10. Na percepção da Associação, quais os fatores exerceram maior influência na decisão de plantar cacau por parte dos associados? (essa questão auxilia a compreender a influência do histórico da região, a difusão cultural e o conhecimento na plantação do cacau)

	Vocação regional/histórico da	A vizinhança já cultivava o produto	Histórico da Cultura do cacau no Sul da Bahia	Possuía conhecimentos técnicos	Sucessão familiar	Renda superior do cacau a outras culturas locais	Outras
--	-------------------------------	-------------------------------------	---	--------------------------------	-------------------	--	--------

	região			(formação propícia ou advindo da experiência)			
Cacau commodity							
Cacau de qualidade com certificação ou registro?							

Comente: _____

11. Em relação aos componentes da cultura.

j) A Associação transmite o conhecimento da produção de cacau aos seus associados (inclusive voltado para produção com IG)? Quais os motivos? De que modo (palestras; discussões; visitas técnicas; consultores etc)?

k) O cumprimento de normas e regras de maneira geral podem gerar melhorias dos associados como um todo? A Associação (seus associados) têm condições de cumprir todas as regras estabelecidas para produção com IG?

12. Quanto à difusão de conhecimento para a cultura do cacau (auxílio no processo de aprendizado também para a IG), a Associação

	Alta frequência (semanal)	Média frequência (algumas x no mês)	Pouca frequência (algumas x no ano)
Repassa aos membros da ACAL conhecimento e informações recentes			

Participa de outras entidades de apoio de onde abstrai informação e difunde conhecimento. Quais?			
--	--	--	--

13. A transmissão dessas informações são visando auxiliar o produtor da Associação em alcançar um nível de produção que atenda ao selo de origem?
Comente:

14. Em relação à forma que são ministrados os cursos técnicos (se houver, no âmbito da Associação), o senhor considera o nível de comunicação, em termos de:
Indicar os nomes das entidades que fornecem os cursos:

	Bom	Regular	Difícil
Vocabulário			
Conteúdo apresentado			
Velocidade da transmissão da inf.			

Obs. _____

15. Com relação à Cultura Local

e) Busca-se preservar o histórico, conhecimentos, aprendizados e valores já existentes na comunidade? De que modo?

f) Poderia citar alguns laços que existem entre o senhor (presidente da Associação) e outros produtores de cacau (de amizade, parentesco....).

g) O senhor considera a existência de uma cultura local comum aos produtores de cacau da Associação?

h) Considera que reforçar a cultura local quanto à produção de cacau e com IG pode trazer maior desenvolvimento econômico e beneficiar a comunidade?

16. Na percepção da Associação, as relações sociais entre os agentes (Associação, produtores, empresas, instituições, universidades, entidades) têm sido ampliadas para a produção de cacau com IG) ? Desde quando? Como? Poderia dar alguns exemplos?

ANEXO A - REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CACAU DE LINHARES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Instituto Nacional da Propriedade Industrial

REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA Nº IG200909

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI reconhece a denominação "LINHARES" como INDICAÇÃO GEOGRÁFICA para CACAU EM AMÊNDOAS, concedendo o seu registro para os fins e efeitos de proteção de que trata a Lei nº 9.270, de 14 de maio de 1996, nos seguintes termos:

Espécie da Indicação Geográfica: INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA

Apresentação: MISTA

Representação:

Natureza: PRODUTO

País: BRASIL

UF: ES



Definição da Área Geográfica: A DELIMITAÇÃO ESTÁ COMPREENDIDA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE LINHARES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, PARTINDO-SE DO PONTO DE COORDENADAS N 825.873,49 E S 472.485,48 NO ENCONTRO DO RIO DOCE COM O OCEANO ATLÂNTICO, LADO PRÓXIMO A VILA DE RESÊNCIA, SEGUE-SE AO NORTE COM MARGEM MONTANTE DO RIO DOCE ATÉ Atingir O PONTO 2 DE COORDENADAS APROXIMADAS N 7.845.435,53 E E 2394.235,33 DAÍ SEQUE-SE RUMO SUDESTE COM 13,858 METROS ENVOLVENDO A REGIÃO DE JATAPUEBA E PALHAL ATÉ Atingir O PONTO 3 DE COORDENADAS APROXIMADAS N 7.832.518,54 E E 2399.239,19 SEQUE-SE RUMO OESTE COM 3,624 METROS CRUZANDO A ES-448 ATÉ Atingir O PONTO 4 DE COORDENADAS APROXIMADAS N 7.831.263,22 E E 2395.499,14 SEQUE-SE RUMO NOROESTE COM 16,199 METROS ENVOLVENDO A REGIÃO DE JATAPUEBA E PALHAL ATÉ O BARRIO DE BOBEDOIRO DO MUNICÍPIO DE LINHARES, ATÉ Atingir O PONTO 5 DE COORDENADAS APROXIMADAS N 7.844.22,75 E E 2394.442,19 DAÍ SEQUE-SE RUMO SUDESTE COM 26,180 METROS BARGANDO AS MATAS E MONTANTE AO RIO DOCE ATÉ PRÓXIMO A DIVERSA COM O MUNICÍPIO DE COLATINA E Atingir O PONTO 6 DE COORDENADAS APROXIMADAS N 7.835.885,72 E E 2394.292,79 SEQUE-SE COM RUMO NORTE COM 4,808 METROS CRUZANDO O RIO DOCE E Atingir O PONTO 7 DE COORDENADAS APROXIMADAS N 7.840.594,34 E E 2396.442,13 SEQUE-SE RUMO NOROESTE COM 26,678 METROS BARGANDO AS MATAS A JUAZANTE AO RIO DOCE ATÉ O VALE DO RIO PEQUENO Atingindo O PONTO 8 DE COORDENADAS APROXIMADAS N 7.892.782,49 E E 2393.226,89 SEQUE-SE RUMO SUDESTE COM 7,669 METROS ATÉ O ENCONTRO DO RIO PEQUENO COM O RIO DOCE NO PONTO 9 DE COORDENADAS APROXIMADAS N 7.890.285,12 E E 2396.292,34 DAÍ SEQUE-SE RUMO NOROESTE COM 22,250 METROS ENTRE A CIDADE DE LINHARES E O RIO DOCE ATÉ PRÓXIMO A REGIÃO DE BARRIO NOVO E Atingir O PONTO 10 DE COORDENADAS APROXIMADAS N 7.891.388,48 E E 2398.598,18 DAÍ SEQUE-SE RUMO SUDESTE COM 25,306 METROS PASSANDO PELA REGIÃO DA LOÇA DO ZACARIAS ATÉ O PONTO 11 DE COORDENADAS APROXIMADAS N 7.837.465,26 E E 2415.554,95, PRÓXIMO AO OCEANO ATLÂNTICO, A VILA DE POVOAÇÃO E RIO MONSARAT, DAÍ SEQUE-SE RUMO SUL BARGANDO O OCEANO ATLÂNTICO COM 12,530 METROS ATÉ O PONTO 1 DO RÍMÃO DA DESCRIÇÃO, ENCERRANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 780.638 QUILÔMETROS QUADRADOS.

Data do Depósito: 22 DE DEZEMBRO DE 2009

Data do Registro: 31 DE JULHO DE 2012 - RPI 2169

Requerente: ASSOCIAÇÃO DOS CACAUCULTORES DE LINHARES

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2012.



Breno Bello de Almeida Neves
Diretor de Controle, Indicações Geográficas e Registro



Jorge de Paula Costa Ávila
Presidente do INPI

ANEXO B – PARECER TÉCNICO DO INPI

Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros – DICIG

Indicação Geográfica

RPI 2114 de 12/07/2011

Despacho

Código: **305**

Pedido nº: **IG200909** Data de depósito: **13/01/2010**

Requerente: **ASSOCIAÇÃO DOS CACAUCULTORES DE LINHARES**

País: **BR**

Espécie: **INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA**

Apresentação: **NOMINATIVA**

Natureza: **PRODUTO**

Nome da área geográfica: **FLORESTA DO RIO DOCE**

Produto: **CACAU EM AMÊNDAS**

Complemento do Despacho:

Código **305**: Cumpra a **EXIGÊNCIA**, observando o disposto no complemento;

Exigências:

Segundo o parecer técnico emitido:

“Reexaminando o pedido de registro de indicação de procedência Floresta do Rio Doce para cacau em amêndoas, concluiu-se que para que o pedido em análise atenda aos requisitos estabelecidos na Lei 9279/96 e Resolução INPI nº 075/2000, é necessário que o requerente cumpra as seguintes exigências:

1) Com base nos documentos apresentados pela requerente no sentido de comprovar que o nome geográfico do processo em estudo se tornou conhecido como centro de produção de cacau em amêndoas, ou seja, demonstrando a reputação da região em questão para produção cacau (folhas 79/163 do presente processo). Constatou-se que o nome da área geográfica escolhido pela Associação dos Cacauicultores de Linhares - ACAL não está de acordo com os documentos supracitados. Respeitosamente nos permita a requerente discordar de sua posição, uma vez que o nome “Floresta do Rio” doce não está com a reputação devidamente comprovada pelos documentos anexados ao processo. Sendo assim, de modo a atender o disposto no artigo 177 da Lei 9279/96, Lei da Propriedade Industrial, bem como §2º do artigo 1º da Resolução INPI nº 075/200, o nome da área geográfica deve

ser modificado e, como sugestão, podemos indicar “Linhares”. Além do que, os mapas enviados e representativos da delimitação da área geográfica, apresentam em sua legenda Indicação de Procedência “Linhares”, (folhas 33, 34 e 35 do presente processo) corroborando assim para tal alteração no nome geográfico.

2) Em consequência da exigência anteriormente formulada, a requerente deve revisar todo o pedido, e alterar o nome da área geográfica, de modo a harmonizar o nome da Indicação de Procedência, pois onde estiver “Floresta do Rio Doce” este deve ser alterado para o nome da área geográfica conforme reputação comprovada, tais como:

- Regulamento de uso, contido na Ata da Assembléia Geral do dia 16 de março de 2009;
- Nota técnica emitida pela CEPLAC-item 1 (objetivo); item 5 parte descritiva da delimitação da área geográfica;
- Formulário de pedido de registro de indicação geográfica;

3) Neste cenário, devido à alteração do nome da área geográfica para a indicação de procedência do produto cacau em amêndoas do presente pedido, esta deve ser aprovada pela assembléia dos cacauicultores e registrada em ata, a qual devidamente assinada deve ser encaminhada ao INPI no cumprimento desta exigência.”

Cabe ressaltar que de acordo com o artigo 9º da Resolução Nº 075/2000 a requerente tem o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta exigência para o cumprimento da mesma, sob pena de arquivamento definitivo do pedido de registro em exame.

O parecer técnico estará disponível no portal do INPI, após a publicação do despacho em www.inpi.gov.br.

Procurador: O próprio

ANEXO C – REGULAMENTO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PROCEDÊNCIA DO CACAU FLORESTA DO RIO DOCE

ACAL

Associação dos Cacaucultores de Linhares

ATA da ASSEMBLÉIA GERAL do dia 16 de março de 2009

Aos 16 dias do mês de março de 2009, às 17:00 na sala de reuniões da Gerência Regional da CEPLAC, localizada a Rua Augusto Pestana, nº 1122, centro, Linhares-ES, iniciou-se em segunda e última convocação, com a presença de 24 associados, a assembléia de aprovação do Regulamento para a produção de cacau, pelos membros da ACAL, proposto pela diretoria, visando o processo da Indicação Geográfica de Procedência do Cacau Floresta do Rio Doce, ficando o regulamento conforme descrito abaixo:

REGULAMENTO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PROCEDÊNCIA DO CACAU FLORESTA DO RIO DOCE

Visando o enquadramento pelo qual se regerá a Indicação Geográfica da Floresta do Rio Doce para o Cacau, conforme artigo 2º, alíneas a, c, e, g, do estatuto da Associação dos Cacaucultores de Linhares-ACAL, institui-se o presente regulamento, conforme segue:

CAPÍTULO I – DA PRODUÇÃO

Art. 1º - Delimitação da Área de Produção

A área geográfica delimitada para a Indicação de Procedência “Floresta do Rio Doce”, para o Cacau, está integralmente localizada no município de Linhares e possui os limites e confrontações que se descreve. Tomando por base o sistema de coordenadas **UTM** e o datum horizontal **SAD 69**, consistente com a carta do Brasil produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a área está inteiramente compreendida no fuso **24 K** e possui o seguinte perímetro: partindo do ponto **1**, de coordenadas aproximadas **N 7.825.873,49** e **E 412.485,58**, no encontro do Rio Doce com o Oceano Atlântico, lado próximo a Vila de Regência, segue-se rumo norte com 4.776 metros e rumo noroeste com 22.630 metros, seguindo a sinuosidade das matas da cacau na margem montante do Rio Doce até atingir o ponto **2**, de coordenadas aproximadas **N 7.845.435,53** e **E 394.239,33**, daí segue-se rumo sudeste com 13.850 metros, envolvendo a região de Jataipeba e Palhal até atingir o ponto **3**, de coordenadas aproximadas **N 7.832.518,64** e **E 399.239,16**, segue-se rumo oeste com 3.624 metros cruzando a ES 440 até atingir o ponto **4**, de coordenadas aproximadas **N 7.831.693,22** e **E 395.699,14**, segue-se rumo noroeste com 18.978 metros, envolvendo a região de Jataipeba, Palhal e o bairro de Bebedouro, do município de Linhares, até atingir o ponto **5**, de coordenadas aproximadas **N 7.844.222,75** e **E 381.443,19**, daí segue-se rumo sudoeste com 26.180 metros, margeando as matas e montanhas do Rio Doce até próximo a divisa com o município de Colatina e atingir o ponto **6**, de coordenadas aproximadas **N 7.835.985,72** e **E 356.592,76**, segue-se com rumo

norte com 4.605 metros, cruza o Rio Doce e atinge o ponto **7**, de coordenadas aproximadas **N 7.840.591,34** e **E 356.643,13**, segue-se rumo nordeste com 29.678 metros margeando as matas e jusante ao Rio Doce, até o vale do Rio Pequeno, atingindo o ponto **8**, de coordenadas aproximadas **N 7.853.762,49** e **E 383.238,69**, segue-se rumo sudeste com 7.600 metros até o encontro do Rio Pequeno com o Rio Doce no ponto **9**, de coordenadas aproximadas **N 7.850.555,12** e **E 390.058,24**, daí segue-se rumo nordeste com 22.250 metros entre a cidade de Linhares e o Rio Doce até próximo a região de Barro Novo e atingir o ponto **10**, de coordenadas aproximadas **N 7.861.108,08** e **E 409.599,16**, daí segue-se rumo sudeste com 25.300 metros, passando pela região da lagoa do Zacarias, até o ponto **11**, de coordenadas aproximadas **N 7.837.465,95** e **E 418.554,95**, próximo ao Oceano Atlântico, a vila de Povoação e Rio Monsarás, daí segue-se rumo sul, margeando o Oceano Atlântico, com 13.100 metros até o ponto **1** de início da descrição, encerrando uma área de aproximadamente 760,638 quilômetros quadrados.

Art. 2º - Variedades

Todas as variedades poderão ser utilizadas na produção do cacau da “Floresta do Rio Doce”.

Art. 3º - Sistema de Produção

O sistema de produção deverá estar de acordo com as técnicas indicadas para a região, adotando práticas que combatam os possíveis impactos ambientais.

CAPÍTULO II – DO BENEFICIAMENTO

Art. 4º - O processo de beneficiamento do cacau engloba diversas fases desde a colheita até o armazenamento. O objetivo é oferecer para a comercialização amêndoas secas, com umidade máxima de oito por cento, livre de impurezas, com boa apresentação externa e com qualidade superior.

Cada uma das fases do processo é responsável pelo sucesso da etapa seguinte.

Art. 5º - Colheita

Uma colheita bem conduzida contribui para que haja boa fermentação. Deve-se colher somente os frutos maduros, que dispõe dos açúcares na quantidade necessária para proporcionar esta fermentação. Os frutos verdoengos e sobremaduros, além de não dispor desta condição, proporcionam uma perda em função da redução do peso final.

Durante a colheita evitar ferir a almofada floral, pois não há a recuperação da mesma, além do ferimento servir como porta de entrada de determinadas doenças. A melhor forma de se realizar a colheita é cortar os seus talos de cima para baixo e não empurrar o podão em direção ao tronco. Durante a colheita, colher não só os frutos maduros, mas também os frutos secos e atacados por doenças. Tem-se que tomar muito cuidado, pois os frutos não podem sofrer nenhum tipo de ferimento durante esta operação.

Art. 6º - Quebra

A quebra deve ser realizada de 3 a 4 dias após a colheita, para facilitar a retirada das amêndoas e proporcionar melhor rendimento em peso. Nesta etapa deve-se cuidar ao máximo da higiene do

operador, principalmente estar com mãos lavadas e não está fumando no processo da remoção da placenta, evitar fragmentos de cascas misturados com as amêndoas e amêndoas podres ou doentes.

Para esta etapa, os frutos devem ser transportados para um local próximo ao local de fermentação, para que possam ser lavados antes de serem quebrados. Isto serve para que seja retirado todo tipo de sujeira que vem da lavoura e que poderia contaminar as amêndoas durante a quebra.

Durante ou após o processo de lavagem, os frutos devem ser separados/classificados, sendo a quebra feita de acordo com esta classificação, não havendo mistura das amêndoas de tipos diferentes.

Após a quebra, as amêndoas devem ser transportadas no mesmo dia para o cocho de fermentação. Caso isso não seja possível, cobrir a massa com folhas de bananeira ou lona plástica limpa para protegê-la de possíveis chuvas. Neste caso, já será considerado como primeiro dia de fermentação. Não misture cacau mole de frutos quebrados em dias diferentes.

Art. 7º - Fermentação

Nesta etapa começa a formação dos sabores e aromas típicos do chocolate, através de reações químicas que ocorrem no interior das amêndoas. Para que isto se processe com qualidade é necessário que as amêndoas sejam originárias de frutos maduros, pois amêndoas de frutos verdes não contêm quantidades de açúcar necessárias para uma boa fermentação.

A fermentação deve ser processada em instalações de madeira, chamadas de cochos de fermentação, cujas medidas devem ter as seguintes dimensões: largura de 1,2 metros, comprimento variável de 3 a 6 metros, com divisões a cada metro, altura de 1 metro e furos de 6 milímetros de 15 em 15 centímetros na parte inferior para o processo de drenagem do mel. A altura da massa de cacau a ser fermentada, não deve ser superior a 90 centímetros. Antes do carregamento dos cochos, estes devem ser lavados e um compartimento tem que ficar vazio, para possibilitar o revolvimento das amêndoas. Estando o cocho cheio e sempre após o revolvimento, o cocho deve ser coberto, utilizando sacos de aniagem limpos ou folhas de bananeira limpas.

O primeiro revolvimento da massa deve ser feito 48 horas após a colocação no cocho, da seguinte maneira: retire as primeiras tábuas divisórias do compartimento; remova, com a pá, a massa do compartimento cheio para o vazio; recoloque as tábuas divisórias do compartimento; nivele a superfície da massa; faça a mesma coisa para revirar a massa dos outros compartimentos.

Após o primeiro revolvimento, a massa deve ser revirada a cada 24 horas. O prazo de fermentação vai de 5 a 7 dias, sendo 7 dias para cacau com muito mel, em épocas de muitas chuvas e temperaturas baixas e 5 dias para cacau com pouco mel, ou seja, de épocas secas, de poucas chuvas e temperaturas quentes.

Geralmente, o “cacau mole” tem coloração ligeiramente rosa e branca. Durante a fermentação essa cor muda, tornando-se marrom escura (externamente). Nos primeiros dias de fermentação a massa exala cheiro semelhante ao do álcool devido à fermentação alcoólica, passando para cheiro de vinagre devido à fermentação acética, após o terceiro ou quarto dia, podendo permanecer assim até o final da fermentação. Durante o terceiro ou quarto dia ocorre ainda um sangramento no cacau, isto é, a saída de um líquido escuro ou avermelhado da massa, o que indica que a fermentação está

prossequindo corretamente. Quando a massa não desprender os odores característicos, após 96 horas (4 dias), estando as amêndoas com uma cor marrom acinzentado, com temperatura não superior a 40°C, a massa deve ser lavada para a barcaça no 5º dia para evitar o apodrecimento. Fazer a secagem deste cacau separadamente, não misturando com outras partidas.

Amêndoas secas que apresentam cor cinza-escuro demonstram que a fermentação foi insuficiente (cacau ardósia). Elas não possuem sabor, são extremamente amargas servindo apenas para o aproveitamento de gordura. Portanto, fermentar o cacau de maneira correta é essencial para se conseguir um produto de boa qualidade.

No quinto ou sexto dia, para teste, cortar algumas amêndoas no sentido do seu comprimento. Caso apresentem uma coloração ligeiramente marrom, com um anel de contorno de cor marrom mais forte, quase sempre com formação de galerias na superfície cortada, a massa já está fermentada, devendo passar para a próxima etapa, que é a secagem.

Durante o período em que os cochos não estão sendo usados, tem que ter cuidado, pois este local é propício para abrigo de cães, gatos e outros animais, o que pode contaminar o cacau durante a fermentação.

Art. 8º - Secagem

Tem a finalidade de reduzir o teor de umidade das amêndoas, inicialmente em torno de 60% a 70%, para 7% a 8%. Também nesta fase, continuam os processos de reações químicas que conferem os sabores e aromas típicos do chocolate. Além disto, quando bem conduzida, reduz a acidez das amêndoas, melhorando muito a qualidade do produto.

Existem duas formas de se realizar esta prática:

a- Secagem natural

É realizada normalmente em uma instalação denominada barcaça, podendo ser feita ainda em lonas, balcões e outros, sendo que o período de secagem varia entre 8 e 12 dias.

A barcaça consiste em uma plataforma de madeira que serve de lastro, onde as amêndoas são espalhadas e expostas ao sol, formando uma camada de, no máximo, 5 centímetros de espessura. As amêndoas devem ser revolvidas com frequência, proporcionando uma perda uniforme de umidade. Para revolver as amêndoas, use rodo dentado nos primeiros dias e rodo liso quando a massa de cacau já estiver “correndo” no lastro (normalmente a partir do terceiro dia). Inicialmente use o rodo liso revolvendo o cacau a cada 2 horas. Aumente os intervalos de revolvimento à medida que o cacau vai se tornando seco, revirando 2 a 3 vezes por dia nos últimos dias, para diminuir a quebra. Intensifique o revolvimento das amêndoas em dias chuvosos ou nublados. Quando necessário o barceiro deve andar sempre descalço sobre o lastro da barcaça, evitando quebrar as amêndoas.

Recomenda-se, todas as tardes, manter o cacau em camaleões periodicamente durante os primeiros dias de secagem para enxugar o lastro e evitar mofo. O período de secagem natural depende diretamente do tempo. A partir do 12º dia de secagem o cacau começa a perder suas boas características de sabor e aroma, prejudicando o produto final (chocolate).

Importantíssimo, periodicamente lavar a barcaça mantendo o assoalho molhado por duas horas e escovar com vassourão de gari e nunca pisar o cacau, nem descalço.

b- Secagem artificial

Geralmente é usada quando se tem grande concentração de safra ou em dias de ocorrência de chuvas, não permitindo usar somente a secagem natural.

Antes de usar o secador é recomendável, durante pelo menos um dia, utilizar a secagem natural para dar continuidade ao processo de cura das amêndoas e eliminação parcial da umidade.

Manter a temperatura do secador em torno de 60°C a fim de se evitar a quebra das amêndoas, o que resulta em perda de peso com fragmentação das partes superficiais e determina um produto final de qualidade inferior. As amêndoas devem ser espalhadas no lastro do secador formando camadas de 12 centímetros de espessura. Fazer revolvimento das amêndoas com intervalos de 2 horas. Durante a secagem mantenha a(s) janela(s) oposta(s) a direção do vento dominante aberta(s), permitindo a circulação do ar de baixo para cima, passando pelo lastro e saindo pela(s) janela(s), o que irá acelerar o processo de secagem. Mantenha as entradas de ar desobstruídas para permitir a circulação. A secagem artificial bem conduzida necessita em torno de 40 horas para atender a uma carga de amêndoas. Uma boa secagem não é aquela que se realiza em menos tempo, mas sim aquela que produz amêndoas de qualidade superior. Quando terminar a secagem, transportar as amêndoas imediatamente para o resfriador ou para o armazém, para evitar o excesso de secagem.

Recomenda-se periodicamente fazer uma vistoria na fornalha e chaminé do secador para evitar prováveis furos o que permitiria cheiro de fumaça nas amêndoas, desclassificando-as.

Art. 9º - Armazenamento

Após a secagem o cacau deve ser ensacado em sacarias de juta com peso de 60 Kg e armazenado em compartimentos assoalhados, com paredes forradas ou sobre estrados de madeira, mantendo as pilhas afastadas das paredes cerca de 50 centímetros. Cada lote ou partida deverá ser armazenado a parte. O armazém deve ser arejado e iluminado, sendo que o período máximo de estocagem não deverá ser superior a 90 dias, pois corre o risco de mofo, ataques de insetos e roedores.

Como o cacau é um produto que facilmente adquire cheiros estranhos, que o desclassifica não se deve guardar no armazém inseticida, fungicidas, tintas ou similares.

No caso de armazenamento por um tempo maior, é recomendável o uso de uma cobertura plástica sobre os sacos, para evitar reabsorção de umidade.

Durante o armazenamento, se o cacau apresentar mofado externamente, devido a existência de umidade alta no armazém, deverá retornar à barcaça, ser umedecido com água e revolvido nas primeiras horas do dia, na presença de sol, para que ocorra a sua imediata secagem.

Art. 10º - Classificação

A ACAL coordenará o processo de classificação, que deverá ser feita preferencialmente pela CEPLAC ou por profissionais de empresas públicas, privadas ou pessoas que tenham capacidade técnica,

desde que credenciados para tal fim. Será obedecida a tabela de classificação da Instrução Normativa nº 38, de 23 de junho de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PRODUTOR

Art. 11º - Direitos e obrigações dos inscritos na Indicação de Procedência Floresta do Rio Doce

Direitos:

- a- Fazer uso da IP Floresta do Rio Doce para o cacau produzido na região definida.
- b- Acompanhar os procedimentos periódicos de avaliação de produtos.
- c- Acompanhar os procedimentos de admissão de novos sócios.

Obrigações:

- a- Zelar pela imagem da IP Floresta do Rio Doce para o cacau.
- b- Adotar as medidas normativas necessárias ao controle da produção.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DA ACAL

Art. 12º - Serão atribuições da ACAL

Definir, no início de cada mandato, 3 (três) membros da diretoria que serão os responsáveis pelo gerenciamento da IP Floresta do Rio Doce, durante todo o mandato. Poderá haver substituição destes representantes, desde que o pedido de substituição seja feito por escrito à diretoria, expondo os motivos do afastamento da função e a ACAL indique outro membro da diretoria para exercer tal função. As principais atribuições destes responsáveis pelo gerenciamento da IP Floresta do Rio Doce são:

- a- Orientar e controlar a produção e a qualidade dos produtos amparados pela IP Floresta do Rio Doce, nos termos definidos no regulamento.
- b- Zelar pelo prestígio da Indicação de Procedência Floresta do Rio Doce no mercado nacional e internacional, adotando as medidas cabíveis visando evitar o uso indevido da IP.
- c- Elaborar e manter atualizados os registros cadastrais dos produtores, bem como adotar as medidas necessárias para o controle da produção, visando ao atendimento do disposto neste regulamento.
- d- Propor medidas para regular a produção da IP Floresta do Rio Doce de forma harmônica com a demanda do mercado.
- e- Emitir os certificados de origem dos produtos amparados pela IP Floresta do Rio Doce.
- f- Elaborar relatório anual de atividade.
- g- Propor melhorias ao regulamento.

- h- Adotar medidas para preservar e estimular a qualidade dos produtos da IP Floresta do Rio Doce.
- i- Controlar o uso corrente das normas estabelecidas para a IP Floresta do Rio Doce, conforme definido no regulamento.
- j- Elaborar e implantar, depois de aprovadas pela Associação, normas para operacionalização das atribuições estabelecidas no regulamento.
- k- Implantar as medidas de autocontrole, visando o cumprimento do Regulamento da IP Floresta do Rio Doce.
- l- Definir a necessidade de fazer convênios e contratar técnicos capacitados, para auxiliar na fiscalização e classificação da produção.

CAPÍTULO V – DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E PROCEDIMENTOS

Art. 13º - São consideradas infrações à Indicação de Procedência Floresta do Rio Doce:

- a- Não cumprimento das normas de produção e beneficiamento dos produtos da IP Floresta do Rio Doce para cacau.
- b- O descumprimento dos princípios da IP Floresta do Rio Doce para o cacau.
- c- Comercializar produtos fora dos padrões estabelecidos na legislação vigente.

Art. 14º - Penalidades para as infrações à Indicação de Procedência Floresta do Rio Doce:

- a- Advertência por escrito.
- b- Suspensão temporária como participante da IP.
- c- Suspensão definitiva como participante da IP.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15º - Para qualquer normativa não citada neste regulamento, deverão ser adotadas as normas e orientações emanadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e normativas do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.

Após a votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos votos, a diretoria ficou mandatada para registrar em cartório o novo regulamento da ACAL.

ACAL

Associação dos Cacaucultores de Linhares

ATA da ASSEMBLÉIA GERAL do dia 16 de março de 2009